

Projeto
Pedagógico
de Curso

PPC

CURSO DE FARMÁCIA

iospes
Instituto Esperança de Ensino Superior



INSTITUTO ESPERANÇA DE ENSINO SUPERIOR

Recredenciado pela Portaria MEC nº 2.134, de 11/12/2019, publicada no D.O.U de 12/12/2019

Bacharelado em Farmácia

Projeto Pedagógico de Curso

**SANTARÉM - PARÁ
2024**



Mantenedora
FUNDAÇÃO ESPERANÇA

CONSELHO DIRETOR - 2023/2027

Presidente – **Jocivan Pedroso**
Vice-Presidente – **Bruno Moura**
1º Secretário – **Ronand Santos**
2º Secretário – **Nelson Mota**
1º Tesoureiro – **Sinval Ferreira**
2º Tesoureiro – **Renato Dantas**

CONSELHO FISCAL – 2023/2027

Presidente: **Vânia Maia**
Vice-presidente: **Dênis Maia**
Secretário: **José Gilmar Pastana**

ASSEMBLEIA GERAL - 2023/2027

Presidente: **Emmanuel Silva**
Vice-presidente: **Jorge Hamad**

SUPERINTENDENTE
Fernando Ferreira do Valle



Mantida
INSTITUTO ESPERANÇA DE ENSINO SUPERIOR

Diretor
Paulo Marcelo Pedroso Pereira
Coordenador do Núcleo de Apoio Acadêmico e Pedagógico
Quézia Fragoso Xabregas
Coordenadora de Pós-graduação
Juliana Machado Portela
Coordenadora de Extensão e Pesquisa
Mirna Brito Malcher Pedroso
Comissão Própria de Avaliação - CPA
Alberto Soares Evangelista (coordenador)
Bibliotecária
Lenil Cunha Pinto
Secretária Acadêmica
Sabrina Marques de Moraes

Núcleo Docente Estruturante

Christian Diniz Lima e Silva

Ilvia Silva Gomes

Isabele de Azevedo Portela Almeida

Katillin Gomes Pereira Cunha

Suelen Maria Santos de Souza

COORDENADORES DE CURSOS

Administração e Ciências Contábeis: **Anderson José Silva de Lima**

Direito: **Paula Sabrina Pereira Portela Corrêa**

Enfermagem: **Mirna Brito Malcher Pedroso**

Estética e Cosmética: **Marina Silva Nicolau Taketomi**

Farmácia: **Isabele de Azevedo Portela Almeida**

Biomedicina: **José Almir Moraes da Rocha**

Fisioterapia: **Marina Silva Nicolau Taketomi**

Odontologia: **Antônio Bruno Aguiar Azevedo**

Pedagogia: **Ana Betânia Ferreira Araújo**

Psicologia: **Erick Rosa Pacheco**

Radiologia: **Victor Fabricio Costa Printes**

Redes de Computadores: **Andrik G. Ferreira**

Jornalismo: **Ana Betânia Ferreira Araújo**

Extensão e Pesquisa: **Mirna Brito Malcher Pedroso**

Colaboração técnica

Quêzia Fragoso Xabregas (NAAP)

Edilmara Patrícia Rocha de Assis (NAAP)

Quêzia Fragoso Xabregas (NAAP)

Edilmara Patrícia Rocha de Assis (NAAP)

SUMÁRIO

1 CARACTERIZAÇÃO GERAL DO CURSO	7
1.1 Mantenedora e Mantida	7
1.2 Dados do curso	7
1.3 Formas de acesso ao curso	7
1.4 Base Legal do curso	8
2 CONTEXTO REGIONAL E LOCAL	8
2.1 Estado do Pará	8
2.2 Município de Santarém	9
2.3 Contexto Educacional	9
3 HISTÓRICO DA MANTENEDORA	10
3.1 Fundação Esperança	10
3.2 Frei Lucas Tupper - Fundador	11
4 CONTEXTO INSTITUCIONAL	13
4.1 Missão, visão, valores e princípios	13
4.2 Objetivos Institucionais	14
4.3 Caracterização geral do IESPES	15
5 JUSTIFICATIVA E NECESSIDADE SOCIAL DO CURSO	16
6 CONCEPÇÃO DO CURSO	19
6.1 Missão	19
6.2 Valores e visão	21
6.3 Objetivos do curso	21
6.4 Campos de atuação	23
6.5 Perfil do Egresso	25
6.6 Concepção metodológica do curso	26
6.6.1 Integração com outras áreas	27
6.6.2 Metodologias do curso	27
6.6.3 Tecnologias de informação e comunicação na aprendizagem	29
6.7 Trabalho de conclusão de curso	29
6.8 Atividades complementares	29
7 ESTRUTURA CURRICULAR	30
7.1 Concepção da estrutura curricular	30
7.2 Conteúdos exigidos em diretrizes nacionais específicas	30
7.3 Matriz curricular	32
8 CONTEÚDOS, BIBLIOGRAFIAS E COMPETÊNCIAS	35
9 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	75

9.1 Avaliação formativa	75
9.2 Avaliação somativa	75
10 PROGRAMAS DE ATENDIMENTO AO DISCENTE	76
10.1 Núcleo de Apoio Acadêmico e Pedagógico – NAAP	76
10.2 Clínica de Psicologia	76
10.3 Bolsa de Iniciação Científica e Extensão	76
10.4 Bolsa Monitoria	77
10.5 Programa de Bolsas de Estudo Institucional	77
10.6 Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES)	78
10.7 Diretório Central de Estudantes – DCE	78
10.8 Programa de Nivelamento aos Ingressantes	78
10.9 Programa de apoio ao estudante com deficiência	78
10.10 Descontos em serviços de saúde	79
10.11 Programa Institucional de Educação para Direitos Humanos	79
11 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO	79
11.1 Políticas de ensino	80
11.2 Políticas de pesquisa e extensão	80
12 PROCESSOS DE GESTÃO DO CURSO	81
12.1 Dimensões da gestão	81
12.2 Indicadores para avaliação interna e externa	81
13 INFRAESTRUTURA FÍSICA E INSTALAÇÕES	82
13.1 Salas para docentes	82
13.2 Acesso aos equipamentos de informática	82
13.3 Laboratórios de ensino	83
13.3.1 Laboratório de Farmacologia e Toxicologia	85
13.3.2 Laboratório de Microbiologia e Imunologia	85
13.3.3 Laboratório de Anatomia	86
13.3.4 Laboratório de Microscopia (Citologia)	86
13.3.5 Laboratório de Química e Bioquímica	87
13.3.6 Laboratório de Habilidades	87
14 BIBLIOTECAS	88
15 BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	88
ANEXOS – REGULAMENTOS	89
ANEXO I – ATIVIDADES COMPLEMENTARES	91
ANEXO II – ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO	94
ANEXO III – TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	103
ANEXO IV – SISTEMA QUANTITATIVO DE AVALIAÇÃO	109
ANEXO V – BOLSAS DE PESQUISA E EXTENSÃO	112

ANEXO VI – PROGRAMA DE MONITORIA	114
ANEXO VII – PROG. DE APOIO AO ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIA	117
ANEXO VIII - NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE – NDE	121
ANEXO IX – COLEGIADO DE CURSO	125

1 CARACTERIZAÇÃO GERAL DO CURSO

1.1 Mantenedora e Mantida

Mantenedora: FUNDAÇÃO ESPERANÇA / CNPJ: 054092220001-86

Endereço: Av. Coaracy Nunes, 3344, Caranazal – CEP: 68.040-100

Natureza Jurídica: Privada sem fins lucrativos

Mantida: INSTITUTO ESPERANÇA DE ENSINO SUPERIOR – IESPES

Endereço: Av. Coaracy Nunes, 3315, Caranazal – CEP: 68.040-100

Telefones: (93) 3529-1760 / **site:** www.fundacaoesperanca.org

1.2 Dados do curso

Nome do Curso: Curso de Bacharelado em Farmácia

Coordenação do Curso: Isabele de Azevedo Portela Almeida

Total de Vagas anuais: 100 (cem)

Regime de Oferta: 02 (duas) entradas semestrais de 50 (cinquenta) vagas

Regime de matrícula: Periodicidade Letiva Semestral

Turnos de funcionamento: Vespertino e Noturno

Modalidade do Curso: Presencial

Carga horária total do curso: 4.000 horas

Prazo de integralização: Mínimo 10 semestres / Máximo 14 semestres

1.3 Formas de acesso ao curso

Para matricular-se no curso de Bacharelado em Farmácia do IESPES, o candidato deverá:

- 1) Ter concluído o Ensino Médio em instituições reconhecidas pelo Ministério da Educação;
- 2) Ter sido convocado a matricular-se após selecionado por um dos seguintes processos, de acordo com as normas do IESPES, definidas em edital próprio:
 - Processo Seletivo periódico, sendo dois anuais;
 - Nota obtida no Exame Nacional do Ensino Médio;
 - Solicitação de vaga, caso seja portador de diploma de nível superior;
 - Transferência externa;
 - Por meio de transferência interna.

1.4 Base Legal do curso

O Curso tem como base as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Graduação em Farmácia, através da Resolução Nº 06, de 19 de outubro de 2017, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CES/CNE), Lei nº 9.394/96, que institui as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Resolução nº 2, de 19 de abril de 2021, que altera o art. 5º da Resolução CNE/CES nº 5/2018, a Resolução CES/CNE Nº 2/2007, que dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial e na Resolução CNE/CES nº 3/2007, que dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula, e dá outras providências, o Decreto nº 5.626/2005, que regulamenta a Lei nº 10.436/2002, que dispõe sobre o Ensino da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, e ao Decreto nº 5.296/2004, que dispõe sobre as condições de acesso para pessoas com deficiência; a Lei nº 9.795/1999 e no Decreto nº 4.281/2002, que estabelecem as políticas de Educação Ambiental; a Resolução CNE/CP nº 01/2004, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e a Resolução CNE/CP nº 01/2012, que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

2 CONTEXTO REGIONAL E LOCAL

2.1 Estado do Pará

O Pará é uma das 27 unidades federativas do Brasil. É o segundo maior Estado do país com uma extensão de 1.247.689,515 km², dividido em 144 municípios. O Estado é o mais populoso da região norte, contando com uma população de cerca de 8.120.131 habitantes (Disponível em <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa/>, 2022). A economia se baseia no extrativismo mineral (ferro, bauxita, manganês, calcário, ouro, estanho) e vegetal (madeira), na agricultura, na pecuária e nas criações, na indústria e no turismo. A mineração é atividade preponderante na região sudeste do estado, sendo Parauapebas a principal cidade que a isso se dedica. As atividades agrícolas são mais intensas na região nordeste do estado, onde destaca-se o município de Castanhal; a agricultura também se faz presente, desde a década de 1960, ao longo da malfadada Rodovia Transamazônica (BR230)

O Pará teve um elevado número de imigrantes portugueses, espanhóis e japoneses. Estes povos têm suas trajetórias contadas em um espaço permanente, a “Sala Vicente Salles” do “Memorial dos Povos”, situado em Belém. Os lusitanos foram seguidos pelos espanhóis, que

chegaram à capital quase que exclusivamente por questões políticas, graças às disputas pela Península Ibérica. Em seguida, vieram os italianos e seu poder desbravador marítimo. Após deixar sua contribuição para o surgimento da cidade de Belém, os japoneses estabeleceram-se no interior agrário, fixando-se em municípios como Tomé-açu. A maioria da população se autodenomina parda, devido à grande herança genética indígena e africana.

2.2 Município de Santarém

Santarém é um município brasileiro do estado do Pará. É o segundo município mais importante do Pará e o principal centro financeiro e econômico do Oeste do estado. É sede da Região Metropolitana de Santarém, que inclui também os municípios de Mojuí dos Campos e Belterra. Pertence à mesorregião do Baixo Amazonas e a microrregião de Santarém. Situa-se na confluência dos rios Tapajós e Amazonas. Localizada a cerca de 800 km das metrópoles da Amazônia (Manaus e Belém), ficou conhecida poeticamente como "Pérola do Tapajós".

Em 2022, a população foi estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 331.942 habitantes, sendo o terceiro município mais populoso do estado do Pará (atrás dos municípios de Belém e Ananindeua), o oitavo mais populoso do norte do Brasil e o 91º do país. Ocupa uma área de 17.898,339 km², sendo que 97 km² estão em perímetro urbano. Segundo dados de 2014, possui um Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 3,7 bilhões, ligado principalmente ao setor de serviços e comércio, mas também ao extrativismo e à indústria. É o sétimo município com maior PIB do estado (disponível em <http://www.santarem.pa.gov.br>).

2.3 Contexto Educacional

O Censo da Educação Superior de 2022 registrou 2.595 IES no país. Com relação ao ensino presencial de graduação, foi registrado o funcionamento de 44.951 cursos em todo o Brasil. Do mesmo modo que nos anos anteriores, as IES privadas foram responsáveis pela ofertado maior número de cursos em 2022, um total de 33.881. Do total de IES do Brasil, 137 estão no Estado do Pará, sendo que destas 73 ofertam cursos presenciais, e 64 em EaD. As principais instalações educacionais do país estão concentradas nas capitais brasileiras.

Diante deste cenário, onde a grande maioria das IES do Estado é proveniente da iniciativa privada, e ainda, a fim de garantir formação de pessoal qualificado para atender as demandas necessárias para o desenvolvimento da região, percebemos que existe uma nova realidade organizacional que caracteriza a necessidade de criação de cursos que estejam pautados na qualificação técnica, crítica, humanista e reflexiva, de modo a suprir distintos níveis

de desenvolvimento da sociedade, estimulando a capacidade criadora, a iniciativa de ação, a inovação produtiva, o cuidado com a saúde, o empreendedorismo responsável e o compromisso social que esteja em consonância com a sustentabilidade, que acompanhe o crescimento dos setores produtivos, sempre priorizando o pensamento sustentável.

Assim, a proposição acadêmica dos cursos ofertados pelo IESPES enfatiza estes objetivos, legitimando nossa missão de “contribuir para o desenvolvimento da região amazônica, articulando um saber comprometido com a justiça, a solidariedade e contribuindo para o exercício pleno da cidadania, mediante formação humanista crítica e reflexiva”, notadamente em Santarém, no Estado do Pará, região Norte do país.

Ademais dos dados sociodemográficos apresentados anteriormente, Santarém conta ainda com 449 escolas públicas municipais, estaduais e federais, e 56 escolas particulares. Diversas instituições de educação superior ofertam vagas para diversos cursos de graduação, conferindo à Santarém o título de polo de desenvolvimento em educação superior do Oeste do Pará.

Existem também cursos profissionalizantes promovidos pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Serviço Social do Comércio (SESC), Serviço Social da Indústria (SESI), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e empresas da área de informática e o Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará (CEFET).

3 HISTÓRICO DA MANTENEDORA

3.1 Fundação Esperança

A Fundação Esperança é uma instituição sem fins lucrativos que atua na Amazônia, contribuindo com o desenvolvimento regional e valorizando a vida. Uma iniciativa pioneira de saúde e educação que consolida projetos junto às populações de Santarém e municípios circunvizinhos. O trabalho iniciou em 1970, com ações de saúde voltadas à vacinação de crianças em comunidades rurais de Santarém, lugares onde havia o registro de alto índice de mortalidade infantil. O projeto foi iniciado por Frei Lucas Tupper, um médico e frade franciscano vindo dos Estados Unidos, que contou com a participação de voluntários, profissionais de saúde vindos dos Estados Unidos, de outras partes do Brasil e de Santarém. Um forte apoio veio da própria família do Frei que ajudou na captação de recursos financeiros e humanos para o atendimento em saúde na Amazônia, além da corresponsabilidade assumida

pela Igreja Católica local. Em pouco tempo, o sonho do frade foi compartilhado por outros e se efetivou na consolidação de uma entidade juridicamente constituída. Na época, o bispo da Prelazia de Santarém, Dom Tiago Ryan, apostou no sonho e cedeu uma área de terra da Igreja para a construção da que ficou conhecida como ‘Clínica dos Pobres’, hoje a sede da Fundação Esperança, mantenedora do IESPES.

Iniciada como organização, em 1972, a Fundação Esperança só foi registrada em cartório em 12 de dezembro de 1977, tendo como instituições fundadoras: a Prelazia de Santarém, a Sociedade dos Padres Franciscanos Missionários do Rio Tapajós e a Esperança *Incorporated*, organização criada nos Estados Unidos por amigos e familiares de Frei Lucas, com sede em Phoenix. Desde o início, a Fundação Esperança foi administrada por representantes da sociedade que decidiram manter vivo o desejo de promover a vida e garantir dignidade aos que mais precisam. O primeiro grande empreendimento da Fundação Esperança foi a ‘Clínica dos Pobres’. O espaço era usado para prestar os serviços na área da saúde, que iam se expandindo de acordo com a necessidade dos pacientes, sendo, inclusive, local de cirurgias ortopédicas e labiais em jornadas que contavam com a participação de médicos voluntários. O cuidado com crianças e mulheres também foi presente nas ações, resultando em programas de atendimento como o Centro da Criança e o Programa da Saúde da Mulher. Com o tempo, os serviços oferecidos pela Fundação Esperança foram se expandindo. A pequena clínica foi transformada em uma unidade que, nos dias atuais, oferece diversas especialidades médicas, odontológicas, além de exames laboratoriais. São serviços de qualidade e com preços acessíveis à população.

Os novos olhares dos grupos gestores da Fundação Esperança levaram a instituição a trilhar o caminho da educação, atuando na formação profissionalizante e na formação superior. A missão educacional levou à criação do Centro de Educação Profissional Esperança (CEPES), inicialmente denominado Centro Técnico Vocacional, em 1996, e do IESPES, em 2001.

3.2 Frei Lucas Tupper – Fundador

James Tupper era um jovem oficial, recém-formado em medicina, quando sentiu o chamado para a vida religiosa. Seu amor franciscano brotou quando, em missões militares pela América do Sul, deparou-se com a pobreza extrema. Na ocasião, verificou que existiam famílias morando em barracas construídas em ilhas de lixo e com esgoto a céu aberto. Tal realidade impulsionou o jovem médico a seguir a vocação sacerdotal, na ordem religiosa franciscana,

adotando o Brasil como sua terra de missão. Primeiro passou por Salvador (BA) para estudar Teologia e aprimorar o Português. Lá, cuidava de doentes nas favelas.

No ano de 1969, visitou Santarém, onde se encantou com a “pérola” que serve de ponto de encontro para os rios Tapajós e Amazonas. Nestas terras amazônicas, conheceu a vida de ribeirinhos, moradores do planalto e das periferias do município. Neste período, viajou de comunidade em comunidade de barco, bicicleta, moto, jipe e a pé. Descobriu que, na Amazônia, doenças como queimaduras, picadas de cobra, apendicite e outras emergências médicas que poderiam ser tratadas facilmente na cidade, eram, muitas vezes, fatais.

O pouco acesso das pessoas aos serviços de saúde sensibilizou Tupper que, após enfrentar situações extremas de isolamento, falta de recursos médicos e mortes, principalmente de crianças, voltou para os Estados Unidos decidido a cuidar de vidas. Então, após sua ordenação sacerdotal, em sete de dezembro de 1969, escolheu adotar o nome de Lucas, o apóstolo de Jesus reconhecido como médico.

Após o ordenamento, voltou a Santarém, em 1970, e, fortalecido pela ajuda de seus familiares e amigos, trouxe recursos que o ajudaram a iniciar seu trabalho com o programa de imunização junto às populações carentes das periferias e comunidades rurais.

A campanha nos Estados Unidos ficou fortalecida com a criação de uma organização não-governamental que conseguia captar recursos para as ações de saúde em Santarém, a *Esperança Incorporated*, que existe até os dias atuais, atuando com o compromisso de apoiar comunidades carentes, hoje direcionando suas ações para outros países.

Em dois anos de atuação, a ação coordenada por Frei Lucas imunizou mais de 71 mil habitantes da Amazônia contra doenças que afligiam a população. Em suas caminhadas pelas comunidades da floresta amazônica, também desenvolveu ações na área da saúde bucal, considerando que a maioria das pessoas não tinham acesso à escova de dente nem a dentistas.

Sonhando cada vez mais alto, levou a seus familiares e amigos a preocupação com o isolamento das pessoas em comunidades mais distantes. Daí nasceu a ideia de se levar um hospital até essas pessoas. Com uma doação de 15 mil dólares, no final de 1971, foi adquirida uma balsa, transformada em um hospital flutuante, que levava esperança aos lugares mais distantes com acesso pelos rios.

Durante anos, o Barco Esperança era a principal referência de saúde para as populações amazônicas, sendo espaço de consultas e até cirurgias nas jornadas cirúrgicas. Voluntários de várias partes do Brasil e dos Estados Unidos passavam semanas navegando pelos rios da Amazônia, transformando vidas.

Em 1972, com apoio da Igreja Católica de Santarém, na pessoa de outro norte-

americano, Dom Tiago Ryan, e de trabalhadores voluntários, foi erguida a ‘Clínica dos Pobres’, que se tornou um ‘posto de vida’ dos que necessitavam de cuidados médicos, mais tarde se tornando a Clínica Esperança.

Em 1976, Frei Lucas voltou aos Estados Unidos para novas especializações na medicina, e, precocemente, morreu em 18 de setembro de 1978, aos 45 anos, vítima de um acidente de trânsito. Ele partiu, mas deixou sua semente plantada e sendo muito bem cuidada pelos que continuaram seu legado na instituição.

4 CONTEXTO INSTITUCIONAL

O IESPES, localizado no município de Santarém (PA) foi credenciado pela Portaria MEC nº 476, de 15/03/2001, publicada no D.O.U de 20/03/2001 e reconhecido pela Portaria MEC nº 291, de 23/03/2015, publicada no D.O.U de 24/03/2015 e, recentemente, obteve novo reconhecimento por meio da Portaria MEC nº 2.134, de 11/12/2019, publicada no D.O.U de 12/12/2019. É mantido pela Fundação Esperança (Cód.: 1098), fundada em 12/12/1984 pela Sociedade dos Padres Franciscanos Missionários do Rio Tapajós, com sede no município de Santarém (PA), com caráter de direito privado sem fins lucrativos, associação de utilidade pública.

O IESPES tem como ideário:

4.1 Missão, visão, valores e princípios

- **MISSÃO:** Formar profissionais éticos e competentes para atuarem no mercado de trabalho, articulando um saber comprometido com a justiça social e a solidariedade, que contribua efetivamente para o exercício pleno da cidadania e para o desenvolvimento da região Amazônica mediante formação humanista, crítica e reflexiva.

- **VISÃO:** Ser uma Instituição de Educação Superior de referência na região norte, com foco na interdisciplinaridade e empreendedorismo, na busca da formação cidadã e profissional dos alunos, funcionando com profissionais qualificados, infraestrutura adequada e modelos pedagógicos críticos e ativos, visando contribuir para a melhoria da Educação Nacional e para o desenvolvimento sustentável da região Amazônica e do País.

- **VALORES:** Ética; Competência; Universalidade do Conhecimento e Fomento à Interdisciplinaridade; Planejamento e Avaliação como Princípios Orientadores da Prática Institucional; Inclusão Social; Qualidade; Responsabilidade Socioambiental; Educação

Transformadora e Gestão Democrática e Participativa.

▪ **PRINCÍPIOS**

A contribuição da IES para a formação integral do ser humano pressupõe o respeito ao indivíduo, às suas características, à cultura e necessidades, resgatando sua consciência reflexiva e com aspiração ao valor transcendente, capaz de superar-se, compreendendo a sua importância no coletivo. As ações acadêmicas têm por princípios:

- a) a comunicação ampla e irrestrita das informações inerentes aos processos associados à Instituição, priorizando a clareza e a transparência das informações;
- b) o processo de aquisição, produção e difusão de conhecimento como um contínuo inerente à aprendizagem;
- c) a ética como referência e prática institucional;
- d) a qualidade, como objetivo e ação prática associada a todos os processos organizacionais.

4.2 Objetivos Institucionais

Objetivos institucionais para o período de vigência do PDI – 2023 a 2027.

Objetivo Geral

Promover a educação integral do ser humano, por meio do Ensino, da Extensão e da Investigação Científica, nas diversas áreas de conhecimento, visando à formação acadêmica e profissional de qualidade, em consonância com as exigências do Século XXI, incorporando inovações científicas e tecnológicas, que contribuam para o desenvolvimento socioambiental, econômico, político e cultural do Município de Santarém, do Estado do Pará, da Região Norte e do País.

Objetivos Específicos

- Promover a formação integral do ser humano, por meio dos seus diversos cursos superiores, estimulando a produção cultural e o desenvolvimento do senso crítico e do pensamento reflexivo;
- Qualificar profissionais, nas diversas áreas de conhecimento, aptos para a inserção nos setores produtivos da sociedade civil, que possam contribuir para o seu

desenvolvimento pessoal e sua formação contínua;

- Otimizar ações que ampliem a interface da educação superior com a sociedade civil, visando à difusão dos conhecimentos naquela produzidos;
- Estimular a iniciação à pesquisa, buscando o desenvolvimento do saber científico, com base numa visão integral do ser humano e do meio em que está inserido;
- Promover a educação superior contextualizada com a Região Amazônica, objetivando o seu desenvolvimento e sua melhor inserção no contexto nacional, sem perder a perspectivada universalidade do conhecimento.
- formar profissionais e especialistas de nível superior, compromissados com a realidade e com a solução dos problemas nacionais e da região de sua influência;
- Estender o ensino à comunidade, mediante atividades de extensão e de prestação de serviços;
- Promover o intercâmbio e a cooperação com instituições dos diversos graus e níveis educacionais, tendo em vista o desenvolvimento da educação, da cultura, das artes, das ciências e da tecnologia;
- Participar no desenvolvimento socioeconômico do país e, em particular, da região amazônica, como organismo de consulta, assessoramento e prestação de serviços, em assuntos relativos aos diversos campos do saber;
- Promover programas e cursos de pós-graduação, de atualização, de extensão;
- Promover a educação cidadã sob os princípios da liberdade, da fraternidade e da solidariedade humana;
- Estimular a criação artística, as manifestações culturais e as práticas desportivas, por meio de ações promovidas pelo diretório central dos estudantes.

Para o cumprimento de seus objetivos, o IESPES poderá assinar convênios, acordos, contratos e protocolos, por intermédio da Mantenedora, com Entidades Nacionais e Internacionais.

4.3 Caracterização geral do Iespes

Atualmente, o IESPES possui Conceito Institucional (CI) 4 e Índice Geral de Cursos (IGC) 3 e nenhum protocolo de compromisso celebrado com o MEC, isto é, todos os cursos de graduação atendem aos critérios de qualidade definidos na legislação da Educação Superior e nos atos normativos do CNE e do MEC.

O IESPES oferece os seguintes cursos de graduação: Bacharelados em Administração,

Ciências Contábeis, Direito, Enfermagem, Farmácia, Psicologia, Fisioterapia, Odontologia e Biomedicina; Licenciatura em Pedagogia e Cursos Superiores de Tecnologia em Redes de Computadores, Radiologia e Estética e Cosmética.

No que tange à divulgação científica, a Instituição produz anualmente o livro de resumos que compila os trabalhos submetidos à Jornada Científica do IESPES, além da participação institucional, por meio dos docentes e discentes, em diversos eventos nacionais e internacionais.

Além disso, o IESPES preserva como princípios gerais: a) ética e comprometimento com a qualidade; b) universalidade do conhecimento e fomento da interdisciplinaridade; c) contextualização e compromisso social; d) planejamento e avaliação como princípio orientador da prática institucional; e gestão democrática.

O IESPES se adequa aos ditames da LDB (Lei 9.394/96), com adoção de seu PDI (2023-2027), além da atuação ativa da Comissão Própria de Avaliação (CPA). A IES está em constante dinâmica educacional renovadora para participação no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), tanto no âmbito Institucional como no de Cursos Superiores e nos eventos de Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE).

Em relação à pós-graduação *Stricto Sensu*, a Fundação Esperança/IESPES tem as seguintes ações realizadas:

1) Período de 1998 a 2000: Mestrado em Gestão do Desenvolvimento e Cooperação Internacional, em parceria com a Universidade Moderna de Portugal (UM) e a Universidade Estadual da Paraíba, com 24 alunos matriculados e 20 concluintes.

2) Período de 2004 a 2006: Mestrado em Engenharia Elétrica e Computação Aplicada, em parceria com a Universidade Federal do Pará (UFPA), com 20 alunos matriculados e 17 concluintes.

3) Período de 2006 a 2008: Mestrado em Genética e Biologia Molecular, em parceria com a UFPA, com 20 alunos matriculados e 18 concluintes.

5 JUSTIFICATIVA E NECESSIDADE SOCIAL DO CURSO

Vivemos em uma era na qual se observa uma crescente preocupação mundial em adequar as sociedades ao atendimento de suas necessidades mais importantes, dentre elas, com destaque, o acesso cada vez mais amplo aos serviços de atendimento em saúde por parte de uma massa populacional cada vez maior, cuja expectativa de vida tem apresentado constante índice de crescimento. Ademais, verifica-se um desejo comum de se criar condições não apenas de maior longevidade, como também de melhoria na qualidade de vida das populações.

A preocupação com a melhoria da saúde populacional tem a sua razão de ser. Com a globalização e a dinamização das relações comerciais, altera-se o cenário social, levando a toda uma reestruturação social, o que demanda uma prestação de saúde mais eficiente, eficaz e versátil. Neste contexto, desponta como um forte aliado na busca da prestação adequada da saúde, o profissional farmacêutico, que vem ganhando destaque cada vez maior no cenário nacional.

Atualmente, em que pese o crescente número de Farmacêuticos no País – já alcançamos cerca de 195 mil farmacêuticos por todo o território nacional, segundo o Conselho Federal de Farmácia – mesmo assim, verifica-se, ainda, um forte déficit em relação à demanda existente, sendo premente a necessidade de formação de profissionais nesta área específica.

A profissão farmacêutica tem suas áreas de atuação regulamentadas pela Resolução do Conselho Federal de Farmácia Nº 572, de 25 de abril de 2013. O farmacêutico está apto a desempenhar funções, nas 131 especialidades, distribuídas em 10 áreas de atuação. A Lei 5.991/73 prevê a presença obrigatória de um Farmacêutico durante o horário de funcionamento das farmácias. Além da obrigatoriedade crescente quanto ao número de horas de dedicação do Farmacêutico em Farmácias e Drogarias, é necessário a atividade do profissional nas farmácias e nos laboratórios farmacêuticos interessados no fracionamento de medicamentos.

Em 2014, a Lei nº 13.021/2014 foi sancionada, estabelecendo a “farmácia como uma unidade de prestação de serviços destinada a prestar assistência farmacêutica, assistência à saúde e orientação sanitária individual e coletiva, na qual se processe a manipulação e/ou dispensação de medicamentos magistrais, oficinais, farmacopeicos ou industrializados, cosméticos, insumos farmacêuticos, produtos farmacêuticos e correlatos”, a lei representa um avanço para a prestação de serviços nas farmácias brasileiras de natureza pública ou privada, incluindo aquelas de estabelecimentos hospitalares ou ambulatoriais.

Cabe ao farmacêutico, ainda, atuar no cuidado direto ao paciente, à família e à comunidade, a fim de reduzir a morbimortalidade relacionada ao uso dos medicamentos, promover a saúde e prevenir a doença e outras condições.

Por outro lado, a necessidade de fiscalização da enormidade de medicamentos presentes no mercado, e daqueles que buscam nele ingressar, é objeto de políticas públicas em todo o território nacional, devido à sua importância e urgência. A dificuldade que se encontra para coibir a comercialização de medicamentos falsificados está diretamente relacionada com a falta de profissionais de farmácia presentes nos municípios brasileiros. Compete ao Farmacêutico a verificação do medicamento, a fim de auferir se este está de acordo com a legislação vigente, conferindo o registro no Ministério da Saúde, sua composição química, as alterações de

fórmulas ou irregularidades na embalagem.

Diante do exposto, verifica-se a necessidade social do Farmacêutico nas Unidades de Saúde do Município. Santarém possui estabelecimentos de saúde e prestadores de serviços ao SUS. São leitos hospitalares, laboratórios (análises clínicas), atividades especializadas nos campos da homeopatia, fitoterapia e cosmetologia (cosméticos). O município de Santarém e outros da região Oeste do Pará carecem de cursos na área da saúde, o que resulta em deficiência de profissionais desta natureza, como farmacêuticos, no sentido de atender satisfatoriamente às demandas de manipulação e dispensação de medicamentos, na saúde pública, na realização de diagnósticos laboratoriais e nas indústrias de alimentos, o que motivou a criação do curso na região. Desde 2009, com a publicação da RDC N° 44, de 17 de agosto de 2009 pela ANVISA, ocorreu a valorização da assistência farmacêutica nas farmácia, com a permissão para prestação de serviços farmacêutico como a realização da atenção farmacêutica, aferição de parâmetros fisiológicos e bioquímicos, exigindo a presença do profissional no estabelecimento de saúde. Por meio da Lei nº 13.021/2014 , a exigência da presença do farmacêutico em todo horário de funcionamento de farmácias e drogarias, proporcional um mercado de trabalho em ascensão para os egressos do curso de farmácia em Santarém e no interior. Cerca de 431 farmacêuticos atuam na cidade de Santarém, que possui cerca de 211 estabelecimentos de saúde, conforme descrito no quadro a seguir:

Estabelecimentos	Quantidade
Laboratórios de Análises Clínicas privados	22
Estabelecimento de Diagnósticos por Imagem/Radiologia	09
Hospitais privados	04
Hospital público municipal	01
Hospital Público Estadual	01
Unidades Básicas de Saúde	14

Unidades de Pronto Atendimento - UPA	01
Unidades de Saúde da Família	15
Unidade de Saúde Fluvial Abaré	02
Unidade de Vigilância	02
Unidade de Suporte Avançado	05
CEO – Municipal	03
Centro de Saúde	32
Centro de Referência da Saúde da Mulher	01
Centro de Referência de Saúde do Idoso	01
Centro de Referência de Saúde da Criança	01
Centro de Referência do Cidadão	01
Centro de Atenção Psicossocial Municipal e Estadual	02
Centro de Hemoterapia	01
Unidade de Dispensação de Medicamentos – Estadual	01
Estabelecimentos Farmacêuticos	211

Fonte: Cnes.datasus.gov.br – acesso: 21/09/2024; Assessoria do Conselho Regional Farmácia do Pará – acesso: 09/10/2024

6 CONCEPÇÃO DO CURSO

6.1 Missão

O curso de Farmácia do IESPES surge numa concepção alicerçada na missão de formar profissionais com capacidade de interpretar as mudanças que estão ocorrendo na sociedade, nas suas múltiplas dimensões, com destaque para um mundo pós-pandemia da Covid-19, desenvolver habilidades e competências que possibilitem agir sobre os novos cenários, na

perspectiva do conhecimento construído de forma integrada com outras áreas de formação, valorizando a busca de soluções para problemas da Amazônia, com reflexos nas demandas nacionais e mundiais, por meio de metodologias que tenham o aluno como sujeito ativo e colaborativo, com o auxílio das tecnologias de informação e comunicação. Ao completar 20 anos de atuação na região, o IESPES busca se consolidar nos dois eixos principais que vêm possibilitando a formação dos profissionais que atendem não somente a região, mas também diversas outras partes do país: Negócios e Saúde.

Com esta vocação, o IESPES criou e vem consolidando a Escola de Negócios e Tecnologia – ENTEC/IESPES, e a Escola de Saúde – ESA/IESPES, que promovem ações integradas que contemplam: componentes curriculares obrigatórios e eletivos, grupos de estudo, desenvolvimento de atividades e promoção de eventos que sejam de interesse coletivo e abranjam os cursos envolvidos em cada uma das escolas.

Em relação ao primeiro eixo (ENTEC/IESPES), que contempla os cursos de Administração, Ciências Contábeis, Redes de Computadores, Psicologia, Pedagogia e Jornalismo, o curso de Direito do IESPES buscará formar profissionais que, diante de um mercado cada vez mais competitivo e global, garantam uma atuação na prevenção das questões judiciais vinculadas às instituições, para que os problemas possam ser antecipados. As tomadas de decisão dos gestores precisam considerar os principais assuntos legais que envolvem a companhia e o perfil de negócio, com vistas ao crescimento sustentável. Assim, será possível oferecer um curso onde o acadêmico possa desenvolver projetos que simulem contratos, determinando direitos e obrigações das partes; projetos que organizem empresas e instituições, que prevejam questões tributárias baseadas em gestão eficiente, com planejamento e escolha de sistemas de modelos de negócios, reduzindo a carga de tributos e ganhando em eficiência, sem afetar a responsabilidade fiscal.

No âmbito trabalhista, diversas questões poderão ser consideradas na execução dos projetos: jornada de trabalho, banco de horas, terceirização e atividades *home office*, especialmente em um período afetado pela pandemia da Covid-19. O curso deverá promover projetos que envolvam a rotina das empresas e instituições, estudando, de forma integrada com as outras áreas, a legislação tributária, trabalhista, previdenciária, constitucional e administrativa. Isso tudo considerando projetos realizados em grupos de estudantes pertencentes aos cursos mencionados neste eixo.

No eixo que contemple a Escola de Saúde (ESA/IESPES), que integram os cursos de Farmácia, Enfermagem, Biomedicina, Fisioterapia, Odontologia, Estética e Cosmética e Radiologia, o curso de Farmácia do IESPES deverá desenvolver projetos para que os alunos

vivenciem experiências que demonstrem a responsabilidade pela causa de danos a alguém, na relação entre profissionais e pacientes.

O contexto atual do IESPES, respeitando sua vocação, posicionamento no mercado e inserção de novos olhares para os problemas estudados pelos atuais acadêmicos dos demais cursos da instituição, permitiu a criação de duas linhas de ênfase que o curso de Farmácia deverá estar inserido, para além do estudo dos conteúdos curriculares considerados obrigatórios. São eixos delineados para dar conta das demandas da sociedade, considerando o conhecimento técnico-científico, respeitando a diversidade e as características locais e regionais.

6.2 Valores e visão

Neste sentido, os valores pretendidos pelo curso de Farmácia do IESPES são: contextualização do conhecimento; práticas de ensino e aprendizagem ativas e colaborativas, auxiliadas pelas tecnologias digitais; e estímulo à aprendizagem autônoma.

Pelo fato de o IESPES se constituir como uma instituição local e sem fins lucrativos, com forte identidade social e regional, o curso de Farmácia é concebido com a visão de ser um curso de referência na região norte, com foco na discussão dos problemas da Amazônia, por meio de um ensino ativo e colaborativo. O curso deverá dar atenção, inicialmente, para as demandas do nosso entorno, como questões agrárias, fundiárias, socioambientais, dentre outros.

A identificação do curso levará em consideração o fato de estarmos localizados no “coração” da Amazônia brasileira, apresentando, portanto, questões específicas a serem discutidas não só no âmbito do curso, mas também, de forma integrada com as demais graduações pertencentes ao IESPES. Trata-se de uma região que desperta indubitável interesse nacional e internacional, mas que jamais podem se sobrepor aos que aqui residem e estabelecem sua relação direta com o ambiente, o que se consolida como cenário natural para inserir os acadêmicos nas diversas situações de aprendizagem.

6.3 Objetivos do curso

Objetivo Geral

Graduar o bacharel em Farmácia generalista, humanista, crítico e reflexivo, apto a atuar em todos os níveis de atenção à saúde, com uma visão social, ética e política, desenvolvendo e aplicando os conhecimentos adquiridos e produzidos para o aprimoramento da qualidade de

vida da sociedade em que vive e das organizações em que atua.

Objetivos Específicos

Formar o profissional Farmacêutico capaz de:

- aplicar de forma integral os conhecimentos adquiridos, por meio de uma abordagem holística, adequada à realidade sócio-econômica;
- compreender e reconhecer o homem como cidadão, através de inter- relações com o outro, com necessidades de saúde que devem ser atendidas durante seu ciclo vital;
- compreender o processo saúde-doença, como dinâmico através de análise crítica dos múltiplos fatores que interferem neste processo;
- desenvolver de forma integrada ações educativas, administrativas e de pesquisa;
- analisar criticamente o seu papel como cidadão e profissional na realidade brasileira;
- reconhecer a transição epidemiológica e demográfica da população brasileira e sua influência na atuação da farmácia;
- valorizar a problemática do meio ambiente na saúde;
- relacionar o processo de trabalho e de educação com o processo saúde- doença;
- valorizar as questões de bioética no “fazer” da farmácia;
- praticar a educação em saúde como técnica básica para a saúde pública;
- exercer a assistência farmacêutica entendendo a organização e gestão do sistema de saúde;
- dotar o graduando dos conhecimentos requeridos para o exercício das competências e habilidades gerais e específicas descritas para o Farmacêutico;
- enfrentar os desafios de um mundo globalizado onde os avanços científicos ocorrem rapidamente;
- promover a integração e sedimentação dos conteúdos por meio da interdisciplinaridade, com a adoção de metodologias de ensino em que a teoria e a prática não sejam dissociadas e possibilitem uma flexibilidade curricular que permita uma visão humanista e não apenas tecnicista;
- desenvolver práticas multiprofissionais junto aos cursos de graduação que atuam no sistema de saúde;
- desenvolver a capacidade para as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

6.4 Campos de atuação

Considera-se linha de atuação “o conjunto de conhecimentos afins do exercício profissional, agrupados conforme as especialidades farmacêuticas, reconhecidas pelo Conselho Federal de Farmácia.

A profissão farmacêutica tem suas áreas de atuação regulamentadas pela Resolução do Conselho Federal de Farmácia Nº 572, de 25 de abril de 2013. O farmacêutico está apto a desempenhar funções, nas 131 especialidades, distribuídas em 10 áreas de atuação, tais como:

I – ALIMENTOS: alimentos funcionais e nutracêuticos; banco de leite humano; controle de qualidade de alimentos; microbiologia de alimentos; nutrição enteral; nutrigenômica; pesquisa e desenvolvimento de alimentos e produção de alimentos;

II – ANÁLISES CLÍNICO-LABORATORIAIS: análises clínicas; bacteriologia clínica; banco de materiais biológicos; banco de órgãos, tecidos e células; banco de sangue; banco de sêmen; biologia molecular; bioquímica clínica; citogenética; citologia clínica; citopatologia; citoquímica; cultura celular; genética; hematologia clínica; hemoterapia; histocompatibilidade; histoquímica; imunocitoquímica; imunogenética; imunohistoquímica; imunologia clínica; imunopatologia; micologia clínica; microbiologia clínica; parasitologia clínica; reprodução humana e virologia clínica;

III – EDUCAÇÃO: docência do ensino superior; educação ambiental; educação em saúde; metodologia de ensino superior e planejamento e gestão educacional;

IV – FARMÁCIA: assistência farmacêutica; atenção farmacêutica; atenção farmacêutica domiciliar; biofarmácia; dispensação; farmácia comunitária; farmácia magistral; farmácia oncológica; farmácia veterinária; farmacocinética clínica; farmacologia clínica e farmacogenética;

V – FARMÁCIA HOSPITALAR E CLÍNICA: farmácia clínica domiciliar; farmácia clínica em cardiologia, farmácia clínica em cuidados paliativos; farmácia clínica em geriatria; farmácia clínica em hematologia; farmácia clínica em oncologia; farmácia clínica em pediatria; farmácia clínica em reumatologia; farmácia clínica em terapia antineoplásica; farmácia clínica em unidades de terapia intensiva; farmácia clínica hospitalar; farmácia hospitalar e outros serviços de saúde, nutrição parenteral; pesquisa clínica e radiofarmácia;

VI – FARMÁCIA INDUSTRIAL: controle de qualidade; biotecnologia industrial; farmacogenômica; gases e misturas de uso terapêutico; hemoderivados; indústria de cosméticos; indústria farmacêutica e de insumos farmacêuticos; indústria de farmoquímicos; indústria de saneantes; nanotecnologia; pesquisa e desenvolvimento e

tecnologia de fermentação;

VII – GESTÃO: assuntos regulatórios; auditoria em saúde; avaliação de tecnologia em saúde; empreendedorismo; garantia da qualidade; gestão ambiental; gestão da assistência farmacêutica; gestão da qualidade; gestão de farmácias e drogarias; gestão de risco hospitalar; gestão e controle de laboratório clínico; gestão em saúde pública; gestão farmacêutica; gestão hospitalar; logística farmacêutica e marketing farmacêutico;

VIII - PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES: antroposofia; homeopatia; medicina tradicional chinesa-acupuntura; plantas medicinais e fitoterapia e termalismo social/crenoterapia;

IX – SAÚDE PÚBLICA: atendimento farmacêutico de urgência e emergência; controle de qualidade e tratamento de água; controle de vetores e pragas urbanas; epidemiologia genética; Estratégia Saúde da Família (ESF); farmacoeconomia; farmacoepidemiologia; farmacovigilância; gerenciamento dos resíduos em serviços de saúde; saúde ambiental; saúde coletiva; saúde do trabalhador; saúde ocupacional; segurança no trabalho; vigilância epidemiológica e vigilância sanitária;

X –TOXICOLOGIA: análises toxicológicas; toxicogenética; toxicologia ambiental; toxicologia analítica; toxicologia clínica; toxicologia de alimentos; toxicologia de cosméticos; toxicologia de emergência; toxicologia de medicamentos; toxicologia desportiva; toxicologia experimental; toxicologia forense; toxicologia ocupacional e toxicologia veterinária.

De tal forma, o mercado de trabalho do curso de Farmácia tem como característica principal a ampla área de inserção do Farmacêutico, ante as múltiplas possibilidades de sua atuação na sociedade.

Considerando ainda, o Decreto nº 85.878, de 07 de abril de 1981, são atribuições privativas dos profissionais Farmacêuticos:

I. desempenho de funções de dispensação ou manipulação de fórmulas magistrais e farmacopéicas, quando a serviço do público em geral ou mesmo de natureza privada;

II. assessoramento e responsabilidade técnica em:

a) estabelecimentos industriais Farmacêuticos nos quais se fabriquem produtos com indicações e/ou ações terapêuticas, anestésicos ou auxiliares de diagnóstico, ou capazes de criar dependência física ou psíquica;

b) órgãos, laboratórios, setores ou estabelecimentos Farmacêuticos em que se executem controle e/ou inspeção de qualidade, análise prévia, análise de controle e a análise fiscal de produtos, e que tenham destinação terapêutica, anestésica ou auxiliar de diagnósticos ou capazes de determinar dependência física ou psíquica;

c) órgãos laboratórios, setores ou estabelecimentos Farmacêuticos em que se pratiquem extração, purificação, controle de qualidade, inspeção de qualidade, análise prévia, análise de controle e análise fiscal de insumos Farmacêuticos de origem vegetal, animal e mineral;

d) depósitos de produtos Farmacêuticos de qualquer natureza.

III. a fiscalização profissional sanitária e técnica de empresas, estabelecimentos, setores, fórmulas, produtos, processos e métodos Farmacêuticos ou de natureza farmacêutica;

IV. a elaboração de laudos técnicos e a realização de perícias técnico-legais relacionados com atividades, produtos, fórmulas, processos e métodos Farmacêuticos ou de natureza farmacêutica;

V. o magistério superior das matérias privativas constantes do currículo próprio do curso de formação farmacêutica, obedecida à legislação do ensino;

VI. desempenho de outros serviços e funções, não especificados no presente Decreto, que se situem no domínio de capacitação técnico-científica profissional.

Além destas, os egressos do curso de Farmácia ainda poderão exercer as seguintes atribuições, previstas no referido decreto:

I - direção, assessoramento, responsabilidade técnica e desempenho de funções especializadas exercidas em:

a) órgãos, empresas, estabelecimentos, laboratórios ou setores em que se preparem ou fabriquem produtos biológicos, fitoterápicos para uso humano e veterinário;

b) órgãos ou laboratórios de análises clínicas ou de saúde pública ou seus departamentos especializados;

c) órgãos, laboratórios ou estabelecimentos em que se pratiquem exames de caráter químico-toxicológico, químico-bromatológico, químico-Farmacêutico, biológicos, microbiológicos, fitoquímicos e sanitários.

6.5. Perfil do egresso

A proposta pedagógica do Curso de Graduação em Farmácia do IESPES privilegia a formação crítica e reflexiva do Farmacêutico, profissional da saúde que trabalha com o fármaco-medicamento e as análises clínicas, toxicológicas e de alimentos nos aspectos social, científico e tecnológico.

Egresso dotado do dever ético de estar comprometido com uma política de saúde e, em particular, de desenvolver e implantar uma política de medicamentos que atenda às reais

necessidades nacionais. Neste sentido, exerce a assistência farmacêutica crítica efetivamente em todos os níveis das diversas ações de saúde individual e coletiva.

Para garantir o perfil traçado, o profissional deverá possuir sólida formação teórica, histórica e quantitativa; formação cultural ampla, que possibilite a compreensão das questões farmacêuticas no seu contexto social e ambiental; capacidade de tomada de decisões e de resolução de problemas, numa realidade diversificada e em constante transformação; capacidade analítica, visão crítica e competência para adquirir novos conhecimentos; capacidade de comunicação e expressão oral e escrita; e consciência de que o senso ético de responsabilidade social deve nortear o exercício da profissão.

O perfil do egresso ora traçado vai ao encontro do Artigo 3º da Resolução CNE/CES 6, de 19 de outubro de 2017, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Farmácia:

O perfil do formando egresso/profissional, o Farmacêutico, profissional da área de Saúde, com formação centrada nos fármacos, nos medicamentos e na assistência farmacêutica, e, de forma integrada, com formação em análises clínicas e toxicológicas, em cosméticos e em alimentos, em prol do cuidado à saúde do indivíduo, da família e da comunidade.

6.6 Concepção metodológica do curso

Este Projeto Pedagógico do curso de Farmácia do IESPES caracteriza-se pela redefinição da forma como os professores e alunos interagem no ambiente acadêmico, a partir do uso de técnicas de ensino com o objetivo de garantir que o processo de aprendizagem tenha como resultado a aquisição ou desenvolvimento de determinadas habilidades e competências, especialmente em um mundo pós-pandemia de Covid-19. Desse modo, as atividades docentes estão organizadas para identificar a relação assertiva entre competências (o que inclui o conteúdo programático), material didático e metodologias.

O processo de aprendizagem a ser desenvolvido pelo curso de Farmácia é caracterizado pela utilização de métodos tradicionais e inovadores de ensino, fundamenta-se em uma proposta interdisciplinar que se concretiza por meio da utilização de recursos pedagógicos condizentes com as necessidades do contexto profissional da Farmácia em âmbito nacional e regional. As metodologias de ensino adotadas associam a teoria à prática de forma a permitir uma aquisição de conhecimentos contextualizados, possibilitando que os acadêmicos vivenciem desde o primeiro semestre do curso experiências que articulam o ensino, a pesquisa e a extensão.

A abordagem metodológica do curso de Farmácia do IESPES deverá desenvolver competências não só ligadas às questões de farmácia do mundo atual, mas também, para entender e agir sobre o mundo multifacetado que surge a partir das mudanças que ocorrem na sociedade, com o avanço da tecnologia, riscos socioambientais e desafios sanitários, por exemplo.

Desse modo, a fim de conciliar essas duas necessidades – de posicionamento no mercado farmacêutico e de manutenção do nosso relacionamento com a comunidade local –, a metodologia do curso de Farmácia do IESPES busca uma abordagem que não se limita ao conhecimento dos medicamentos e seu enquadramento aos casos clínicos, mas que avança para as metodologias ativas e colaborativas de aprendizagem, conforme descritas adiante.

Os alunos serão estimulados a entrar em contato com situações práticas desde o primeiro período do curso. Além disso, na metodologia de desenvolvimento dos conteúdos curriculares está prevista a preocupação com o desenvolvimento de determinadas competências, como técnicas de autocomposição, a aplicação segura dos conteúdos farmacêuticos aos casos concretos, desenvolvimento de políticas públicas, entre outras.

6.6.1 Integração com outras áreas

Além disso, em termos institucionais, houve uma preocupação em formatar a matriz curricular e integrá-la aos demais cursos da instituição, conforme descrito na concepção do curso, divididos na Escola de Negócios e Tecnologia do IESPES (ENTEC), que integra os cursos de Administração, Ciências Contábeis, Jornalismo, Redes de Computadores, Pedagogia e Psicologia, e a Escola de Saúde do IESPES, que integra cursos de Farmácia, Enfermagem, Biomedicina, Odontologia, Fisioterapia, Estética e Radiologia. A flexibilidade na estruturação da matriz curricular proporciona aos discentes uma maior autonomia e a possibilidade de direcionar a sua formação de acordo com interesses e competências individuais, a partir do eixo dos componentes eletivos, que foram agrupados de acordo com os dois eixos mencionados.

6.6.2 Metodologias do curso

Diante da concepção metodológica apresentada, o curso de Farmácia do IESPES irá desenvolver as seguintes metodologias:

- **Aulas expositivas:** são desenvolvidas para que o professor apresente de maneira geral o conteúdo que será discutido na aula, com o auxílio de recursos tecnológicos como TV, Internet e vídeo, respeitando a acessibilidade pedagógica e atitudinal, com o uso de materiais adaptados.
- **Seminários:** metodologia utilizada como uma forma de avaliação ou aprofundamento do conteúdo estudado, preparando o aluno para a prática expositiva, sistematização de ideias e clareza ao discorrer sobre o assunto em pauta. Auxilia na Comunicação e Expressão Oral.
- **Palestras:** metodologia utilizada após o professor aprofundar determinado assunto, tendo o palestrante a finalidade de contribuir para a integração dos aspectos teóricos com o mundo do trabalho, e também para o compartilhamento de experiências.
- **Práticas simuladas:** os componentes curriculares serão organizados de forma a desenvolver competências e habilidades práticas relacionadas aos temas estudados.
- **Visitas técnicas:** realização de visitas a empresas/órgãos/entidades do ramo farmacêutico, nos segmentos públicos e privados, como hospitais, farmácias, laboratórios de análises clínicas, Departamento de Vigilância Sanitária local.
- **Estudos de caso:** atividade de aplicação dos conteúdos teóricos, a partir de situações práticas, visando ao desenvolvimento da habilidade técnica, humana e conceitual, além da possibilidade de avaliar resultados obtidos.
- **Sala de aula invertida:** O aluno estuda os conteúdos fora do ambiente da instituição e leva para a sala de aula real os objetos de discussões, práticas e resolução de problemas, tendo o professor como um mediador do processo. Os conteúdos são oferecidos aos alunos por meio do material didático disponível, como artigos, livros e videoaulas.
- **Gamificação:** objetiva engajar pessoas, resolver problemas e melhorar o aprendizado, motivando ações e comportamentos em ambientes fora do contexto de jogos. A gamificação no curso de Farmácia pode ser utilizada de modo que suas características se associem a características semelhantes ao cotidiano do profissional farmacêutico, fornecendo um ambiente de favorecimento à sua aplicação. A divisão da sala em duplas ou grupos e a proposta de atividades em etapas bem divididas é uma das formas de gamificar o conteúdo a ser ministrado, pois permite aos alunos gradativamente absorverem o conhecimento, mantendo em nível elevado seu engajamento graças às tarefas com objetivos e recompensas em curto prazo.
- **Aprendizagem Baseada em Times (TBL):** a ideia central é que os alunos se sintam responsáveis pela própria aprendizagem e pela dos colegas. O processo acontece a partir do estudo prévio de materiais concedidos pelo professor. Na sala de aula ocorrem testes individuais e em equipe com base no conteúdo estudado, bem como uma breve explanação oral por parte do professor. Na sequência, são realizadas tarefas e há discussão entre as equipes.

Todas as metodologias são pensadas considerando a acessibilidade, com a utilização de salas de aula adaptadas para pessoas com deficiência, ambientes adequados (corrimão do lado específico, espaço reservado, cadeiras adequadas, identificação em Braile, serviços de tradutores e intérpretes de Libras e recursos de informática, quando necessários), inclusive para alunos com dificuldades de locomoção temporárias ou permanentes.

6.6.3 Tecnologias de informação e comunicação na aprendizagem

Para auxiliar no processo de ensino e aprendizagem, o IESPES possui o G Suíte, com suas ferramentas digitais como o Google Classroom, Google Docs, Google Meet, dentre outros. Através destas plataformas, a interação entre docentes e discentes será aprimorada e acontece em tempo real. Essa tecnologia permite ainda a disponibilização de materiais didáticos e institucionais, dinamiza a experiência de ensino-aprendizagem e proporciona acessibilidade ao colocar todos os materiais didáticos ao alcance da mão. No início do semestre, os professores são orientados pela Coordenação do Curso a criar as salas de aulas virtuais com suas respectivas turmas e disponibilizar os materiais didáticos para fácil visualização dos alunos.

6.7 Trabalho de Conclusão de Curso

O Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) de Farmácia do IESPES é uma atividade obrigatória de caráter didático-pedagógico, integrante do currículo do curso no âmbito da formação prático-profissional, que tem como objetivo possibilitar ao estudante a vivência da investigação científica com aprofundamento de tema específico para fins de conclusão de curso.

A estrutura do TCC compreende 80 horas divididas em dois componentes curriculares: TCC I e TCC II, sendo cursados no 9º e 10º períodos, respectivamente. O TCC I (40h) abrange a elaboração do projeto de pesquisa e o TCC II (40h) o desenvolvimento da investigação científica e elaboração do relatório final de pesquisa. A normatização do TCC está regulamentada no ANEXO II.

6.8 Atividades Complementares

O curso de Farmácia do IESPES concebe as atividades complementares como uma forma de estimular a participação em atividades extraclasse que agreguem valor à formação dos estudantes tanto no âmbito do aprofundamento de conhecimentos específicos quanto na

formação geral dos acadêmicos. Atividades como a participação em projetos de pesquisa e extensão, apresentação de trabalhos em eventos e também a realização de estágios não obrigatórios poderão ser contabilizadas na carga horária total de atividades complementares exigidas no curso – 60 (sessenta) horas, conforme regulamento descrito no ANEXO I.

7 ESTRUTURA CURRICULAR

7.1 Concepção da estrutura curricular

Para a concepção da Estrutura Curricular, foram levadas em consideração as seguintes dimensões: Instituição, Contexto local/regional e Contexto global.

No âmbito Instituição, verificou-se a necessidade de organizar a estrutura curricular do curso de Farmácia do IESPES de forma a integrar os processos formativos com os demais cursos, conforme já descrito neste PPC, valorizando a vocação institucional, que tem duas linhas gerais de atuação: Negócios e Saúde.

Desta forma, embasados nas Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Farmácia, a estrutura curricular foi pensada para:

- Assegurar sólida formação geral, humanística, capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica, capacidade de argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais, além do domínio das formas consensuais de composição de conflitos, aliado a uma postura reflexiva e de visão crítica que fomente a capacidade e a aptidão para a a rendi agem, autônoma e dinâmica, indispensável ao exercício do d ireito, à prestação da justiça e ao desenvolvimento da cidadania;
- Oferecer um grau de flexibilidade curricular, por meio dos componentes curriculares eletivos, devendo o acadêmico cursar 240 horas no total;
- Garantir a opção pelas ênfases que os componentes curriculares eletivos e os grupos de estudos que serão formados irão possibilitar: a) Negócios, Tecnologia e Inovação; e b) Amazônia, Sociedade e Saúde.

7.2 Conteúdos exigidos em diretrizes nacionais específicas

Em atendimento à Resolução nº 6, de 19 de outubro de 2017, os conteúdos de Farmácia requerem conhecimentos e o desenvolvimento de competências, habilidades e atitudes, abrangendo, além de pesquisa, gestão e empreendedorismo, as seguintes ciências, de forma

integrada e interdisciplinar: Ciências Humanas e Sociais, Ciências Exatas, Ciências Biológicas, Ciências da Saúde, Ciências Farmacêuticas. No que tange à Resolução CNE/CP nº 01/2004, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, a ementa dos componentes curriculares Direitos Humanos, Antropologia do Direito, História do Pensamento jurídico contemplam a discussão da temática. Ainda no âmbito da Resolução CNE/CP nº 01/2012, que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, temas como dignidade humana; igualdade de direitos; reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades; laicidade do Estado; democracia na educação; transversalidade, vivência e globalidade; e sustentabilidade socioambiental serão discutidos ao longo de diversos componentes.

Ciências, de forma integrada e interdisciplinar	Componentes Curriculares
Ciências Humanas e Sociais	Saúde Coletiva, Introdução à Profissão, Sociedade, Natureza e Diversidade Cultural
Ciências Exatas	Química Geral e Inorgânica, Química Orgânica, Físico-Química, Química Analítica Quantitativa e Qualitativa, Bioestatística
Ciências Biológicas	Ciências Morfofuncionais, Citologia, Histologia e Embriologia, Sistemas Orgânicos Integrados, Patologia Geral, Fundamentos de Microbiologia, Virologia, Genética Humana, Parasitologia, Bioquímica e Biofísica, Processos Imunológicos, Hematologia, Bioquímica Clínica, Citologia Clínica, Microbiologia Clínica, Toxicologia, Imunologia Clínica,
Ciências da Saúde	Suporte Básico de Vida, Integralidade na Formação em Saúde, Biossegurança, Psicologia da Saúde, Gestão e Empreendedorismo em Saúde, Legislação Farmacêutica e Vigilância Sanitária, Gestão Farmacêutica,

	Microbiologia de Alimentos
Ciências Farmacêuticas	Farmacologia Geral, Semiologia Geral, Farmacologia Clínica, Farmacognosia, Assistência Farmacêutica, Atenção Farmacêutica, Tecnologia Farmacêutica, Farmácia Hospitalar, Homeopatia, Farmacotécnica, Cosmetologia, Semiologia Farmacêutica e Farmacoterapia, Bromatologia, Controle de Qualidade de Alimentos e Medicamentos, Química Farmacêutica.

7.3 Matriz Curricular

A matriz curricular do curso de Bacharelado em Farmácia do IESPES apresenta 4.000 horas, com componentes curriculares teórico-práticos e atividades complementares distribuídas ao longo dos dez períodos.

MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE FARMÁCIA

Educação Híbrida						
SEMESTRE	COMPONENTES CURRICULARES	Carga Horária				
		Total	Teórica	Prática	Extensão	AVA
I	Ciências Morfofuncionais	80	-	40	-	40
	Citologia, Histologia e Embriologia	80	-	40	-	40
	Psicologia da Saúde	40	40	-	-	-
	Sociedade, Natureza e Div. Cultural	40	-	-	40	-
	Introdução à Profissão	40	40	-	-	-
	Biossegurança	60	-	-	-	60
	Total	340	80	80	40	140

SEMESTRE	COMPONENTES CURRICULARES	Carga Horária				
		Total	Teórica	Prática	Extensão	AVA

II	Sistemas Orgânicos Integrados	80	-	40	-	40
	Suporte Básico de Vida	80	-	40	-	40
	Saúde Coletiva	40	40	-	-	-
	Patologia geral	80	-	40	-	40
	Metodologia Científica	40	-	-	40	-
	Integralidade na Formação em Saúde	40	40	-	-	-
	Total	360	80	120	40	120

SEMESTRE	COMPONENTES CURRICULARES	Carga Horária				
		Total	Teórica	Prática	Extensão	AVA
III	Bioquímica e Biofísica	80	-	40	-	40
	Fundamentos de Microbiologia	80	-	-	80	-
	Farmacologia geral	80	40	-	-	40
	Semiologia geral	80	-	40	-	40
	Gestão e Empreendedorismo em Saúde	40	-	-	-	40
	Direito Médico e da Saúde	40	40	-	-	-
	Total	400	80	80	80	160

SEMESTRE	COMPONENTES CURRICULARES	Carga Horária				
		Total	Teórica	Prática	Extensão	AVA
IV	Parasitologia	60	-	-	60	-
	Processos Imunológicos	60	-	-	-	60
	Hematologia	60	-	40	-	20
	Bioquímica Clínica	60	-	40	-	20
	Citologia Clínica	60	-	40	-	20
	Genética Humana	60	-	-	-	60
	Bioética	40	40	-	-	-
	Total	400	40	120	60	180

SEMESTRE	COMPONENTES CURRICULARES	Carga Horária				
		Total	Teórica	Prática	Extensão	AVA
V	Química Geral e Inorgânica	60	40	-	-	20
	Bromatologia	60	40	-	-	20
	Microbiologia Clínica	60	-	40	-	20
	Toxicologia	60	-	-	60	-
	Medicina Legal	40	40	-	-	-
	Imunologia Clínica	60	40	-	-	20
	Estágio Supervisionado I – Análises Clínicas	100	-	100	-	-
	Total	440	160	140	60	80

SEMESTRE	COMPONENTES CURRICULARES	Carga Horária				
		Total	Teórica	Prática	Extensão	AVA
VI	Farmacologia Clínica	60	40	-	-	20

	Assistência Farmacêutica	80	-	-	80	-
	Gestão Farmacêutica	60	-	-	-	60
	Físico-química	80	40	-	-	40
	Química Orgânica	80	40	-	-	40
	Estágio Supervisionado II – Farmácia Comercial	100	-	100	-	-
	Total	460	120	100	80	160

SEMESTRE	COMPONENTES CURRICULARES	Carga Horária				
		Total	Teórica	Prática	Extensão	AVA
VII	Química Analítica Quantitativa e Qualitativa	80	40	-	-	40
	Farmacognosia	60	40	-	-	20
	Controle de Qualidade de Alimentos e Medicamentos	60	40	-	-	20
	Atenção Farmacêutica	80	-	-	80	-
	Virologia	60	-	-	-	60
	Estágio Supervisionado III – Atenção Farmacêutica Comunitária	100	-	100	-	-
	Total	440	120	100	80	140

SEMESTRE	COMPONENTES CURRICULARES	Carga Horária				
		Total	Teórica	Prática	Extensão	AVA
VIII	Tecnologia Farmacêutica	80	40	-	-	40
	Microbiologia de Alimentos	40	-	-	-	40
	Farmácia Hospitalar	60	-	-	-	60
	Química Farmacêutica	80	40	-	-	40
	Estágio Supervisionado IV – Farmácia Hospitalar Observacional	100	-	100	-	-
	Total	360	80	100	-	180

SEMESTRE	COMPONENTES CURRICULARES	Carga Horária				
		Total	Teórica	Prática	Extensão	AVA
IX	Farmacotécnica e Cosmetologia	80	60	-	-	20
	Homeopatia	40	-	-	-	40
	Legislação Farmacêutica e Vigilância Sanitária	60	-	-	-	60
	Trabalho de Conclusão de Curso I	40	40	-	-	-
	Estágio Supervisionado V – Farmácia Hospitalar Profissional	100	-	100	-	-
	Total	320	100	100	-	120

SEMESTRE	COMPONENTES CURRICULARES	Carga Horária				
		Total	Teórica	Prática	Extensão	AVA
X	Semiologia Farmacêutica e Farmacoterapia	80	40	-	-	40

	Trabalho de Conclusão de Curso II	40	40	-	-	-
	Atividades complementares	60	-	-	-	-
	Estágio Supervisionado VI – Farmácia Comunitária e Análises Clínicas	300	-	300	-	-
	Total	480	140	300	-	40

RESUMO DA CARGA HORÁRIA

Especificações	Carga Horária
Componentes Curriculares	1.380
Componentes Curriculares (AVA/EAD)	1.320 (33%)
Estágio supervisionado	800
Atividades Complementares	60
Atividades Extensionistas	440
C. H. Total	4.000
Libras (optativa)	40

8 CONTEÚDOS, BIBLIOGRAFIAS E COMPETÊNCIAS

Os conteúdos curriculares sofrem atualização permanente a partir da discussão dos conteúdos advindos de Anais dos principais eventos jurídicos.

1º PERÍODO

Ciências Morfofuncionais

Ementa:

Estudo da morfologia dos tecidos e das estruturas anatômicas essenciais para compreender o funcionamento do corpo humano. Serão abordados os sistemas nervoso, ósseo, articular, muscular, tegumentar, endócrino, cardiorespiratório, circulatório, digestivo e renal, com ênfase na interrelação morfológica e funcional entre eles. Planos e eixos anatômicos.

Habilidades e Competências:

Compreender a morfologia dos sistemas corporais; Correlacionar os conteúdos com a prática clínica; Conhecer e identificar as estruturas corporais.

Bibliografia Básica:

GUYTON, Arthur. **Tratado de fisiologia médica**. 12ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

TORTORA, Gerard J. **Princípios de Anatomia e Fisiologia**. 12ª ed. Rio de Janeiro: Koogan,

2016.

MOORE, Keith L. **Anatomia orientada para a clínica**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Koogan, 2014.

Bibliografia Complementares:

KAWAMOTO, Emília. **Anatomia e fisiologia humana**. 2ª ed. São Paulo: EPU, 2003.

DANGELO, José. **Anatomia humana básica**. 2ª ed. São Paulo: Atheneu, 2006.

SABOTTA, J. **Atlas de histologia: Citologia, Histologia e Anatomia Microscópica**, 7ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.

Citologia, Histologia e Embriologia

Ementa:

Introdução ao estudo da célula, componentes químicos da célula; envoltórios celulares, permeabilidade das membranas; citosol; organelas celulares e suas funções; endomembranas; citoesqueleto; comunicação celular e núcleo celular. Estudo histológico dos tecidos epitelial, conjuntivo propriamente dito, adiposo, cartilaginoso, ósseo, muscular, sanguíneo e nervoso. Aspecto fundamental do desenvolvimento do embrião, seus anexos embrionários, formação dos gametas e a morfologia externa do embrião.

Habilidades e Competências:

Manusear o microscópio de forma independente; utilizar a microscopia óptica para estudo de estruturas celulares; Compreender as funções celulares e sua interação no metabolismo do organismo; Explicar a transmissão de sinais entre as células; Identificar e diferenciar os tecidos epiteliais, conjuntivo, muscular e nervoso; Compreender a formação das estruturas embrionárias.

Bibliografia Básica:

ALBERTS, B. et al. **Biologia molecular da célula**. 6ª. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2017.

JUNQUEIRA, L. C. U.; CARNEIRO, J. **Histologia Básica**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.

MOORE, K & PERSAUD **Embriologia básica**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013.

Bibliografia Complementares:

COOPER, G.M. **A Célula: Uma Abordagem Molecular**. 3ª Edição, Editora Artmed, Porto Alegre, 2007.

DE ROBERTIS, E.M.F. & HIB, J. **Bases da Biologia Celular e Molecular**. 4ª Edição, Editora Guanabara e Koogan, Rio de Janeiro, 2006.

JUNQUEIRA, L.C. & CARNEIRO, J. **Biologia Celular e Molecular**. 8ª Edição, Editora Guanabara e Koogan, Rio de Janeiro, 2005.

SCHOENWOLF, G. C.; BLEYL, S. B.; BRAUER, P. R.; FRANCIS-WEST, P. H. Larsen **Embriologia Humana**. 4ª edição, Editora Elsevier, Rio de Janeiro, 2010

PAPINI, Solange. **Manual de citologia e histologia para o estudante da área de saúde**. São Paulo: Atheneu, 2003.

Sociedade, Natureza e Diversidade Cultural

Ementa:

Curricularização da Extensão Universitária com ênfase no meio ambiente, mudanças climáticas e o ser humano. Conceitos relacionados ao meio ambiente e temas correlatos com base nas referências históricas, culturais e legais. A etnoecologia, com ênfase nas relações étnico-raciais. O ambiente e a saúde humana. Os impactos das mudanças climáticas e ambientais na saúde física e mental. A sociedade de consumo, a relação ser humano, ambiente e o clima. Legislação ambiental com ênfase em mudanças climáticas. Agenda 2030.

Habilidades e Competências:

Reconhecer a diversidade e as múltiplas culturas; Compreender a importância da saúde, bem-estar e qualidade de vida da sociedade; Explicar acerca da relação ser humano e ambiente; Avaliar o papel do ser humano frente aos impactos socioambientais ocorridos na Amazônia; Planejar ações extensionistas a partir de problemáticas identificadas nas comunidades.

Bibliografia Básica:

COELHO. **Estudo sobre relações étnico-raciais e educação no Brasil**. SP: L Física, 2016.
LISOVSKI, L. A O (et al). **CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO: Debates e trajetórias no Ensino Superior**. Recife: Even3 Publicações, 2021. E-book disponível em: [file:///C:/Users/fxque/Downloads/CurricularizaodaExtenso-debatesetrajetriasioensinosuperior%20\(3\).pdf](file:///C:/Users/fxque/Downloads/CurricularizaodaExtenso-debatesetrajetriasioensinosuperior%20(3).pdf). Acesso em: 01 de fevereiro de 2023.
RIGOTE, G. (et al). **Precisamos falar sobre as mudanças climáticas. Núcleo de Apoio às Atividades de Cultura e Extensão SUSTENTAREA**. Departamento de Nutrição Faculdade de Saúde Pública – USP, 2020. Disponível em: <http://www.fsp.usp.br/sustentarea/wp-content/uploads/2020/12/E-book-Mudancas-Climaticas.pdf>. Acesso em: 30 de janeiro de 2023.

Bibliografia Complementares:

BURSZTYN, Marcel A. **Grande transformação ambiental: uma cronologia da dialética homem-natureza**. RJ: Garamond, 2008.
RIBEIRO, M. **Ecologizando a cidade e o planeta**. BH: C/Arte, 2008.
SCHERER, E. **Amazônia: políticas públicas e diversidade cultural**. RJ: Garamond, 2006.
TRIGUEIRO, A. **Meio ambiente no século 21**. 3ªed. São Paulo: Armazém Ipê, 2008.
UNICEF. **CRIANÇAS, ADOLESCENTES E MUDANÇAS CLIMÁTICAS NO BRASIL. 2022**. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/21346/file/criancas-adolescentes-e-mudancas-climaticas-brasil-2022.pdf>. Acesso em: 03 de fevereiro de 2023

Introdução à Profissão

Ementa:

Visão abrangente da profissão e seu contexto, abordando aspectos históricos e evolutivos no cenário brasileiro. Dinâmicas do mercado de trabalho relacionadas à profissão, bem como os conhecimentos essenciais para sua prática eficaz. Áreas de atuação profissional, destacando-se as oportunidades e desafios encontrados em cada uma. A ética profissional será um tema central, com análises aprofundadas sobre os princípios éticos e as responsabilidades inerentes à prática profissional. A regulamentação da profissão, incluindo os conselhos de classe e suas funções. Diferenças e simetrias entre graduação, tecnólogo e formação técnica, oferecendo uma compreensão mais clara das diferentes trajetórias educacionais e suas respectivas inserções no mercado de trabalho.

Habilidades e Competências:

Ao final da disciplina, o acadêmico deverá ser capaz de: Estabelecer estreita relação com o perfil profissional e sua área de atuação; Identificar as áreas de atuação suas habilidades e

competências no mercado de trabalho; Compreender as principais legislações e a ética profissional.

Bibliografia Básica:

ABAUURE, N. W.; GOLÇALVES, M. H. B. **Ética e Trabalho**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Marília Pessoa, 2013.

BES, P. **Andragogia e educação profissional**. Porto Alegre: SAGAH, 2017. Disponível em: <https://viewer.biblioteca.binpar.com/viewer/9788595021839/5>. Acessado em Fev 2021.

SOUZA, E.N.C. de; SANCHES, O. **Legislação e exercício profissional**. Porto Alegre: SAGAH, 2018. Disponível em: <https://viewer.biblioteca.binpar.com/viewer/9788595021839/5>. Acessado em Fev de 2021.

Bibliografia Complementares:

AGOSTINHO, L.A.; MOURA, C.M.; CZARNABAY, D. **Introdução à profissão: biomedicina**. Porto Alegre, RS: SAGAH, 2017. Disponível em: <https://viewer.biblioteca.binpar.com/viewer/9788595022591/2>. Acessado em Fev de 2021.

BRAGHIROLI, D.I.; STEFFENS, D.; ROCKENBACH, L. **Introdução à profissão: farmácia**. Porto Alegre: SAGAH, 2017. Disponível em: <https://viewer.biblioteca.binpar.com/viewer/9788595022652/2>. Acessado em Fev de 2021.

MARQUES, M.R. et al. **Introdução à profissão: fisioterapia**. Porto Alegre: SAGAH, 2017. Disponível em: <https://viewer.biblioteca.binpar.com/viewer/9788595022676/2>. Acessado em Fev de 2021.

PAVANI, K.; HAUBERT, M. **Introdução à profissão: enfermagem**. Porto Alegre: SAGAH, 2017. Disponível em: <https://viewer.biblioteca.binpar.com/viewer/9788595022638/2>. Acessado em Fev de 2021.

Psicologia da Saúde

Ementa:

Conceitos fundamentais e os diversos enfoques teóricos psicológicos relacionados à promoção, prevenção e reabilitação da saúde. Interação entre fatores biológicos, psicológicos e sociais no contexto da saúde e do desenvolvimento humano. Aspectos biopsicossociais do desenvolvimento, compreensão abrangente dos processos que influenciam a saúde ao longo da vida. Relações humanas no contexto da saúde, incluindo a dinâmica entre pacientes/clientes e profissionais da saúde, com ênfase na comunicação eficaz, no estabelecimento de vínculos terapêuticos e no impacto psicológico do cuidado em saúde.

Habilidades e Competências:

Integrar a prática profissional às concepções de saúde compreendidas pela Psicologia; Compreender a importância das abordagens psicológicas de promoção, prevenção e reabilitação em saúde; Reconhecer as possibilidades e as limitações do profissional da saúde em relação a saúde mental/emocional; Compreender o ser humano na sua integralidade, na perspectiva biopsicossocial.

Bibliografia Básica:

BARBOSA, F. E. et al. **Psicologia aplicada ao cuidado** [recurso eletrônico] / revisão técnica: Caroline Bastos Capaverde. – Porto Alegre: SAGAH, 2020.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (Brasil). **Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) na atenção básica à saúde** / Conselho Federal de Psicologia, Conselhos

Regionais de Psicologia e Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas. — 2. ed. — Brasília : CFP, 2019.

MELLO FILHO, J. de. **Psicossomática Hoje**. 2º ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

SPINK, M. J. P. **Psicologia social e saúde: práticas, saberes e sentido**. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

Bibliografia Complementares:

ANGERAMI-CAMON, V. A.; TRUCHARTE, F. A. R. KNIJNIK, R. B; SEBASTIANI, R. W. **Psicologia hospitalar: teoria e prática**. São Paulo: Pioneira, 2003.

ANGERAMI, V. A. E. **Psicologia da saúde**. 2ª ed. São Paulo: Cengage, 2011.

ANGERAMI-CAMON, V. A. (Org.). **Psicologia da saúde: um novo significado para a prática clínica**. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

FRANCO, M. H. P. **Nada sobre mim sem mim: estudos sobre vida e morte**. Campinas-SP: Livro Pleno, 2005.

STHOEBE, W., SCHOEBE, M.S. **Psicologia social e saúde**. São Paulo: Instituto Piaget. 2000.

Biossegurança

Ementa:

Conceito, histórico e princípios gerais da Biossegurança. Legislação e Normas regulamentadoras para as atividades profissionais da saúde. Agentes contaminantes biológicos, químicos e físicos. Conceitos e mapas de riscos em ambientes de saúde. Biossegurança em laboratórios de ensino e pesquisa. Uso de equipamentos de proteção individual e coletivo. Gerenciamento de resíduos. Prevenção de acidentes, infecções e contaminações. Técnicas de higienização das mãos.

Habilidades e Competências:

Identificar os conceitos básicos de Biossegurança; Conhecer e identificar os tipos de riscos presentes no ambiente de trabalho; Conhecer os riscos biológicos a que estão expostos os profissionais que trabalham em estabelecimentos de saúde e as medidas utilizadas para sua minimização; Conhecer os princípios básicos de descarte de resíduos; Compreender a relação entre Biossegurança e Controle de Qualidade; Compreender sobre a prevenção de acidentes, infecções e contaminações nos serviços de saúde.

Bibliografia Básica:

MASTROENI, F. M. **Biossegurança aplicada a laboratórios e serviços de saúde**. 2º Ed, São Paulo: Atheneu, 2006.

HIRATA, Mário. **Manual de biossegurança**. SP: Manole, 2017.

SILVA, A. S. F. **Biossegurança em Odontologia e ambientes de saúde**. 2º ed. São Paulo: Ícone, 2009.

Bibliografia Complementares:

ANDRADE, G. B. et al. **Biossegurança: fatores de risco vivenciados pelo enfermeiro no contexto de seu trabalho**. *Revista de Pesquisa: Cuidado é Fundamental*, v. 10, n. 2, p. 565-571, 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Biossegurança em saúde: prioridades e estratégias de ação**. Ministério da Saúde, Organização Pan-Americana da Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento do Complexo Industrial e Inovação em Saúde. **Classificação de risco dos agentes biológicos**. 3. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Guia de vigilância epidemiológica: emergência de saúde pública de importância nacional pela doença pelo coronavírus 2019: vigilância integrada de síndromes respiratórias agudas: COVID-19, influenza e outros vírus respiratórios.** Brasília: Ministério da Saúde, 2020.

2º PERÍODO

Suporte Básico de Vida

Ementa:

Intervenções imediatas e eficazes em situações de emergência, com foco no suporte básico de vida até a chegada de equipes especializadas. Avaliação dos sinais vitais. Reconhecer e responder de forma rápida e eficaz a situações críticas que exigem atenção imediata. Protocolos de atendimento em situações de emergência, incluindo a avaliação inicial do paciente, o acionamento de serviços de emergência e a comunicação eficaz em equipe.

Habilidades e Competências:

Compreender a importância do atendimento à vítima de mal súbito, desmaio, parada cardiorrespiratória, traumatismo e outras emergências de qualquer natureza; Identificar a cadeia de sobrevivência nos protocolos internacionais atuais; Conhecer o protocolo do Sistema de Emergências do Brasil; Conhecer as medidas de segurança na cena e EPI; Saber abordar uma vítima em um ambiente extra-hospitalar.

Bibliografia Básica:

American Heart Association. **Destaques das diretrizes de RCP e ACE de 2020.** Texas: American Heart Association, 2020, 32 p.

FONSECA, A. S. **Guia de primeiros socorros de A a Z.** São Paulo, SP: Editora Difusão Cultural Do Livro, 2008. 48p.

ILVEIRA, J. M. S.; BARTMANN, M.; BRUNO, P. **Primeiros socorros: como agir em situações de emergência.** 3. ed. rev. atual. 10. reimpr. Rio de Janeiro: SENAC Nacional, 2014. 144p.

Bibliografia Complementares:

HTLS - **Atendimento Pré-Hospitalar ao Traumatizado.** 10ª Ed. 2023.

LOMBA, M. **Objetivo saúde – emergências e atendimento pré-hospitalares.** Vol.: 3 Olinda, PE. 2012.

AEHLERT, B. **ACLS - Um Guia Para Estudo.** Elsevier / Medicina Nacionais. 4ª Ed. 2012.

SANTOS, N. C. M. **Urgência e emergência para enfermagem: do atendimento pré-hospitalar APH à sala de emergência.** 6. ed. rev. e ampl. -- São Paulo: Iátria, 2008. 224p.

LEARNING, T. **A ética na saúde.** São Paulo: 2006.- (3ª reimpr.) da 1ª. ed. de 1997.

Sistemas Orgânicos Integrados

Ementa:

Estudo do funcionamento do corpo humano. Aspectos fisiológicos dos sistemas nervoso, ósseo, articular, muscular, tegumentar, endócrino, cardiorrespiratório, circulatório, digestivo e renal.

Habilidades e Competências:

Compreender os princípios fisiológicos que ocorrem nos diferentes sistemas do corpo humano; Solucionar problemas relacionados a fisiologia humana; Correlacionar os aspectos fisiológicos e morfológico dos diversos sistemas.

Bibliografia Básica:

GUYTON, Arthur. **Tratado de fisiologia médica**. 12ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
TORTORA, Gerard J. **Princípios de Anatomia e Fisiologia**. 12ª ed. Rio de Janeiro: Koogan, 2016.

MOORE, Keith L. **Anatomia orientada para a clínica**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Koogan, 2014

Bibliografia Complementares:

KAWAMOTO, Emília. **Anatomia e fisiologia humana**. 2ª ed. São Paulo: EPU, 2003.

DANGELO, José. **Anatomia humana básica**. 2ª ed. São Paulo: Atheneu, 2006.

SABOTTA, J. **Atlas de histologia: Citologia, Histologia e Anatomia Microscópica**, 7ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010

Patologia Geral

Ementa:

Conhecimento dos processos patológicos das diversas afecções. Estudos voltados para as células e suas funções, bem como os padrões macro e microscópicos de lesão, mecanismos de lesão celular e alterações decorrentes. Compreensão sobre órgãos e sistemas alterados por processos patológicos diversos, relacionados à área da saúde.

Habilidades e Competências:

Capacidade de operar microscópios de forma eficiente; ler e interpretar comunicações científicas e relatórios na área da saúde e doença; Compreender os mecanismos fisiopatológicos das patologias com maior incidência sob o aspecto de saúde pública; Resolver problemas e casos clínicos; Identificar os achados clínicos correlacionando às doenças.

Bibliografia Básica:

FILHO, G. B. Bogliolo: **Patologia Geral**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013.

ALMEIDA, P.C. **Patologia de processos gerais**. 4ª ed. São Paulo: Atheneu, 2010.

FILHO, G.B. Bogliolo: **Patologia Geral**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013.

Bibliografia Complementares:

LUIGI. Bogliolo: **Patologia Geral**. 4ª edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

HANSEL, D.E. **Fundamentos de Rubin Patologia**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.

ROBBINS. **Patologia básica**. 8ª edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

SABOTTA, J. **Atlas de histologia: Citologia, Histologia e Anatomia Microscópica**, 7ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010

HENRY, J. B. **Diagnósticos clínicos e tratamento por métodos laboratoriais**. ed. São Paulo: Manole, 2008. 1734 p.

Integralidade na Formação em Saúde

Ementa:

Estratégias para formação e atuação de equipes multiprofissionais. A integralidade como eixo norteador na formação nos cursos de graduação em saúde no Brasil. Práticas colaborativas interprofissionais e a utilização de metodologias ativas de ensino- aprendizagem como estratégias positivas para formação qualificada. Compreensão das reais necessidades de saúde da população.

Habilidades e Competências:

Reconhecer a educação interprofissional como uma estratégia para a melhorar qualidade do cuidado e resolutividade na atenção primária; descrever casos de metodologias participativas na comunicação em saúde; enfatizar a colaboração entre as diferentes áreas da saúde para um cuidado holístico e eficiente para os pacientes/ clientes.

Bibliografia Básica:

Toassi, R.F. C. **Interprofissionalidade e formação na saúde: onde estamos? Série Vivência em Educação na Saúde**. 1ª Edição. Porto Alegre/RS 2017: Rede UNIDA.

SILVA, R.; SCAPIN, L.; BATISTA, N. **Avaliação da formação interprofissional no ensino superior em saúde: aspectos da colaboração e do trabalho em equipe**. Avaliação: revista de avaliação da educação superior, Campinas, v. 16, n. 1, p. 165-184, mar. 2011.

TOASSI, R. F. C; LEWGOY, A. M. B. **Práticas Integradas em Saúde I: uma experiência inovadora de integração intercurricular e interdisciplinar**. Interface (Botucatu. Impresso): comunicação, saúde, educação, Botucatu, v. 20, n. 57, p. 449-461, jun. 2016.

Bibliografia Complementares:

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS). Coordenadoria da Saúde. **Ata da reunião da Coordenadoria de Saúde (Coorsaúde) no dia 13 de janeiro de 2009**.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS). Coordenadoria da Saúde. **Ata da reunião da Coordenadoria de Saúde (Coorsaúde) no dia 05 de março de 2010a**.

REEVES, S. **Porque precisamos da educação interprofissional para um cuidado efetivo e seguro**. Interface (Botucatu. Impresso): comunicação, saúde, educação, Botucatu, v. 20, n. 56, p. 185-96, 2016.

SILVA, A. B. et al. **Desafios da integralidade na formação em saúde**. Editora e-Publicar – Ciências da saúde: Inovação, pesquisa e demandas populares, Volume 4. Disponível em <https://editorapublicar.com.br/ojs/index.php/publicacoes/article/view/428/151>. Acesso em 20 de janeiro de 2024.

Metodologia Científica

Ementa:

Metodologia da Pesquisa Científica: conceitos, processos e normas. Estudo dos tipos de conhecimento. Utilização das normas da ABNT e do IESPES (Manual do TCC e Manual do Artigo Científico). Pesquisa-ação (colaborativa/participativa): desenvolvimento de projeto extensionista e plano de ação. Relatório do projeto de extensão.

Habilidades e Competências:

Conhecer conceitos, processos e normas da metodologia científica; Saber os conceitos dos diferentes tipos de conhecimento; Conhecer as normas acadêmicas da ABNT e do IESPES; Desenvolver pesquisa-ação extensionista; Elaborar o relatório extensionista.

Bibliografia Básica:

CARVALHO, Maria Cecília Maringoni de. **Construindo o saber - Metodologia científica: Fundamentos e técnicas/ (org.)**- 22ª ed.- rev. e atual.- Campinas, SP: Papirus, 2010.(24ª ed.reimpr. 2011). 176p.

LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2010. .(9. reimpr.) SP, 2017.

PAMPLONA FILHO, R.; CERQUEIRA, N. **Metodologia da pesquisa em Direito e a Filosofia**. São Paulo: Saraiva, 2011.

Bibliografia Complementares:

DAMIÃO, R. T.; HENRIQUES, A. **Curso de Português Jurídico**. 11ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LAKATOS, E. M. **Metodologia científica**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2006

LARENZ, Karl. **Metodologia da ciência do direito Tradução de José Lamago**. 6a ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 2012

PERELMAN, Chaïm. **Lógica Jurídica: nova retórica**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes. 2004.

TRABALHOS; MACHADO, A. R. (Coord.) **Trabalhos de pesquisa: diários de leitura para a revisão bibliográfica**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

Saúde Coletiva

Ementa:

História da Saúde Pública. Políticas públicas de saúde. Saúde Coletiva e seus desdobramentos teóricos e práticos. Relação saúde, sociedade e cultura, seus determinantes e condicionamentos econômicos, sociais, políticos e ideológicos. Estado de saúde da população, sistema de atenção em saúde e práticas assistenciais formais e informais. Saúde-doença como expressão das condições concretas de existência envolvendo os programas de saúde preventivas do Ministério da Saúde

Habilidades e Competências:

Entender o sistema de atenção a saúde coletiva; Conhecer os conceitos de saúde, doença e a reabilitação; Priorizar a saúde nos campos da promoção e prevenção e não somente no tratamento; Compreender os programas de saúde coletiva relacionados à assistência; conhecer os programas do ministério da saúde com suas ações práticas.

Bibliografia Básica:

BERTOLLI, F. C. **História da Saúde pública no Brasil**. 5ª ed. São Paulo: Ática, 2011.

CAMPOS, G. W. S. et al. **Tratado de Saúde Coletiva**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 2012.

MELO, E. C. P.; CUNHA, F. T. **Fundamentos de Saúde**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Senac, 2014.

PAIM, J. S. ALMEIDA, F. N. **Saúde Coletiva: Teoria e Prática**. 1ª ed. Rio de Janeiro: MedBook, 2014.

ROCHA, J. S. Y. **Manual de Saúde Pública e Saúde Coletiva no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Atheneu, 2012.

SOLHA, R. K. T. **Sistema Único de Saúde: componentes, diretrizes e políticas públicas**. São Paulo: Érica, 2014.

Bibliografia Complementares:

ALMEIDA, N. D. **A saúde no Brasil, impasses e desafios enfrentados pelo Sistema Único de Saúde: SUS**. Revista Psicologia e Saúde, Campo Grande, v. 5, n. 1, p. 1-9, jun. 2013. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo>.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE (CNS): **CNS mobiliza conselhos e sociedade em defesa do SUS e da vida**. Ministério da Saúde, 2021. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/ultimas-noticias-cns/1668-abril-da-saude-2021-cns-mobiliza-conselhos-e-sociedade-em-defesa-do-sus>.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). **Dia Mundial da Saúde 2021**, 2021. Disponível em: <https://www.bing.com/Brasil-OPASOrganização-Pan-Americana-da-Saúde-paho.org>.

OSMO, A.; SCHRAIBER, L. B. **O campo da Saúde Coletiva no Brasil: definições e**

debates em sua constituição. Saúde e Sociedade, São Paulo, v. 24, supl. 1, p. 205-218, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/QKtFb9PkdpdTnz7YNJyMzjN/>. TEIXEIRA, A. L.; PIMENTA, S. T; HOCHAN, G. **História da Saúde Pública no Brasil**. 1ª edição. Hucite. São Paulo. 2018

3º PERÍODO

Semiologia Geral

Ementa:

Princípios e práticas da semiologia. Sinais vitais. Análise e interpretação de sinais e sintomas na prática clínica. Compreender e aplicar conceitos semiológicos em diferentes contextos da saúde.

Habilidades e Competências:

Realizar anamnese e exame físico de forma estruturada; identificar e interpretar sinais vitais e sinais e sintomas clínicos relevantes; Desenvolver habilidades de comunicação para facilitar a coleta de informações e o entendimento do paciente; Desenvolver habilidades de raciocínio clínico para elaborar diagnósticos diferenciais.

Bibliografia Básica:

LANA, Letice Dalla, et al. **Semiologia**. Porto Alegre. SAGAH, 2018.

Porto, C. C. **Semiologia médica**. - 7. ed. - [Reimpr.]. - Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016. 1414 p.

MARTINS, M. A. **Semiologia da Criança e do Adolescente**. Rio de Janeiro: MedBook, 2010. 608p.

Bibliografia Complementares:

VIANA, D. L.; PETENUSSO, M. **Manual para realização do exame físico**. - São Caetano do Sul, SP: Yendis Editora, 2007. 336p.

CELENO, C.; PORTO, A. L.; **Exame clínico**. 8ª ed. - Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017. 562 p.

HOPPENFELD, S. **Exame clínico musculoesquelético**. Barueri, SP: Manole, 2016. 276 p.

BARROS, A. L. B. L.; **Anamnese e exame físico: avaliação diagnóstico de enfermagem no adulto** - Porto Alegre: Artmed, 2002. 272p.

HIRATA, M. H.; FILHO, J. M.; HIRATA, R. D. C.; **Manual de biossegurança**. 3ª ed. atual. e ampliada. Barueri, SP: Manole, 2017.

Direito Médico e da Saúde

Ementa:

Responsabilidade Ético-Profissional do médico, Responsabilidade Civil e Criminal por erro médico, aspectos de Direito Médico Empresarial, Relação Consumerista e Seguros de Saúde, Responsabilidade dos entes públicos na assistência médico-hospitalar. Sistema Único de Saúde: Reforma Sanitária, Modelos de Sistemas de Saúde. Principiologia Constitucional do SUS. Efetivação do Direito à Saúde. Estudos de casos e jurisprudência aplicada.

Habilidades e Competências:

Compreender a prática da atuação do profissional do Direito no contexto do Direito Médico, especialmente compreendido como a responsabilidade civil, penal e ético-disciplinar

decorrente da atuação dos profissionais da saúde. Compreender a prática da atuação do profissional do Direito no contexto Direito da Saúde especialmente voltado para o acesso aos serviços de saúde na relação entre consumidor e plano de saúde e também usuários e serviço público.

Bibliografia Básica:

ALVIM, Arruda; MELLO, Cecilia; RODRIGUES, Daniel Colnago; ALVIM, THEREZA (Coord.). **Direito Médico**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021. (Acervo Digital – Proview) 86

DUARTE, Luciana Gaspar Melquíades; VIDAL, Víctor Luna. **Direito à saúde**. Judicialização e a pandemia do novo coronavírus. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020. (Acervo Digital – Proview)

KFOURI, Miguel; NOGAROLI, Rafaella. **Debates contemporâneos em direito médico e da saúde**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020. (Acervo Digital – Proview).

Bibliografia Complementares:

BRANDIMILLER, Primo Alfredo. **Conceitos médico-legais para indenização do dano corporal**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018. (Acervo Digital – Proview)

DALLARI, Analluza Bolivar; MONACO, Gustavo Ferraz de Campos. LGPD na Saúde São Paulo: **Revista dos Tribunais**, 2021. (Acervo Digital – Proview)

KFOURI NETO, Miguel. **Responsabilidade Civil Dos Hospitais - Código Civil e Código de Defesa do Consumidor**. 2ª Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015. (Acervo Digital – Proview)

KFOURI NETO, Miguel. **Responsabilidade Civil do Médico**. 8ª Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013. (Acervo Digital – Proview)

Bioquímica e Biofísica

Ementa:

Fundamentos do estudo da Bioquímica e Biofísica. Reações metabólicas e anabólicas. Bioquímica do exercício e envelhecimento. Solutos e solventes. Carboidratos, proteínas e lipídios. Metabolismo dos compostos biológicos: enzimas, vitaminas e coenzimas. Integração do metabolismo. Regulação metabólica. Ciclo de Krebs. Biofísica do sistema cardiovascular e respiratório, membrana celular, da audição e visão. Ação de agentes físicos no organismo humano.

Habilidades e Competências:

Compreender os fundamentos da bioquímica e biofísica e suas repercussões fisiológicas relacionadas ao funcionamento do organismo humano; Identificar as estruturas e as funções dos componentes moleculares das células e de compostos químicos; Correlacionar o funcionamento dos órgãos e sistemas do corpo humano, sua adaptação e resposta à estímulos externos, fisiológicas e patológicas.

Bibliografia Básica:

SACKHEIM, George L. **Química e Bioquímica para Ciências Biomédicas**. São Paulo: Manole, 2005.

STRYER, Lubert; TYMOCZKO, John L.; BERG, Jeremy M. **Bioquímica**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009.

BERG, M. Jeremy. **Bioquímica**. 5 ed. Rio de Janeiro, Artmed, 2004.

HENEINE, I. F. **Biofísica básica**. São Paulo: Atheneu, 2008.

GARCIA, E. A. C. **Biofísica**. São Paulo: Sarvier, 2002

DURAN, J. H. R. **Biofísica: fundamentos e aplicações**. São Paulo: Pearson-Prentice Hall, 2005.

Bibliografia Complementares:

ALBERTS, Bruce, et al. **Biologia Molecular da Célula**. Ed 6. Rio de Janeiro, Artmed, 2017.

KANDEL, Eric R., et al. **Princípios de Neurociências**. Ed 6. Rio de Janeiro, Artmed, 2023.

NELSON, David L., COX, Michael M. **Princípios de Bioquímica de Lehninger**. Ed 6. Rio de Janeiro, Artmed, 2013.

TOY, Eugene. **Casos Clínicos em Bioquímica**. Ed 3. Rio de Janeiro, Artmed, 2016.

VOET, Donald, VOET, Judith G. **Bioquímica**. Ed 4. Rio de Janeiro, Artmed, 2013.

Fundamentos da Microbiologia

Ementa:

Estudo dos microrganismos, enfatizando a morfologia, fisiologia e genética, abrangendo conhecimentos gerais de patogenicidade e características clínicas das doenças. Aplicações práticas da microbiologia através da curricularização da extensão com desenvolvimento de projetos que englobem as mudanças climáticas.

Habilidades e Competências:

Capacidade de operar microscópios de forma eficiente; Preparar meios de cultura e manipular técnicas assépticas; Entender os sistemas de classificação microbiana; Aplicar técnicas de coloração para visualização microbiana; Identificar morfologia através da observação microscópica; Desenvolver projeto de extensão de forma a associar a microbiologia com as mudanças climáticas.

Bibliografia Básica:

KONEMAN, ELMER W. et al. **Diagnóstico microbiológico: texto e atlas**. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Medsi, 2010.

ENGELKIRK, Paul G., DUBEN-ENGELKIRK, Janet, BURTON, Gwendolyn W. Burton | Microbiologia para as Ciências da Saúde, 9ª edição. Guanabara Koogan.

MADIGAN, Michael T., MARTINKO, John M., BENDER, Kelly S., BUCKLEY, Daniel H., STAHL, David A. Microbiologia de Brock, 14th edição. ArtMed.

Bibliografia Complementares:

HOFLING, José Francisco, GONÇALVES, Reginaldo Bruno. **Microscopia de Luz em Microbiologia**. ArtMed.

BARBOSA, Heloisa R.; TORRES, Bayardo B.; FURLANETO, Márcia C. **Microbiologia básica**. São Paulo: Atheneu. 2010, 196p.

BERNARD, J. **Diagnósticos clínicos e tratamento: por métodos laboratoriais**. 20ª Ed. São Paulo: Manole, 2008.

Farmacologia Geral

Ementa:

Introdução à Farmacologia. Princípios básicos da ação dos fármacos e farmacodinâmica. Farmacocinética. Cálculos de medicamentos. Vias de Administração de Fármacos. Classificação, mecanismo de ação, efeitos adversos e interação medicamentosa.

Habilidades e Competências:

Compreender os fundamentos da Farmacologia e sua importância nas práticas clínicas; Aprender

os cálculos dos medicamentos; Diferenciar farmacocinética e farmacodinâmica; Conhecer as etapas da farmacocinética; Conhecer as diferentes vias de administração, bem como identificar as vantagens e desvantagens destas vias; Conhecer os principais medicamentos e compreender o mecanismo de ação, efeitos adversos e interação.

Bibliografia Básica:

RANG, H. P. et al. **Farmacologia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.
 SCHELLACK, G. **Farmacologia - Uma Abordagem Didática**. Editora: Fundamento, 2005.
 GOODMAN & GILMAN. **As Bases Farmacológicas da Terapêutica**. Ed. Macgraw-hill Interamericana. 11a Ed. 2007.
 MELLO. **Fisiologia**. Editora: Editora Guanabara Koogan s/a, Ed. 3a, 2008.

Biblioteca Virtual:

WHALEN, K.; FINKEL, R.; PANAVELIL, T. **Farmacologia ilustrada**. 6a ed. Porto Alegre: Artmed, 2016.

Bibliografia Complementares:

KATZUNG, Bertram G. **Farmacologia Básica e Clínica**. 10a ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.
 SILVA, Penildon. **Farmacologia**. 8 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.
 GUYTON, Arthur C. **Fisiologia humana**. 6a ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.
 BRUNTON, Laurence L. (Org.). **As Bases farmacológicas da terapêutica de Goodman & Gilman**. 13. ed. Porto Alegre: Artmed, 2019.
 RESCHI, A. P. D. F. **Medicamentos em enfermagem: farmacologia e administração**. 1. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018.

Gestão e Empreendedorismo em Saúde

Ementa:

Empreendedorismo e inovação no mundo digital. Análise histórica e conceitual do empreendedorismo. Elementos conceituais e históricos das organizações. Características das empresas, *startups*, cooperativas e associações. Estrutura e operacionalização de plano de negócio. Cultura e clima organizacional. Gestão em ambientes da saúde. Fluxo de caixa. Estratégias de marketing e endomarketing.

Habilidades e Competências:

Apontar as estruturas organizacionais e operacionalização; entender as características das empresas e *Startups*; Compreender a cultura e clima organizacional das empresas; Compreender a elaboração de um plano de negócios; Conhecer sobre o processo do fluxo de caixa; Desenvolver estratégias de marketing.

Bibliografia Básica:

GAUTHIER, Fernando Alvaro Ostuni; MACEDO, Marcelo; LABIAK JUNIOR, Silvestre. **Empreendedorismo**. Curitiba: LT, 2010.
 PAKES, Alan (org). **Negócios digitais: aprenda a usar o real poder da internet**. São Paulo: Gente, 2015.
 TAJRA, Sanmya Feitosa; SANTOS, Felipe Tajra. **Empreendedorismo: questões nas áreas de saúde, social, empresarial e educacional**. 2. ed., rev. e atual. São Paulo: Érica, 2012.

Bibliografia Complementares:

MINICUCCI, A. **A Psicologia Aplicada à Administração**. São Paulo: Atlas, 2010. KOTLER, P. **Marketing para o Século XXI: como criar, conquistar e dominar mercados**. 16ed. São Paulo: Futura, 2009.

MOTTA, F. C. P.; VASCONCELOS, I. F. G. **Teoria geral da administração**. 3ª ed., São Paulo: Learning, 2010.

GUNTER, R. E.; SCHOEMAKER, P. J. H.; DAY, G. S. **Gestão de tecnologias emergentes**. Porto Alegre: Bookman, 2003.

MATTOS, J. R. L.; GUIMARÃES, L. S. **Gestão da tecnologia e inovação**. São Paulo: Saraiva, 2012.

IV PERÍODO

Parasitologia

Ementa

Desenvolver técnicas de diagnóstico dos parasitos intestinais, sanguíneos e teciduais: protozoários, helmintos e artrópodes, nos seus grupos mais representativos, epidemiológico, laboratorial, morfológico, patológicos, diagnóstico e profilático. Buscando uma abordagem sistemática e lógica da importância da Parasitologia Humana. Aplicações práticas da Parasitologia através da curricularização da extensão com desenvolvimento de projetos que englobem as mudanças climáticas.

Habilidades e competências:

Conhecer métodos e técnicas capazes de prevenir a transmissão de parasitoses. Descrever o ciclo evolutivo dos principais parasitos humanos. Desenvolver projeto de extensão de forma a associar a microbiologia com as mudanças climáticas.

Bibliografia Básica

CIMERMAN, B; CIMERMAN, S. *Parasitologia Humana e seus Fundamentos Gerais*. Editora Atheneu, 2ª ed. São Paulo 2005.

NEVES, D. P. *Parasitologia Humana*, Atheneu, 12ª ed. São Paulo, 2011.

REY, L. *Parasitologia: parasitas e doenças parasitárias do homem nos trópicos ocidentais*, Guanabara Koogan, 4ª ed. Rio de Janeiro, 2011.

Bibliografia Complementar

CIMERMAN, B; FRANCO M A. **Atlas de parasitologia humana com a descrição de imagem de artrópodes, protozoários, helmintos e moluscos**. 2 ed. Atheneu, São Paulo, 2011.

FERREIRA, Marcelo Urbano. *Parasitologia Contemporânea*.

FREITAS, Elisangela de, GONÇALVES, Thyanne Oliveira Freitas. *Imunologia, Parasitologia e Hematologia Aplicadas à Biotecnologia*.

NEVES, D. P. **Parasitologia Humana**, Atheneu, 11ª ed. São Paulo, 2010.

REY, L. **Bases da Parasitologia médica**, Guanabara Koogan, 3ª ed. Rio de Janeiro, 2010.

REY, Luís. *Parasitologia*, 4ª edição.

Processos imunológicos

EMENTA

Diferentes tipos celulares e cada um tem uma função específica na resposta inflamatória e também no desenvolvimento de mecanismos de defesa contra microrganismos invasores, como, por exemplo, as bactérias e os vírus. As células do sistema imune são formadas na medula óssea, em um processo denominado hematopoiese, a partir de uma célula-tronco comum. Posteriormente, está se diferenciando em precursor linfóide e precursor mieloide, os quais originam todas as células sanguíneas.

Habilidades e Competências

Listar os principais tipos celulares envolvidos na resposta imune. Agrupar os mediadores celulares das respostas inata e adaptativa. Reconhecer a função de cada linhagem celular linfóide e mieloide. Reconhecer os elementos formadores da resposta imune. - Determinar quais eventos/agentes ativam a resposta imune. Estabelecer parâmetros de diferenciação das respostas imunes inata e adaptativa.

Bibliografia Básica

ABBAS, A.K. **Imunologia Básica: funções e distúrbios do Sistema Imune**. 1ªed. Rio de Janeiro: Editora REVINTER, 2003.
SILVA, W.D. **Bier Imunologia Básica e Aplicada**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora GUANABARA KOOGAN, 2003.
SILVA, A. G. **Imunologia Aplicada - Fundamentos, Técnicas Laboratoriais e Diagnósticos**. 2ª ed. São Paulo: Editora Érica, 2018..

Bibliografia Complementar

ABBAS, A.K. **Imunologia Celular e Molecular**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Editora ELSEVIER, 2008.
COICO, Richard, SUNSHINE, Geoffrey. **Imunologia**, 6ª edição.
DELVES, P.J.; MARTINS, S.J.; BURTON, D.R.; ROTT, I.M. **Fundamentos de Imunologia**. 12ª ed. Rio de Janeiro: Editora GUANABARA KOOGAN, 2013.
FORTE, Wilma Neves. **Imunologia: do básico ao aplicado**, 2ª edição.
ROSEN, F.S. **Estudo de casos em imunologia um guia clínico**. 3ª ed. Porto Alegre: Editora ARTMED, 2002.
SILVA, A. G. **Imunologia Aplicada - Fundamentos, Técnicas Laboratoriais e Diagnósticos**. 1ª ed. São Paulo: Editora Érica, 2014.

Hematologia

Ementa

Fundamentar a hematologia clínica e laboratorial em relação à fisiologia e fisiopatogênia das células tronco. Anemias, doenças leucocitárias. Citologia hematológica. Classificação morfológica das leucemias. Princípio da automação em hematologia e controle de qualidade em laboratório de hematologia.

Habilidades e competências:

Colher material biológico (sangue venoso). Reconhecer as células sanguíneas. Diferenciar células normais e células patológicas. Compreender um laudo de hemograma e correlacionar as alterações.

Bibliografia Básica

FAILACE, R. Hemograma: manual de interpretação. 4ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2003
HOFFBRAND, A V. Fundamentos em hematologia. 5 Ed. Porto Alegre, Artmed, 2008
SILVA, P. H. Hematologia laboratorial. Rio de Janeiro: Revinter, 2009.

Bibliografia Complementar

TKACHUK, D. C. Wintrobe: Atlas colorido de hematologia [DVD], Rio de Janeiro: Revinter, 2010.
ABBAS, A. K.; LITCHMAN, A. H. Imunologia básica: funções e distúrbios dosistema imunológico. 2.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.
CARVALHO, W. F. Técnicas médicas de hematologia e imuno-hematologia, 7ª Ed.
HENRY, J. B. **Diagnósticos clínicos e tratamento por métodos laboratoriais**. ed. São Paulo:

Manole, 2008. 1734 p.

VERRASTRO, T. **Hematologia e Hemoterapia fundamentos em morfologia, fisiologia, patologia e clínica.** São Paulo: Atheneu, 2006.

Bioquímica clínica

Ementa

Coleta e conservação de amostras biológicas envolvendo análises bioquímicas. Metodologias aplicadas a análises bioquímicas. Avaliação clínico-laboratorial das enfermidades dos diferentes órgãos do organismo humano associadas ao metabolismo de carboidratos, lipídeos, proteínas bem como alterações do equilíbrio hidroeletrolítico.

Habilidades e competências:

Conhecer métodos e técnicas de investigação em Bioquímica Clínica. Interpretar os principais exames de rotina em Bioquímica Clínica.

Bibliografia Básica

ESTRIDGE, B. H. Técnicas básicas de laboratório clínico 5ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2011

LIMA, A.O. et al. Métodos de laboratório aplicados à clínica: técnica e interpretação. 8 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan 2008

MOTTA, V. T. Bioquímica clínica para o laboratório: princípios e interpretações. 5. ed. Rio de Janeiro: Medbook, 2009.

Bibliografia Complementar

CAMPBELLI, M. K. Bioquímica. 3 ed. Porto Alegre: ARTMED, 2006

HENRY, J. B. Diagnósticos clínicos e tratamento por métodos laboratoriais. 20 ed. São Paulo: Manole, 2008.

LAWRENCE, M.A. et al. Manual de diagnóstico e tratamento: consulta rápida. Porto Alegre: Artmed, 1998

MOURA, R. A. et al. Técnica de laboratório. 3 ed. São Paulo: Atheneu (São Paulo), 2002

PORTO, C.C. Exame clínico: bases para a prática médica. 5ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004

Citologia clínica

Ementa

Introdução ao estudo da citologia clínica: citologia hormonal e oncológica. Critérios de malignidade. Metaplasia e displasia. Neoplasia. Citologia de Secreções e excreções. Citologia exfoliativa e de material obtido por punção. Cultura de células, citotóxica e imunocitoquímica. Avaliação e interpretação de laudos e pareceres técnicos de exames citopatológicos.

Habilidades e Competências

Reconhecer a citologia hormonal feminina; • Diferenciar a citologia exfoliativa da citologia abrasiva. Interpretar laudos citológicos segundo Bethesda. Compreender a relação do HPV com o câncer de colo uterino.

Bibliografia Básica

CARVALHO, G. **Citologia do Tratado Genital Feminino.** 5 ed. Rio de Janeiro: Revinter, 2009.

DANGELO, José. **Anatomia humana básica.** 2ª ed. São Paulo: Atheneu, 2006.

KOSS, LG; GOMPEL, C. **Introdução à Citopatologia Ginecológica com correlações**

Histológicas e Clínicas. 1 ed. São Paulo: Roca, 2006.

Bibliografia Complementar

CONSOLARO, Márcia Lopes, MARIA-ENGLER, Silvy (orgs.). **Citologia Clínica Cérvico-Vaginal - Texto e Atlas.**

GOLDMAN, Lee. **Cecil medicina.** 23ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

GUYTON, Arthur C. **Tratado de Fisiologia Médica.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.

CARVALHO, G. **Atlas de Citologia - Malignidade e Pré-Malignidade.** 1 ed. Rio de Janeiro: Revinter, 2004
BERKALOFF, André. **Biologia e fisiologia celular.** São Paulo: Edgard Blucher, 1975.
PAPINI, Solange. **Manual de citologia e histologia para o estudante da área de saúde.** São Paulo: Atheneu, 2003.

ROBBINS. **Patologia básica.** 8 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

Genética humana

Ementa

Promover o conhecimento da genética humana enfatizando a variação e a hereditariedade dos seres humanos, sendo abordadas a genética mendeliana, a citogenética, a genética molecular, a genômica e a genética clínica.

Habilidades e competências:

Assimilar as constantes mudanças conceituais e evolução tecnológica apresentadas no contexto mundial com relação à genética humana. Formar um raciocínio dinâmico, rápido e preciso na solução de problemas envolvendo as leis da hereditariedade. Entender a origem das doenças genéticas conhecidas atualmente. Compreender os processos mutacionais em que o material genético está exposto.

Bibliografia Básica

MOTULSKY, A. G; VOGEL, F. **Genética Humana: Problemas e abordagens.** 3ª ed. Guanabara Koogan, 2000.

THOMPSON & THOMPSON. **Genética Médica.** 6ª ed. Guanabara Koogan, 2002.

SNUSTAD, P. e SIMMONS, M.J. **Fundamentos de genética.** 4º ed. Guanabara Koogan, Rio de Janeiro, 2012.

Bibliografia Complementar

JORDE, L B; CAREY, J C; BAMSHAD, M J. **Genética médica,** Elsevier, Rio de Janeiro.2010.

PIMENTEL, M M G P; GALLO, C V M ; SANTOS-REBOUÇAS, C B. **Genética Essencial.** 1ª Ed. Guanabara Koogan, Rio de Janeiro, 2013.

ROGATO, S. R. **Citogenética sem risco: Biossegurança e Garantia de qualidade.** FUNPEC/RP, Ribeirão Preto. 2000. 170 p.

Klug,William S.; Cummings, Michael R.; Spencer, Charlotte A. **Conceitos de Genética -** 9ª Ed. São Paulo, Artmed. 2010

OTTO, P.G.; OTTO, P.A.; FROTA-PESSOA, O. **Genética Humana e Clínica.** 2ª ed. Roca, 2004.

Bioética

Ementa

Bases Bioética: ética aplicada, teorias e principiologia, afirmação da bioética no mundo e no Brasil. Bioética e questões vivenciadas pelo profissional biomédico: dilemas persistentes e emergentes. Bioética e saúde coletiva. Bioética e ciência: pesquisa com seres humanos e pesquisa com uso de Animais.

Habilidades e Competências

Desenvolvimento da capacidade crítica para analisar dilemas éticos em saúde. Aplicação prática dos princípios bioéticos em situações clínicas específicas. Respeito à diversidade de opiniões e crenças, promovendo uma prática ética inclusiva. Habilidades para tomar decisões éticas em ambientes de saúde complexos. Consciência dos desafios éticos emergentes e capacidade de lidar com eles de maneira ética. Domínio das normas e diretrizes éticas que regem a pesquisa em saúde.

Bibliografia Básica

MALUF, A. C. do R. F. D. **Curso de bioética e biodireito**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2013.
 PESSINI, Leo. **Problemas atuais de bioética**. 9 ed. rev. ampl. São Paulo: Loyola. 2010.
 DALL'AGNOL, Darlei. **Bioética**. [Minha Biblioteca]. Disponível em: < <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788537805824/> >.

Bibliografia Complementar

NAMBA, E. T. **Manual de bioética e biodireito**. São Paulo: Atlas, 2009.
 DINIZ, Debora. **O que é bioética**. São Paulo: Brasiliense, 2005.
 PENTEADO, J. de C. **A vida dos direitos humanos: bioética, médica e jurídica**. Porto Alegre: Sérgio Fabris Editor, 1999.
 SCHLINK, Bernhard, martins, L. **Bioética à Luz da Liberdade Científica: Estudo de Caso Baseado na Decisão do STF sobre a Constit.** [Minha Biblioteca]. Disponível em: < <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522489787/> >.

V PERÍODO

Química geral e inorgânica

Ementa

Átomos e elétrons. Teoria quântica do átomo. Substâncias. Ligações químicas e geometria das moléculas. Estequiometria. Grandezas e medidas. A química dos elementos representativos. Biossegurança.

Habilidades e competências

Identificar um átomo, suas partículas e a estrutura eletrônica; Identificar as boas práticas de manipulação dos reagentes e as condutas adequadas no trabalho em laboratório; Conhecer os equipamentos mais utilizados no laboratório de química e as técnicas experimentais simples. Balancear uma equação química; Reconhecer os tipos de ligações químicas, as características dos compostos inorgânicos.

Bibliografia Básica

UCKO, David. **Química para as ciências da saúde. Uma introdução à química geral, orgânica e biológica**. 2ª ed. São Paulo: Manole, 1992.
 SACKHEIM, George I. **Química e bioquímica para ciências biomédicas**. 8ª ed. São Paulo: Manole, 2001.
 LEE, J. D. **Química inorgânica não tão concisa**. 5ª ed. São Paulo: Edgard Blücher, 2006

Bibliografia Complementar

BERG, Jeremy. **Bioquímica**. Rio de Janeiro: Guanabara.
 ROSENBERG, Jerome. **Teoria e problemas de química geral**. 8ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2003.

VOLLHARDT, K. Peter. **Química orgânica: estrutura e função**. 4ª ed. Porto- Alegre, Bookman, 2004.

MAHAN, B.M. & MYERS, R.J. **Química "Um Curso Universitário"**. 4a. ed. Rio de Janeiro: Edgard Blücher, 1996.

KOROLKOVAS, Andrejus. **Química farmacêutica**. Rio de Janeiro: Guanabara, 2008.

Bromatologia

Ementa

Conceito e importância da Bromatologia. Composição dos alimentos e suas propriedades químicas, físicas, tecnofuncionais e nutricionais: água, proteínas, enzimas, lipídios, carboidratos, fibras, vitaminas, minerais, pigmentos e aditivos. Análises de composição centesimal exigidas pela legislação e tecnofuncionais de alimentos.

Habilidades e competências:

Capacidade de avaliar e interpretar informações sobre a composição e qualidade dos alimentos; Habilidade no manuseio de instrumentos e técnicas de laboratório para análises bromatológicas; Capacidade de entender e analisar informações nutricionais e ingredientes em rótulos de alimentos; Compreensão das normas e regulamentações relacionadas à qualidade e segurança alimentar.

Bibliografia Básica

JAY, J. **Microbiologia de Alimentos**. 6 ed. Porto Alegre: Artmed Editora, 2005.

SALINAS, Rolando D. **Alimentos e Nutrição: Introdução à Bromatologia**. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2002.

SACKHEIM, George L. **Química e Bioquímica para Ciências Biomédicas**. São Paulo: Manole, 2005.

Bibliografia Complementar

ORDÓÑEZ & COLS. **Tecnologia de Alimentos – Alimentos de Origem Animal**. Vol 2. Porto Alegre: Artmed, 2005.

ORDÓÑEZ & COLS. **Tecnologia de Alimentos – Componentes dos Alimentos e Processos**. Vol. 01. Porto Alegre: Artmed, 2005.

DAVIES, Carlos Alberto. **Alimentos & bebidas**. 2 ed. Caxias do Sul: Educ, 2001.

OLIVEIRA, J.E; MARCHINI, J.S. **Ciências Nutricionais**. São Paulo: Sarvier, 2008.

WILSON, Walter. **Doenças Infecciosas – Diagnóstico e Tratamento**. 1 ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

Microbiologia clínica

Ementa

Infeções bacteriana: diagnóstico clínico laboratorial dos principais gêneros de importância clínica; métodos de detecção laboratorial dos mecanismos de resistência bacteriana aos antimicrobianos; aspectos clínicos laboratoriais de importância clínica.

Habilidades e competências

Reconhecer os microrganismos causadores de doenças infecciosas emergentes e reemergentes da Amazônia. Identificar os principais acontecimentos na evolução da microbiologia. Explicar

o impacto da antibioticoterapia na resistência microbiana. Reconhecer o papel do profissional de saúde no estudo da microbiologia

Bibliografia Básica

MURRAY, Patrick R. **Microbiologia Médica**. Rio de Janeiro: Guanabara. TRABULSI, L. R. **Microbiologia**. 5 ed. São Paulo: Atheneu, 2008.
 ABBAS. K.; LICHTMAN, A.H.; POBER, J.S. **Imunologia Celular e Molecular**. 6 ed. Revinter, 2008.
 LEUINSON W. & JAWETS, e. **Microbiologia Médica e Imunologia**. São Paulo: Artmes.
 STITES, D.P.; TERR, A.I.; PARSLow, T.G. **Imunologia Médica**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.

Bibliografia Complementar

KONEMAN, E. W. et al. **Diagnóstico Microbiológico**, Texto e Atlas Colorido. Rio de Janeiro: Medsi, 2008.
 FERREIRA, Antonio Walter. **Diagnóstico laboratorial**. 2 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001.
 JAY, James M. **Microbiologia de alimentos**. 6 ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.
 SANTOS, Norma Suely de O. **Introdução à virologia humana**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan S.A, 2008.
 SILVA, Penildon. **Farmacologia**. 8 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.
 ROITT, Ivan M. **Imunologia**. São Paulo: Manole, 2003.
 BIER, O. **Imunologia Básica e Aplicada**. 5 ed. São Paulo: Melhoramentos, 2003.
 BALESTIERI, Filomena Maria Perrella. **Imunologia**. São Paulo: Manole, 2006.
 SILVA, Wilmar Dias da. **Imunologia**. 5 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.

Toxicologia

Ementa

Agentes tóxicos, toxicidade e intoxicação. Toxicocinética, toxicodinâmica. Avaliação da toxicidade. Carcinogênese química. Teratogênese química. Toxicologia forense, ocupacional e ambiental. Estudos toxicológicos e contaminação de alimentos. Estudo da Toxicidade de fármacos, cosméticos, saneantes, domissanseantes e alimentos. Técnicas de Análises Toxicológicas. Procedimentos relacionados à coleta de matéria para fins de análises laboratoriais e toxicológicos. Interpretação de resultados. Aplicações práticas da Toxicologia através da curricularização da extensão com desenvolvimento de projetos que englobem as mudanças climáticas.

Habilidades e competências

Capacidade de identificar e caracterizar agentes tóxicos e suas fontes de exposição; Entender como os agentes tóxicos são absorvidos, distribuídos, metabolizados e eliminados pelo organismo, assim como seus efeitos no corpo; Compreensão dos processos de carcinogênese e teratogênese química, e a capacidade de identificar substâncias com potencial tóxico nesses contextos; Conhecimento das práticas de toxicologia forense, incluindo coleta de evidências e interpretação de resultados em contextos legais.

Bibliografia Básica

MOREIRA, Ana Helena Pacheco. **Intoxicações Agudas**. São Paulo: Revinter, 2001
 OGA, Seizi. **Fundamentos de toxicologia**. 3 ed. São Paulo: Atheneu, 2008

ALMEIDA, Pedro José de. **Intoxicação por agrotóxicos : informações selecionadas para abordagem clínica e tratamento**. São Paulo: Andrei, 2002.

Bibliografia Complementar

BUONO NETO, Antonio. **Primeiros socorros e prevenção de acidentes de trabalho e domésticos**. 2 ed. São Paulo: LTr, 2004.

LORENZI, Harri. **Plantas medicinais no Brasil : nativas e exóticas**. 2. ed. Nova Odessa: Instituto Plantarum de estudos da Flora Ltda, 2008.

ROBBINS. **Patologia básica**. 8 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008,

BUTANTAN, Amazônia. **Acidentes com animais peçonhentos no Oeste do Pará**. São Paulo: Instituto Butantan, 2007.

GUYTON, Arthur. **Fisiologia Humana**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 2008.

Medicina Legal

Ementa

Definição e histórico da Medicina Legal. Conhecimentos da Traumatologia Forense, Tanatologia e Sexologia Forense, além de estudo sobre Toxicologia.

Habilidades e Competências

Conhecer os importantes ramos da Medicina Legal, quais sejam, Traumatologia Forense, Tanatologia e Sexologia Forense, Toxicologia. Analisar a importância da Medicina Legal na prática Biomédica e Farmacêutica.

Bibliografia Básica

ALMEIDA JÚNIOR, Antônio Ferreira, et al. **Lições de Medicina Legal**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1996.

CROCE, Delton & CROCE JÚNIOR, Delton. **Manual de Medicina Legal**. São Paulo: Saraiva, 1998.

FÁVERO, Flávio **Medicina Legal**. Belo Horizonte: Villa Rica, 1998.

Bibliografia Complementar

ECKERT, William G. **Introduction to forensic sciences**. Boca Raton, Flórida: CRC Press. 1997.

ESPÍNDULA, Alberi. **Perícia Criminal e Cível**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto. 2002.

STARK, Margaret M. Ed. **A physician's guide to clinical forensic medicine**. Totowa: Human Press. 2000.

TOCHETTO, Domingos. **Balística Forense: Aspectos Técnicos e Jurídicos**. Campinas: Millenium. 2003.

Imunologia clínica

Ementa

Conceitos em Imunologia Clínica, Imunidade aos Vírus, Imunidade a Fungos e Bactérias, Imunodeficiência Humana (HIV/AIDS), Imunidade aliada a Hipersensibilidade Tipos I, II, III e IV, Comportamento Imunológico durante Processo Infecioso, Imunologia dos Transplantes, Imunologia das Hepatites Virais, Imunologia das IST's, Imunologia da Vacinação, Técnicas Imunoclínicas, Fatores Interferentes.

Habilidades e competências

Reconhecer, classificar e exemplificar as principais metodologias de imunologia clínica utilizadas para a assistência à saúde. Reconhecer os principais diagnósticos clínico-laboratorial de doenças infecciosas, através de métodos sorológicos.

Bibliografia Básica

PARSLOW, T.G. **Imunologia Médica**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Editora GUANABARA KOOGAN, 2004.

ABBAS, A.K. **Imunologia Celular e Molecular**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Editora ELSEVIER, 2008.

ROSEN, F.S. **Estudo de casos em imunologia um guia clínico**. 3ª ed. Porto Alegre: Editora ARTMED, 2002.

Bibliografia Complementar

ABBAS, A.K. **Imunologia Básica: funções e distúrbios do Sistema Imune**. 1ªed. Rio de Janeiro: Editora REVINTER, 2003.

SILVA, W.D. Bier. **Imunologia Básica e Aplicada**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora GUANABARA KOOGAN, 2003.

Geller, Mario. **Diagnóstico e tratamento das doenças imunológicas**/Mario Geller, Morton Scheinberg. – 2. ed. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

Abbas Abul K. **Imunologia celular e molecular** / Abul K. Abbas, Andrew H. Lichtman, Shiv Pillai; ilustrações de David L. Baker, Alexandra Baker ; [tradução de Tatiana Ferreira Robaina ...et al]. - 8. ed. - Rio de Janeiro: Elsevier, 2015. il. ; 28 cm.

Estágio supervisionado I - Análises clínicas

Ementa

Atividades referentes aos aspectos microbiológicos. Fases pré-analítica, analítica e pós analítica de um laboratório com a correlação dos resultados e dados clínicos dos pacientes. Elaboração e avaliação de laudos. Gestão e controle de qualidade em laboratório clínico.

Habilidades e Competências:

Observar técnicas de coleta de materiais biológicos e instruções aos pacientes quanto aos procedimentos. Conhecer a rotina de triagem e separação do material biológico coletado; Compreender os processos de lavagem e esterilização de materiais utilizados nos procedimentos laboratoriais; Observação dos procedimentos técnicos específicos da rotina dos setores de Hematologia, Parasitologia, Microbiologia, Bioquímica, Líquidos Corporais e Imunologia; Observar o processo de avaliação e interpretação dos resultados encontrados e liberação de laudos.

Bibliografia Básica

PANDIT, Nita K. **Introdução às ciências farmacêuticas**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

REY, L. **Bases da Parasitologia Médica**. 3 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.

SACKHEIM, George L. **Química e Bioquímica para Ciências Biomédicas**. São Paulo: Manole, 2005.

Bibliografia Complementar

SEBASTIANI, Ricardo W.; SOLDATI, Viviani R.; PESSINI, Leo. **A Ética na Saúde**. 1 ed. São Paulo: Pioneira Thomson, 2006.

PORTH, Carol Mattson. **Fisiopatologia**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.

DANGELO, José. **Anatomia humana básica**. 2ª ed. São Paulo: Atheneu, 2006.

FERREIRA, Antonio Walter. **Diagnóstico laboratorial**. 2 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001.

BERG, M. Jeremy. **Bioquímica**. 5 ed. Rio de Janeiro, Artmed, 2004.

VI PERÍODO

Química orgânica

Ementa

Fundamentos da química orgânica; nomenclatura, propriedades físicas e químicas de hidrocarbonetos, halogenetos de alquila álcoois, fenóis, éteres, aldeídos, cetonas, ácidos carboxílicos, derivados de ácido, animais, aminoácidos, heterocíclicos aromáticos e carboidratos. Estereoquímica. Técnicas básicas de laboratório para caracterização de compostos orgânicos. Reações de caracterização de hidrocarbonetos, álcoois, fenóis e haletos.

Habilidades e competências:

Compreender a aplicabilidade da química orgânica; Identificar os diferentes tipos de vidraria de um laboratório químico; Classificar compostos de carbono quanto ao tipo de ligação e número de átomos, e cadeias carbônicas quanto à insaturação e às ramificações; Identificar e descrever a nomenclatura e estrutura química dos compostos orgânicos: hidrocarbonetos, álcoois, ácidos carboxílicos, aldeídos, cetonas, aminas, amidas e aromáticos; Estudar ácidos e bases no que diz respeito aos conceitos básicos, forças de ácidos e bases, relação entre estrutura molecular e acidez e o efeito do pH na estrutura de uma substância orgânica.

Bibliografia Básica

McMURRY, John. **Química orgânica**. 6ª ed. São Paulo: Pioneira, 2005. V 1.
SACKHEIM, George. **Química e bioquímica para ciências biomédicas**. 8ª ed. São Paulo: Manole, 2001
VOLLHARDT, K. Peter. **Química orgânica: estrutura e função**. 4ª ed. Porto- Alegre, Bookman, 2004.

Bibliografia Complementar

BARREIRO, E. J.; FRAGA, C. A. M. **Química medicinal: bases moleculares da ação dos fármacos**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2015. 608 p.
KOROLKOVAS, Andrejus. **Química farmacêutica**. Rio de Janeiro: Guanabara, 2008.
GEPEQ - **Introdução e Transformações**. Química - Ensino Médio. Vol. 1,2,3. Ed. Edusp, 1999.
FELTRE, Ricardo. **Fundamentos de Química**: vol. único. 4ª.ed. São Paulo: Moderna, 2005. 700 p.
MAHAN, B.M. & MYERS, R.J. **Química "Um Curso Universitário"**. 4a. ed. Rio de Janeiro: Edgard Blücher, 1996.

Farmacologia clínica

Ementa

Farmacologia dos anti-hipertensivos, antiangionoso e hipolipemiantes. Farmacologia dos hipoglicemiantes e insulina. Farmacologia dos broncodilatadores, anti-histamínicos e anti-inflamatórios esteroides. Farmacologia dos antiácidos e antissecretores gástricos.. Farmacologia dos antidepressivos, hipnóticos e sedativos.

Habilidades e competências:

Conhecer os principais grupos de medicamentos e compreender o mecanismo de ação e efeitos adversos dos anti-hipertensivos, antianginosos e hipolipemiantes; Conhecer os principais grupos de medicamentos e compreender o mecanismo de ação e efeitos adversos dos

hipoglicemiantes e insulina; Conhecer os principais grupos de medicamentos e compreender o mecanismo de ação e efeitos adversos dos broncodilatadores, anti-histamínicos e anti-inflamatórios esteroides; Conhecer os principais grupos de medicamentos e compreender o mecanismo de ação e efeitos adversos dos antiácidos e antissecretores gástricos; Conhecer os principais grupos de medicamentos e compreender o mecanismo de ação e efeitos adversos dos antidepressivos, hipnóticos e sedativos.

Bibliografia básica:

RANG, H. P. et al. **Farmacologia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.
SCHELLACK, G. **Farmacologia - Uma Abordagem Didática**. Editora: Fundamento, 2005.
GOODMAN & GILMAN. **As Bases Farmacológicas da Terapêutica**. Ed. Macgraw-hill Interamericana. 11a Ed. 2007.

Bibliografia complementar:

WHALEN, K.; FINKEL, R.; PANAVELIL, T. **Farmacologia ilustrada. 6a ed. Porto Alegre:** Artmed, 2016. BRUNTON, Laurence L. (Org.). **As Bases farmacológicas da terapêutica de Goodman & Gilman**. 13. ed. Porto Alegre: Artmed, 2019.
KATZUNG, Bertram G. **Farmacologia Básica e Clínica**. 10a ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.
SILVA, Penildon. **Farmacologia**. 8 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.
GUYTON, Arthur C. **Fisiologia humana**. 6a ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.
BRUNTON, Laurence L. (Org.). **As Bases farmacológicas da terapêutica de Goodman & Gilman**. 13. ed. Porto Alegre: Artmed, 2019.

Físico-química

Ementa

Estados de agregação da matéria. Gases. Leis da termodinâmica. Termoquímica. Equilíbrio e espontaneidade de reações químicas. Equilíbrio de fases. Constantes de equilíbrio, solubilidade, coeficiente e partição. Métodos e técnicas para análises físico-químicas de água, saneamento e meio ambiente.

Habilidades e competências:

Diferenciar as principais características físico-químicas de cada estado da matéria; Definir o modelo de gases ideais; Explicar a relação entre temperatura, pressão e volume à luz da teoria da cinética dos gases; Definir o que se entende por gás real; Explicar a relação co-volume e atração, contidos na equação de van der Waals; Reconhecer os termos básicos da termodinâmica, como sistemas, fronteiras, equilíbrio, entre outros; Definir o que é calor e trabalho; Definir o que entropia de um sistema, bem como compreender a entropia a partir dos ciclos termodinâmicos; Compreender o que é potencial químico e a sua relação com as constantes de equilíbrio, solubilidade, coeficiente, partição e equilíbrio de fases.

Bibliografia Básica

MOORE, Walter. **Físico-química**. 4ª ed. São Paulo: Edgard Blücher, 2002. V 1.
NETZ, Paulo. **Fundamentos de físico-química: uma abordagem conceitual para as ciências farmacêuticas**. São Paulo: Artmed, 2002.
BALL, David W. **Físico-química**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2006.

Bibliografia Complementar

ATKINS, Peter. **Físico-química - Fundamentos**. Rio de Janeiro: Livros Técnico Científicos.
CASTELAN, G. W. **Fundamentos de Físico-química**. 1 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1995.

OKUNO, Emico. **Física para ciências biológicas e biomédicas**. São Paulo: Harbra, 1982.
 MAHAN, B.M. & MYERS, R.J. **Química "Um Curso Universitário"**. 4a. ed. Rio de Janeiro: Edgard Blücher, 1996.
 BARREIRO, Eliezer J. **Química Medicinal: As Bases Moleculares da Ação dos Fármacos**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

Assistência farmacêutica

Ementa

Política Nacional de Medicamentos (PNM); utilização da epidemiologia na Assistência Farmacêutica, ciclo da Assistência Farmacêutica - seleção, programação, aquisição, armazenamento, distribuição e dispensação; avaliação da qualidade da Assistência Farmacêutica tanto no âmbito público (SUS) quanto no privado. Serviços farmacêuticos. Aplicações práticas da Assistência Farmacêutica através da curricularização da extensão com desenvolvimento de projetos que englobem as mudanças climáticas.

Habilidades e Competências

Diferenciar assistência farmacêutica e atenção farmacêutica. Entender todos os níveis do ciclo de Assistência Farmacêutica. Elaborar um plano de gerenciamento de Assistência Farmacêutica com todas as etapas do ciclo. Descrever os conceitos gerais da Política Nacional de Assistência Farmacêutica.

Bibliografia Básica

GOMES, Maria José Vasconcelos de Magalhães. **Ciências farmacêuticas**. São Paulo: Atheneu, 2006
 CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à Teoria Geral da Administração**. Rio de Janeiro.
 STORPIRTIS, Silvia. **Farmácia clínica e atenção farmacêutica**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.

Bibliografia Complementar

FAUS DADER, Maria José. **Atenção farmacêutica - conceitos, processos e casos práticos**. São Paulo: RCN Editora Ltda, 2008
 CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA - CFF. **Serviços farmacêuticos diretamente destinados ao paciente, à família e à comunidade: contextualização e arcabouço conceitual** / Conselho Federal de Farmácia. – Brasília: Conselho Federal de Farmácia, 2016. 200 p. : il
 RANG, H. P.; DALE, Maureen M. RITTER, J. M; MOORE, P. K. **Farmacologia**. Rio de Janeiro: Elsevier.
 CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA - CFF. **O farmacêutico na assistência farmacêutica do SUS : diretrizes para ação** / Fernanda Manzini...[et al.]. – Brasília: Conselho Federal de Farmácia, 2015. 298 p. : il.

Gestão farmacêutica

Ementa

Introdução à administração. Teoria geral da administração. Gestão da assistência farmacêutica. Planejamento, organização, direção e controle. Análise de problemas e tomada de decisão. Planejamento em saúde. Instrumentos de gestão do SUS. Empreendedorismo. Registro de uma empresa. Plano de negócio. Administração de recursos materiais, financeiros e humanos. Legislação trabalhista. Gestão de resíduos de serviços de saúde.

Habilidades e competências:

Compreender os princípios da administração e aplicá-los na gestão farmacêutica. Compreender o papel da gestão da assistência farmacêutica na promoção da saúde. Identificar os processos de avaliação da qualidade e efetividade dos serviços farmacêuticos. Compreender os princípios do SUS e sua relação com a gestão farmacêutica. Conhecer e utilizar os instrumentos de gestão para análise e tomada de decisões. Compreender a aplicação da classificação ABC na gestão de estoque de medicamentos e insumos em saúde. Analisar e desenvolver planos de negócios na área da saúde.

Bibliografia Básica

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à Teoria Geral da Administração**. Rio de Janeiro: Campus.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de Pessoas**. Rio de Janeiro: Campus.

DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo: transformando idéias em negócios**. 2ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

Bibliografia Complementar

TARABOULSI, Fadi Antoine. **Administração de hotelaria hospitalar**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

BRUNI, Adriano Leal. **A administração de custos, preços e lucros**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

DUTRA, René Gomes. **Custos: uma abordagem prática**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

LEITE, Silvana Nair et al. **Gestão da Assistência Farmacêutica** / organização de Silvana Nair Leite...[et al.]. – Florianópolis : Ed. da UFSC, 2016. 160 p. : il., graf., tabs. – (Assistência Farmacêutica no Brasil: Política, Gestão e Clínica ; v. 2).

ANDRÉ, Carla Ulhoa et al. **Qualidade no cuidado e segurança do paciente** [livro eletrônico]: educação, pesquisa e gestão / Organizadores Carla Ulhoa André... [et al.]. - Brasília, DF: Conselho Nacional de Secretários de Saúde, 2021. -(LEIASS; v.8). Disponível em: <https://www.conass.org.br/biblioteca/qualidade-no-cuidado-e-seguranca-do-paciente-educacao-pesquisa-e-gestao/>.

Estágio supervisionado II - Farmácia comunitária**Ementa**

Prática supervisionada em: gestão e dispensação farmacêutica em farmácias comunitárias; orientação sobre uso de medicamentos; receituários de medicamentos sujeitos a controle especial, antimicrobianos e outros medicamentos; princípios éticos e legais; armazenamento e descarte de medicamentos, promovendo a conscientização ambiental e a preservação da saúde.

Habilidades e competências:

Observar e conhecer as práticas de gestão em uma farmácia comunitária, incluindo o controle de estoque, organização do ambiente e implementação de processos que visam otimizar a dispensação de medicamentos; Observar o processo de orientação ao paciente sobre o uso correto de medicamentos; Conhecer os receituários de medicamentos sujeitos a prescrição, antimicrobianos e outros fármacos; Observar e conhecer as práticas relacionadas ao armazenamento responsável de medicamentos; Observar e se familiarizar com a documentação necessária para o funcionamento legal de um drogaria bem como o conhecimento da legislação relativa ao exercício profissional.

Bibliografia Básica

PANDIT, Nita K. **Introdução às ciências farmacêuticas**. Porto Alegre: Artmed, 2008.
 RANG, H. P.; DALE, Maureen M. RITTER, J. M; MOORE, P. K. **Farmacologia**. Rio de Janeiro: Elsevier.
 SILVA, Penildon. **Farmacologia**. 8 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.

Bibliografia Complementar

CORRER, C. J.; OTUKI, M. F. **A prática farmacêutica na farmácia comunitária**. Porto Alegre: Artmed, 2013. 454 p
 STORPIRTIS, Silvia. **Farmácia clínica e atenção farmacêutica**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.
 AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA). **Resolução da Diretoria Colegiada – RDC nº 44, de 17 de agosto de 2009**, dispõe sobre Boas Práticas Farmacêuticas para o controle sanitário do funcionamento, da dispensação e da comercialização de produtos e da prestação de serviços farmacêuticos em farmácias e drogarias e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 17 de agosto de 2009.
 AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA). **Portaria nº 344 de 12 de maio de 1998**. Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 12 de maio de 1998.

VII PERÍODO

Química analítica quantitativa e qualitativa

Ementa

Equipamentos, erros, amostragem, técnicas de quantificação: volumetria, titulometria, métodos eletroanalíticos, métodos espectroanalíticos e análise instrumental. Estudo de ácidos e bases fortes. Equilíbrio químico. Padrões primários. Reações de precipitação, complexação e oxirredução. Reações por via seca e por via úmida. Separações cromatográficas.

Habilidades e competências:

Identificar vidrarias elementares em laboratório de química analítica; Reconhecer os padrões primários para soluções ácidas e básicas; Identificar os princípios de uma titulação de ácidos e bases fortes; Identificar e classificar as técnicas de análise de acordo com sua aplicação; Descrever as propriedades de radiação eletromagnética; Conceituar solubilidade, polaridade e precipitação; Identificar os parâmetros físico-químicos influentes em reações por via seca e úmida; Reconhecer os mecanismos envolvidos nas separações cromatográficas.

Bibliografia Básica

BACCAN, Nivaldo. **Química Analítica Quantitativa Elementar**. 3ª Ed. São Paulo: Edgard Blucher, 2001.
 EWING, W.G. **Métodos Instrumentais de Análise Química**. São Paulo: Edgar Blücher, 1972.
 HIGSON, Séamus. **Química analítica**. São Paulo: McGraw-Hill, 2009.

Bibliografia Complementar

VOGEL, A.I. **Química Analítica Qualitativa**. Tradução de Antônio Gimeno. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1981 (N.L.).
 OHLWEILER, O.A. **Química Analítica Quantitativa**. Rio de Janeiro: Editora Caminas, 1981.
 HARRIS, D. C. **Análise Química Quantitativa**. 5 ed. Rio de Janeiro : LTC, 2001.

SACKHEIM, George. **Química e bioquímica para ciências biomédicas**. 8ª ed. São Paulo: Manole, 2001.

BARREIRO, Eliezer J. **Química Medicinal: As Bases Moleculares da Ação dos Fármacos**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

Farmacognosia

Ementa

Identificação de tipos celulares e tecidos vegetais. Extração, identificação, e doseamento dos grupos mais importantes de princípios ativos naturais (óleos essenciais e fixos, resinas, alcalóides, heterosídeos, taninos, saponinas, flavonóides). Métodos de análise em farmacognosia. Estudo prospectivo de princípios ativos de origem vegetal e utilização destes produtos como matéria prima para a fabricação de medicamentos e cosméticos.

Habilidades e competências

Capacidade de identificar tipos celulares e tecidos de origem vegetal, entendendo suas funções e características; Realizar processos de extração de compostos naturais, como óleos essenciais, resinas e alcaloides; Identificar e dosar grupos importantes de princípios ativos, como flavonoides e saponinas, utilizando técnicas analíticas adequadas; Utilizar princípios ativos de origem vegetal como matéria-prima para a fabricação de medicamentos e cosméticos; Integrar conhecimentos de farmacognosia com outras áreas, como farmacologia e tecnologia de medicamentos.

Bibliografia Básica

SIMÕES, C.M.O. **Farmacognosia da planta ao medicamento**.

|Florianópolis: UFRGS, 2007.

OLIVEIRA, F. & AKISUE, G. **Fundamentos de Farmacobotânica e da morfologia vegetal**. São Paulo: Atheneu.

RAVEN, Peter. **Biologia vegetal**. Rio de Janeiro: Guanabara.

Bibliografia Complementar

OLIVEIRA, F. & AKISUE, G. **Fundamentos de Farmacobotânica**. São Paulo: Atheneu, 2005.

ODUM, Eugene P. **Ecologia**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

LORENZI, Harri. **Plantas Medicinais no Brasil Nativas e Exóticas**. 1 ed. Campinas: Plantarum, 2010.

KUKLINSKI, Cláudia. **Farmacognosia**. São Paulo: Omega, 2000.

SALINAS, Rolando D. **Alimentos e nutrição - introdução à bromatologia**. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2002.

Controle de qualidade de alimentos e medicamentos

Ementa

Conceitos em controle de qualidade. Controle de qualidade em Laboratório de análises. Fases das análises clínicas laboratoriais. Programas de controle de qualidade em análises clínicas. Controle de qualidade físico-químico em produtos farmacêuticos. Ensaio de qualidade, imperfeições e impurezas em insumos e medicamentos. Controle de qualidade microbiológico de produtos farmacêuticos.

Habilidades e competências:

Compreender os conceitos fundamentais relacionados ao controle de qualidade; Definir os tipos de erros e indicadores de qualidade em análises clínicas; Compreender as diferentes fases envolvidas nas análises clínicas laboratoriais; Realizar e interpretar ensaios de controle de qualidade físico-químico em produtos farmacêuticos; Compreender e diferenciar a aplicabilidade dos tipos de programas de controle de qualidade em laboratórios; Identificar microrganismos patogênicos em produtos farmacêuticos.

Bibliografia Básica

PINTO, Terezinha de Jesus Andreoli. **Controle Biológico de Qualidade de Produtos Farmacêuticos, Correlatos e Cosméticos**. São Paulo: Atheneu, 2010.

PRISTA, Luís Vasco Nogueira. **Tecnologia farmacêutica**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

KOROLKOVAS, Andejus; et al. **Química Farmacêutica**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.

Bibliografia Complementar

NETZ, Paulo. **Fundamentos de físico-química: uma abordagem conceitual para as ciências farmacêuticas**. São Paulo: Artmed, 2002.

BARREIRO, Eliezer J. **Química Medicinal: As Bases Moleculares da Ação dos Fármacos**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

BERTOLINO, M.T. **Gerenciamento da Qualidade na Indústria Alimentícia: Ênfase na Segurança dos Alimentos**. Porto Alegre: Artmed, 2010. 320p.

GONÇALVES, J.D.; LOPES, E.; UBARANA, F.; HEREDIA, L.; FROTA, A.C. **Implementação de Sistemas da Qualidade e Segurança dos Alimentos – Volume 2**. Campinas: Ed. SBCTA, 2012.

MINISTÉRIO DA SAÚDE - Portaria nº 1428 de 26 de novembro de 1993 - Diário Oficial da União nº 229: 18415 -18419 - 02 de dezembro de 1993. MOREIRA, J.B. **Controle da Qualidade na Indústria Alimentar - A Concepção Moderna**. Brasília: Ministério da Indústria e Comércio, 1985. 196p.

Atenção farmacêutica

Ementa

Atenção Farmacêutica (AF); Habilidades de Comunicação, principais aspectos para atendimento e aplicação da Atenção Farmacêutica. Problemas relacionados a medicamentos (PRM). Identificação e resolução de problemas relacionados ao uso dos medicamentos através do acompanhamento farmacoterapêutico. Metodologias de seguimento/acompanhamento Farmacoterapêutico. Atenção Farmacêutica na atenção básica de saúde. Aplicações práticas da Atenção farmacêutica através da curricularização da extensão com desenvolvimento de projetos que englobem as mudanças climáticas.

Habilidades e Competências

Identificar as bases conceituais de atenção farmacêutica. Usar a comunicação verbal e não verbal com os pacientes. Diferenciar atenção farmacêutica da assistência farmacêutica. Conhecer os principais métodos de Atenção Farmacêutica. Reconhecer a importância da atenção farmacêutica nos planos de cuidado do paciente. Classificar os PRMs e RNM. Elaborar o plano farmacoterapêutico do paciente. Aplicar ferramentas para o acompanhamento do paciente como: protocolos, prontuários, modelos de declarações e encaminhamentos.

Bibliografia Básica

ROVERS, John P. **Guia prático da Atenção Farmacêutica: Manual de habilidades clínicas**. 3ª Edição, São Paulo: Pharmabooks, 2010.

STORPIRTIS, Silvia. **Farmácia clínica e atenção farmacêutica**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.

DADER, Maria José Faus. **Atenção Farmacêutica: Conceitos, processos e casos práticos**. 1ª edição. São Paulo: RCN Editora, 2008.

Bibliografia Complementar

Brasil. Ministério da Saúde. **Serviços farmacêuticos na atenção básica à saúde** / Ministério da Saúde, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. – Brasília : Ministério da Saúde, 2014. 108 p. : il. – (Cuidado farmacêutico na atenção básica ; caderno 1). ISBN 978-85-334-2196-7.

Conselho Federal de Farmácia. **Serviços farmacêuticos diretamente destinados ao paciente, à família e à comunidade: contextualização e arcabouço conceitual** / Conselho Federal de Farmácia. Brasília: Conselho Federal de Farmácia, 2016. 200p.: il.

CORRER, C. J.; OTUKI, M. F. **A prática farmacêutica na farmácia comunitária**. Porto Alegre: Artmed, 2013. 454 p

BRASIL. Ministério da Saúde. **Gestão do Cuidado Farmacêutico na Atenção Básica** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção Primária à Saúde, Departamento de Saúde da Família – Brasília: Ministério da Saúde, 2019. 384 p. : il.

Virologia

Ementa

Morfologia e estrutura viral. Taxonomia viral. Propriedades gerais dos vírus. Replicação viral. Estudo dos principais vírus causadores de infecções em humanos, com ênfase em suas propriedades gerais, patogenia, métodos de diagnóstico, prevenção e controle.

Habilidades e Competências

Conhecer a estrutura dos diferentes tipos de vírus relacionados aos processos infecciosos no homem, abrangendo seus aspectos gerais de morfologia, patogenia, epidemiologia e diagnóstico laboratorial. Entender a replicação/reprodução dos vírus, assim como, a relação parasito/hospedeiro.

Bibliografia Básica

SANTOS, Norma Suely de O. **Introdução à virologia humana**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan S.A, 2008.

LEVINSON, Warren; JAWETZ, Ernest. **Microbiologia Médica e Imunológica**. Porto Alegre: Artmed.

TRABULSI, L. R. **Microbiologia**. São Paulo: Atheneu, 2008.

Bibliografia Complementar

KONEMAN, E. W. et al. **Diagnóstico Microbiológico, Texto e Atlas Colorido**. Rio de Janeiro: Medsi, 2001.

BOLNER, Ane Rose. **Doenças infecciosas : diagnóstico e tratamento** / Walter R. Wilson e Merle A. Sande (org.). Porto Alegre: Artmed, 2004.

FERREIRA, Antonio Walter. **Diagnóstico laboratorial**. 2 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001.

BENETTI FILHO, Caio Cesar. **Patologia: processos gerais**. 4. ed. São Paulo: Atheneu, 2008.

Estágio supervisionado III - Atenção farmacêutica comunitária

Ementa

Conhecimentos das habilidades, atitudes e valores necessários à prática da Atenção Farmacêutica integral ao indivíduo, a família e a comunidade. Relacionamento interdisciplinar entre os conteúdos abordados em sala de aula (Atenção Farmacêutica, Farmacologia, Farmacotécnica, Introdução à Farmácia). Orientação farmacêutica ao paciente. Identificação dos Problemas Relacionados com Medicamentos (PRM).

Habilidades e Competências

Observar as responsabilidades do profissional farmacêutico com a comunidade; Praticar a socialização e comunicação verbal e não verbal com os pacientes. Acompanhar a política do uso racional de medicamentos para as patologias mais prevalentes; Escolher e aplicar o Método mais adequado para a necessidade do paciente durante o acompanhamento do mesmo; Praticar serviços farmacêuticos (aferição da pressão arterial, teste de glicemia, cálculo do IMC, declarações, encaminhamentos, avaliação da receita); Conhecer e praticar ferramentas para o planejamento, acompanhamento, monitoramento e intervenção do paciente.

Bibliografia Básica

ROVERS, John P. **Guia prático da Atenção Farmacêutica: Manual de habilidades clínicas**. 3ª Edição, São Paulo: Pharmabooks, 2010.

STORPIRTIS, Silvia. **Farmácia clínica e atenção farmacêutica**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.

DADER, Maria José Faus. **Atenção Farmacêutica: Conceitos, processos e casos práticos**. 1ª edição. São Paulo: RCN Editora, 2008.

Bibliografia Complementar

BRASIL.. Ministério da Saúde. **Serviços farmacêuticos na atenção básica à saúde** / Ministério da Saúde, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. – Brasília : Ministério da Saúde, 2014. 108 p. : il. – (Cuidado farmacêutico na atenção básica ; caderno 1). ISBN 978-85-334-2196-7.

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA.. **Serviços farmacêuticos diretamente destinados ao paciente, à família e à comunidade: contextualização e arcabouço conceitual** / Conselho Federal de Farmácia. Brasília: Conselho Federal de Farmácia, 2016. 200p.: il.

CORRER, C. J.; OTUKI, M. F. **A prática farmacêutica na farmácia comunitária**. Porto Alegre: Artmed, 2013. 454 p

SOARES, L. et al. **Atuação clínica do farmacêutico** / organização de Luciano Soares...[et al.]. – Florianópolis : Ed. da UFSC, 2016. 353 p. : il., graf., tabs. – (Assistência Farmacêutica no Brasil: Política, Gestão e Clínica ; v. 5).

BRASIL. Ministério da Saúde. **Gestão do Cuidado Farmacêutico na Atenção Básica** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção Primária à Saúde, Departamento de Saúde da Família – Brasília: Ministério da Saúde, 2019. 384 p. : il.

VIII PERÍODO

Química farmacêutica

Ementa

Aspectos gerais no mecanismo ação de fármacos: alvos farmacológicos e modelo chave-fechadura. Segundos mensageiros. Propriedades físico-químicas dos fármacos. Metabolismo dos fármacos. Pró-fármacos. Introdução à síntese de grupos farmacológicos.

Habilidades e competências:

Compreender os conceitos e teorias gerais relacionados ao mecanismo molecular de ação dos fármacos; Conhecer e identificar os tipos de alvos farmacológicos; Relacionar as propriedades físico-químicas com perfil farmacocinético dos fármacos; Conhecer as diferentes reações de transformação no metabolismo dos fármacos; Compreender o conceito de pró-fármacos e sua aplicabilidade; Conhecer as etapas associadas aos processos de descoberta e desenvolvimento de grupos farmacológicos.

Bibliografia Básica

BARREIRO, Eliezer J. **Química Medicinal: As Bases Moleculares da Ação dos Fármacos**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

KOROLKOVAS, Andejus; et al. **Química Farmacêutica**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.

SILVA, P. **Farmacologia**. 8 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.

Bibliografia Complementar

NETZ, Paulo. **Fundamentos de físico-química: uma abordagem conceitual para as ciências farmacêuticas**. São Paulo: Artmed, 2002.

ANDREI, C. C.; FERREIRA, D. V.; FACCIONE, M.; FARIA, T. J. **Da Química Medicinal a Química Combinatória Modelagem Molecular**, Ed. Manole; 2a Ed. Barueri, 2012, 168p.

GOODMAN & GILMAN. **As bases farmacológicas da terapêutica**. Rio de Janeiro: Mc Graw Hill, 2003.

BARREIRA, E.J.; FRAGA, C.A.M. **Química medicinal: as bases moleculares de ação dos fármacos**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

Tecnologia farmacêutica**Ementa**

Aspectos biofarmacêuticos. Biotecnologias de novos medicamentos. Sistemas de liberação de fármacos administrados por via oral. Novas formas farmacêuticas. Desenvolvimento de produtos farmacêuticos. Anticorpos monoclonais. Desenvolvimento farmacotécnico.

Habilidades e competências:

Reconhecer as fases biofarmacêuticas cumpridas pelos medicamentos; Descrever a influência da forma farmacêutica na biodisponibilidade dos medicamentos; Compreender as novas formas farmacêuticas disponíveis no mercado; Compreender os sistemas de liberação de fármacos administrados por via oral; Identificar as fases no desenvolvimento de fármacos; Entender o papel e a aplicação dos anticorpos monoclonais na terapêutica; Conhecer os princípios do desenvolvimento farmacotécnico.

Bibliografia Básica

FONTES, Olney Leite. **Farmácia homeopática**. 3 ed. São Paulo: Manole, 2009.

PRISTA, Luís Vasco Nogueira. **Tecnologia farmacêutica**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

ALLEN JR., Loyd V. **Formas farmacêuticas e sistemas de liberação de fármacos**. 8. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

Bibliografia Complementar

- AUTON, Michel E. **Delineamento de Formas Farmacêuticas**. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- NETZ, Paulo. **Fundamentos de físico-química: uma abordagem conceitual para as ciências farmacêuticas**. São Paulo: Artmed, 2002.
- ABIFARMA. **Indústria farmacêutica e cidadania**. São Paulo: ABIFARMA, 1997.
- BERMUDES, J.A. **Indústria farmacêutica estado e sociedade**. São Paulo: HUCITEC, 1995.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Farmacopéia Brasileira**. São Paulo: Atheneu., 2004.

Microbiologia de alimentos

Ementa

Microrganismos de interesse em alimentos, com ênfase nos causadores de infecções e intoxicações alimentares, deteriorantes e indicadores: fontes de contaminação, análises e os fatores intrínsecos e extrínsecos que controlam o seu crescimento. Critérios microbiológicos para fornecer subsídios de qualidade. Tecnologia em alimentos e bebidas produzidos na indústria alimentícia.

Habilidades e Competências

Conhecer os microrganismos nos alimentos que são patogênicos, deteriorantes e produtores de alimentos. Identificar os fatores intrínsecos e extrínsecos que controlam o desenvolvimento microbiano nos alimentos. Compreender a transmissão de microrganismos para os alimentos e destes para o homem (fontes de contaminação). Reconhecer os tipos de alterações provocadas pelos microrganismos nos alimentos, assim como os principais métodos de controle. Conhecer os critérios microbiológicos aplicados para avaliar a qualidade de alimentos.

Bibliografia Básica

- SALINAS, Rolando D. **Alimentos e nutrição**. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- JAY, James M. **Microbiologia de alimentos**. 6 ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- TRABULSI, L. R. **Microbiologia**. 5 ed. São Paulo: Atheneu, 2008.

Bibliografia Complementar

- SILVA, Penildon. **Farmacologia**. 8 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.
- FERREIRA, Antonio Walter. **Diagnóstico laboratorial**. 2 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001.
- KONEMAN, E. W. et al. **Diagnóstico Microbiológico, Texto e Atlas Colorido**. Rio de Janeiro: Medsi, 2008.
- DAVIES, Carlos Alberto. **Alimentos & bebidas**. 2 ed. Caxias do Sul: Educ, 2001.
- WILSON, Walter. **Doenças Infecciosas – Diagnóstico e Tratamento**. 1 ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

Farmácia hospitalar

Ementa

Farmácia hospitalar: histórico, objetivos e funções. Farmácia Clínica Hospitalar. Sistemas de distribuição de medicamentos. Antimicrobianos de uso hospitalar. Interações e incompatibilidades medicamentosas. Participação do Farmacêutico nas comissões hospitalares. Uso racional de medicamentos, seguimento clínico e terapêutico, informações de medicamentos e farmacovigilância.

Habilidades e competências:

Conhecer as atividades do farmacêutico em unidades hospitalares; Apontar as principais

atribuições clínicas do farmacêutico hospitalar; Conhecer e compreender os sistemas de distribuição de medicamentos em ambiente hospitalar; Reconhecer e gerenciar interações e incompatibilidades medicamentosas; Conhecer as comissões hospitalares e o papel do farmacêutico; Conhecer o uso específico de antimicrobianos em ambiente hospitalar.

Bibliografia Básica

CAVALLINI, Mirian E.; BISSON, Marcelo P. **Farmácia Hospitalar: Um Enfoque em Sistemas de Saúde**. São Paulo: Manole, 2010.

GOMES, Maria José V. de M. **Ciências Farmacêuticas: Uma Abordagem em Farmácia Hospitalar**. São Paulo: Atheneu, 2010.

ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE MEDICINA. **SUS: o que você precisa saber sobre o Sistema Único de Saúde**. São Paulo: Atheneu, 2008.

Bibliografia Complementar

TARABOULSI, Fadi Antoine. **Administração de hotelaria hospitalar**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE FARMÁCIA HOSPITALAR. **Padrões Mínimos para Farmácia Hospitalar/** Sociedade Brasileira de Farmácia Hospitalar. São Paulo, 2017. 40p. ISBN: 978-85-61645-00-7.

INSTITUTO PARA PRÁTICAS SEGURAS NO USO DE MEDICAMENTOS. **Medicamentos Potencialmente Perigosos de Uso Hospitalar - Lista Atualizada 2019**. Boletim, v.8, n.1, fevereiro 2019. ISSN: 2317-2312. Disponível em: <https://www.ismp-brasil.org/site/boletins/>.

GOODMAN & GILMAN. **As bases farmacológicas da terapêutica**. 10.ed. Rio de Janeiro: Mc Graw Hill, 2003.

BISSON, P. **Farmácia Hospitalar: um enfoque em sistemas de saúde**. 1.ed. São Paulo: Manole, 2002.

Estágio supervisionado IV - Farmácia hospitalar observacional

Ementa

O farmacêutico e o hospital. Acompanhamento das atividades relacionadas ao farmacêutico no serviço de assistência farmacêutica no hospital; setor de dispensação; comissão de padronização; setor de informações sobre medicamentos; comissão do controle de infecção; setor produtivo; aquisição de produtos farmacêuticos; armazenamento de produtos farmacêuticos; controle e planejamento de estoques. Compreensão da estrutura organizacional do hospital; padronização de medicamentos e de material médico hospitalar; normas de qualidade; noções de licitação.

Habilidades e competências:

Compreender as atividades do farmacêutico no ambiente hospitalar. Observação crítica, identificação de procedimentos, rotinas e fluxos de trabalho da farmácia hospitalar. Interagir com outros profissionais de saúde e com a equipe farmacêutica, de modo a desempenhar o trabalho em equipe e a colaboração interprofissional. Conhecimento prático da estrutura e dos diversos setores relacionados à farmácia hospitalar. Adesão às normas e regulamentos da farmácia hospitalar, respeitando a confidencialidade dos processos.

Bibliografia Básica

CAVALLINI, Mirian E.; BISSON, Marcelo P. **Farmácia Hospitalar: Um Enfoque em Sistemas de Saúde**. São Paulo: Manole, 2010.

GOMES, Maria José V. de M. **Ciências Farmacêuticas: Uma Abordagem em Farmácia**

Hospitalar. São Paulo: Atheneu, 2010.

FUCHS, Flávio Danni. **Farmacologia clínica e terapêutica** / Flávio Danni Fuchs, Lenita Wannmacher. - 5. ed.- [Reimpr.] - Rio de Janeiro : Guanabara Koogan, 2017. il. ISBN: 978-85-277-3131-7.

Bibliografia Complementar

SEBASTIANI, Ricardo W.; SOLDATI, Viviani R.; PESSINI, Leo. **A Ética na Saúde**. 1 ed. São Paulo: Pioneira Thomson, 2006.

STORPIRTIS, Silvia. **Farmácia clínica e atenção farmacêutica**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE FARMÁCIA HOSPITALAR. **Padrões Mínimos para Farmácia Hospitalar/** Sociedade Brasileira de Farmácia Hospitalar. São Paulo, 2017. 40p. ISBN: 978-85-61645-00-7.

INSTITUTO PARA PRÁTICAS SEGURAS NO USO DE MEDICAMENTOS. **Medicamentos Potencialmente Perigosos de Uso Hospitalar - Lista Atualizada 2019**. Boletim, v.8, n.1, fevereiro 2019. ISSN: 2317-2312. Disponível em: <https://www.ismp-brasil.org/site/boletins/>.

IX PERÍODO

Farmacotécnica e Cosmetologia

Ementa

Introdução à Farmacotécnica: conceitos gerais, classificação dos medicamentos, acondicionamento, embalagem, conservação, estabilização e incompatibilidades. Excipientes, formas e fórmulas farmacêuticas. Manipulação de formas farmacêuticas sólidas, semisólidas e líquidas. Vias de administração. Cálculos farmacêuticos e farmacotécnicos. Boas Práticas de Manipulação em Farmácia Magistral. Estudo dos princípios teóricos e práticos relacionados à cosmetologia, abordando a formulação, avaliação e regulamentação de produtos cosméticos. Aspectos científicos, éticos e inovações tecnológicas da indústria cosmética.

Habilidades e competências:

Conhecer as atribuições do farmacêutico em farmácias de manipulação; Conhecer os métodos de conservação, armazenamento, estabilização e incompatibilidade de fármacos; Identificar e conhecer a função dos excipientes e adjuvantes empregados na produção de medicamentos; Conhecer e diferenciar as formas farmacêuticas sólidas, semisólidas e líquidas; Compreender e manipular formas farmacêuticas; Aplicar cálculos farmacotécnicos para garantir a eficácia e segurança das formulações; Atender às Boas Práticas de Manipulação em Farmácia Magistral para cumprimento dos padrões regulatórios brasileiros; Compreender os fundamentos da cosmetologia, incluindo a química das matérias-primas dos cosméticos; Reconhecer os princípios morfológicos da permeação da barreira cutânea; Desenvolver habilidades práticas na formulação e avaliação de produtos cosméticos; Analisar criticamente rótulos de cosméticos, considerando regulamentações e estratégias de marketing farmacêutico.

Bibliografia Básica

LEONARDI, G. R. **Cosmetologia aplicada**. 2. ed. São Paulo: Santa Isabel; 2008.

CORREIA, M. A. **Cosmetologia: ciência e técnica**. São Paulo: Medfarma, 2012. 492 p.

ALLEN JR., Loyd V. **Formas farmacêuticas e sistemas de liberação de fármacos**. 8. ed.

Porto Alegre: Artmed, 2007.

Bibliografia Complementar

AUTON, Michel E. **Delineamento de Formas Farmacêuticas**. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

LE HIR, A. **Noções de Farmácia Galênica**. 6 ed. São Paulo: Andrei, 1997.

AUTON, Michel E. **Delineamento de Formas Farmacêuticas**. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

NETZ, Paulo. **Fundamentos de físico-química: uma abordagem conceitual para as ciências farmacêuticas**. São Paulo: Artmed, 2002.

CASTELLANI, D. C. **Cosmecêuticos botânicos**. In: COSTA, A. Tratado internacional de cosmecêuticos. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012. p. 339-356.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Guia para avaliação de segurança de produtos cosméticos**. 2. ed. Brasília: Anvisa, 2012b. 71 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução da Diretoria Colegiada - **RDC Nº 15, de 24 de abril de 2015**. Dispõe sobre os requisitos técnicos para a concessão de registro de produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes infantis e dá outras providências. Anvisa, Brasília, 2015.

Homeopatia

Ementa

Princípios da Homeopatia. Concepção homeopática do processo saúde e doença. Formas farmacêuticas básicas e derivadas. Métodos de dinamização e escalas de diluições dos medicamentos homeopáticos. Preparo das fórmulas farmacêuticas de dispensação homeopática. Receituário médico homeopático. Legislação farmacêutica homeopática.

Habilidades e competências:

Conhecer os princípios da Homeopatia. Conhecer e manipular formas farmacêuticas homeopáticas. Conhecer a legislação vigente para farmácia homeopática.

Bibliografia Básica

PADILLA CORRAL, José Luis (Au) **Fundamentos da medicina tradicional oriental: curso de acupuntura**. São Paulo: Roca, 2006.

FONTES, Olney I. **Farmácia Homeopática**. São Paulo: Manole, 2005.

PRISTA, Luís Vasco Nogueira. **Tecnologia farmacêutica**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Bibliografia Complementar

BIRCH, Stephen J. **Entendendo a acupuntura**. São Paulo: Roca, 2002.

ANSEL, Howard C. **Farmacotécnica, Formas Farmacêuticas & Sistemas de Liberação de Fármacos**. 6 ed. Baltimore: Premier, 2000.

KOSSAK-ROMANACH, A. **Homeopatia em 1000 conceitos**. São Paulo: Elcid, 2003.

SOARES, A.A.D. **Dicionário de medicamentos homeopáticos**. São Paulo: Santos, 2000.

VANNIER, L.; POIRIER, J. **Tratado de matéria médica homeopática**. São Paulo: Andrei, 1987.

Legislação farmacêutica e vigilância sanitária

Ementa

Deontologia: conceitos. Princípios éticos ao exercício da profissão. Conselhos, sindicatos e

associações farmacêuticas. Código de ética farmacêutico. Requisitos técnicos e legislação vigente para atuação do farmacêutico em farmácias comunitárias. Legislação no controle sanitário e dispensação de medicamentos. Leis vigentes.

Habilidades e competências:

Conhecer a fundamentação teórica para a prática profissional baseada nos conceitos de ética e moral; Reconhecer a importância das normas que regulam as questões sanitárias e o exercício profissional; Diferenciar as funções dos conselhos, sindicatos e associações profissionais na regulamentação da prática farmacêutica; Conhecer e interpretar o Código de Ética da Profissão Farmacêutica; Conhecer as normativas e legislações que regem o controle sanitário de medicamentos; Conhecer os medicamentos sob regime especial de controle e dos antimicrobiano; Identificar os diferentes tipos de receituários utilizados para prescrição de medicamentos controlados e antimicrobianos.

Bibliografia Básica

GOMES, Maria José Vasconcelos de Magalhães. **Ciências farmacêuticas**. São Paulo: Atheneu, 2006.

ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE MEDICINA. **SUS: o que você precisa saber sobre o Sistema Único de Saúde**. São Paulo: Atheneu, 2008.

COSTA, Ediná Alves. **Vigilância sanitária**. São Paulo: Sociedade Brasileira de Vigilância de Medicamentos.

Bibliografia Complementar

SEBASTIANI, Ricardo W.; SOLDATI, Viviani R.; PESSINI, Leo. **A Ética na Saúde**. 1 ed. São Paulo: Pioneira Thomson, 2006.

GERMANO, Pedro M. L.; GERMANO, Maria I. S. **Higiene e Vigilância Sanitária de Alimentos**. São Paulo: Varela, 2011.

SÁ, Antonio Lopes de. **Ética profissional**. 6º Ed. São Paulo: Atlas, 2005.

KOCH, Ingedore. **Argumentação e Linguagem**. 7ªed. São Paulo: Cortez, 2000.

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. **Código de ética da profissão farmacêutica**. Brasília: CFF, 1998.

Trabalho de conclusão de curso I

Ementa

A disciplina conduz a elaboração do Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), mediante a discussão dos fundamentos metodológicos voltados para a pesquisa de modo a fornecer ao aluno as bases para compreensão dos passos necessários para criação de um projeto de pesquisa. Conceitos fundamentais de estatística; Estatística vital, fases do método estatístico, população, coeficientes, gráficos, medidas de posição ou tendência central, medidas de dispersão ou variabilidade

Habilidades e competências

Compreender as etapas ligadas ao desenvolvimento de seu trabalho de conclusão de curso, bem como da elaboração do projeto de pesquisa. Desenvolver o conhecimento e o interesse nos princípios fundamentais, tanto teóricos quanto práticos, aplicáveis as análises estatísticas de dados da área da saúde. Entender as diferenças dos métodos estatísticos e suas aplicações.

Bibliografia Básica

GIL, A. C. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

MANUAL DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC: Graduação e Pós-

Graduação. Santarém: Instituto Esperança de Ensino Superior, 2017.

BERQUÓ, E S; SOUZA, J M P; GOTLIEB, S L D . Bioestatística. 2ed. Epu. São Paulo, 2011.

Bibliografia Complementar

CANZONIERI, Ana Maria. **Metodologia da Pesquisa Qualitativa na Saúde**. 2.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

LEÃO, L. M. **Metodologia do Estudo e Pesquisa: Facilitando a vida dos estudantes, professores e pesquisadores**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

LEOPARDI, M. T. **Metodologia da Pesquisa na Saúde**. 2.ed. Florianópolis: UFSC/Pós-Graduação em Enfermagem, 2002.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. V. **Técnicas de pesquisa**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

MARTINS, G. A. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

HULLEY, S. B. Et. al. **Delineando a Pesquisa Clínica**. 4. ed. São Paulo: Artmed, 2015.

Estágio supervisionado V - Farmácia hospitalar profissional

Ementa

Farmácia Clínica. Cumprimento de tratamento. Informação sobre medicamentos. Farmacovigilância. Uso racional de antimicrobianos. Segurança do paciente. Atuação farmacêutica na oncologia e hemodiálise. Gerenciamento de conflitos no ambiente hospitalar. Gestão da qualidade no ambiente hospitalar.

Habilidades e competências:

Desempenhar atividades referentes à assistência farmacêutica hospitalar. Realizar a análise técnica das prescrições farmacêuticas identificando possíveis intervenções. Propor estratégias de melhoria da segurança do paciente no processo de dispensação de medicamentos. Orientar o paciente para a melhor adesão à terapêutica. Contribuir com propostas e ações para o melhor desempenho dos processos e fluxos na farmácia.

Bibliografia Básica

RANG, H. P.; DALE, Maureen M. RITTER, J. M; MOORE, P. K. **Farmacologia**. Rio de Janeiro: Elsevier.

SILVA, Penildon. **Farmacologia**. 8 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.

CAVALLINI, Mirian E.; BISSON, Marcelo P. **Farmácia Hospitalar: Um Enfoque em Sistemas de Saúde**. São Paulo: Manole, 2010.

GOMES, Maria José V. de M. **Ciências Farmacêuticas: Uma Abordagem em Farmácia Hospitalar**. São Paulo: Atheneu, 2010.

FUCHS, Flávio Danni. **Farmacologia clínica e terapêutica** / Flávio Danni Fuchs, Lenita Wannmacher. - 5. ed.- [Reimpr.] - Rio de Janeiro : Guanabara Koogan, 2017. il. ISBN: 978-85-277-3131-7.

Bibliografia Complementar

KATZUNG, Bertram G. **Farmacologia Básica e Clínica**. 10 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.

Instituto para Práticas Seguras no Uso de Medicamentos. **Estratégias para envolver o paciente na prevenção de erros de medicação**. Boletim, v.8, n.3, abril 2019. ISSN: 2317-2312. Disponível em: https://www.ismp-brasil.org/site/wp-content/uploads/2019/05/Estrategias_para_envolver_o_paciente_Boletim_ISMP_Brasil.pdf.

Acesso em 25 jan. 2024.

Instituto para Práticas Seguras no Uso de Medicamentos. **Prevenção de erros envolvendo a**

administração de medicamentos de uso oral por via parenteral. Boletim, v.5, n.4, novembro de 2016. Disponível em: https://www.ismp-brasil.org/site/wp-content/uploads/2016/11/IS_0012_16_Boletim_Novembro_ISMP_V5_n41.pdf. Acesso em 25 de jan. 2024.

Instituto para Práticas Seguras no Uso de Medicamentos. **Medicamentos Potencialmente Perigosos de Uso Hospitalar** - Lista Atualizada 2019. Boletim, v.8, n.1, fevereiro 2019. ISSN: 2317-2312. Disponível em: <https://www.ismp-brasil.org/site/boletins/>.

X PERÍODO

Trabalho de conclusão de curso II

Ementa

A disciplina conduz a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), mediante a discussão dos fundamentos científicos de produção do conhecimento, voltados para a pesquisa de modo a fornecer ao aluno a oportunidade de realizar pesquisa científica nas diferentes áreas de atuação, sendo o instrumento ativo da transformação harmoniosa das relações entre a ciência e a sociedade e evidenciando sua competência no exercício da atividade profissional.

Habilidades e competências

Executar o projeto de pesquisa elaborado em TCC I. Analisar e discutir os dados obtidos integrando a teoria revisada. Elaborar artigo científico de acordo com as normas técnicas contidas no manual do curso.

Bibliografia Básica

LAKATOS, Eva Maria. MACONI, Marina de Andrade. **Metodologia Científica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

Estrela, Carlos. **Metodologia Científica: Ciência, Ensino, Pesquisa**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2018

IESPES, **Manual do Trabalho de Conclusão de Curso**, 2020.

Bibliografia Complementar

CALLEGARI-JACQUES, Sidia. **Bioestatística: princípios e aplicações**. Porto Alegre: Artmed. 2007.

PRESTES, M. L. M. A. **A pesquisa e a construção do conhecimento científico**. 3ª ed. São Paulo. Respel 2007.

Azevedo, Celicina Borges. **Metodologia científica ao alcance de todos**. 3. ed. Barueri, SP : Manole, 2013.

Semiologia farmacêutica e farmacoterapia

Ementa

Semiologia, anamnese e consulta farmacêutica. Prescrição farmacêutica em problemas autolimitados. Comunicação farmacêutico-paciente. Método clínico de consulta farmacêutica. Documentação do processo de cuidado. Serviços farmacêuticos.

Habilidades e competências

Conhecer e aplicar as bases da semiologia e anamnese para realização da consulta farmacêutica; Realizar prescrições farmacêuticas adequadas em problemas autolimitados; Conhecer e aplicar as formas de comunicação entre farmacêutico-paciente; Conhecer e aplicar

o método clínico de consulta farmacêutica; Conhecer a documentação adequada do processo de cuidado farmacêutico; Identificar os diferentes tipos de serviços farmacêuticos.

Bibliografia Básica

ROVERS, John P. **Guia prático de atenção farmacêutica**. São Paulo: Pharmabooks.
GOMES, Maria José Vasconcelos de Magalhães. **Ciências farmacêuticas**. São Paulo: Atheneu, 2006.
STORPIRTIS, Silvia. **Farmácia clínica e atenção farmacêutica**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.

Bibliografia Complementar

FINKEL, R; PRAY, WS. **Guia de dispensação de produtos terapêuticos que não exigem prescrição**. Porto Alegre: Artmed, 2007.
CORRER, C. J. e OTUKI, M. F. **A prática farmacêutica na farmácia comunitária**. 1ª ed. Porto Alegre: Artmed. 2013.
MARQUES, L. A. M. **Atenção farmacêutica em distúrbios menores**. 2ª ed. São Paulo: Livraria e editora medfarma, 2008.
CORRER CJ, OTUKI MF. **A prática farmacêutica na farmácia comunitária**. Porto Alegre: Artmed, 2013. 440p.
ROVERS, JP, CURRIE JD. **Guia prático da atenção farmacêutica**. São Paulo: Pharmabooks, 2010. 303p.

Estágio supervisionado VI - Farmácia comunitária e análises clínicas profissional

Ementa

Atuação farmacêutica nas áreas de farmácia comunitária e/ou análises clínicas. Na farmácia comunitária dando ênfase nas atividades de seleção, programação, aquisição, armazenamento e dispensação dos medicamentos e insumos farmacêuticos. No laboratório de Análises Clínicas conhecimento nas fases pré analíticas, analíticas e pós analítica.

Habilidades e Competências

Compreender os processos e mecanismos relacionados ao funcionamento da farmácia comunitária e/ou laboratório de análises clínicas. Conhecer princípios éticos aplicados à atividade farmacêutica. Identificar perfil profissional, áreas e limite de atuação do profissional farmacêutico no âmbito farmácia comercial e/ou laboratório de análises clínicas.

Bibliografia Básica

FERREIRA, Antonio Walter. **Diagnóstico laboratorial**. 2 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001.
PANDIT, Nita K. **Introdução às ciências farmacêuticas**. Porto Alegre: Artmed, 2008.
SILVA, Penildon. **Farmacologia**. 8 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.

Bibliografia Complementar

CORRER, C. J.; OTUKI, M. F. **A prática farmacêutica na farmácia comunitária**. Porto Alegre: Artmed, 2013. 454 p
STORPIRTIS, Silvia. **Farmácia clínica e atenção farmacêutica**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.
AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA). **Resolução da Diretoria Colegiada – RDC nº 44, de 17 de agosto de 2009**, dispõe sobre Boas Práticas Farmacêuticas para o controle sanitário do funcionamento, da dispensação e da comercialização

de produtos e da prestação de serviços farmacêuticos em farmácias e drogarias e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 17 de agosto de 2009. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA). **Portaria nº 344 de 12 de maio de 1998**. Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 12 de maio de 1998.

9 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação do processo de ensino-aprendizagem do curso de Farmácia do IESPES deverá privilegiar a verificação das habilidades e competências atingidas pelos estudantes nos seus respectivos componentes curriculares, devendo este processo servir para identificação do desempenho tanto dos discentes quanto dos docentes.

No caso dos estudantes, os instrumentos avaliativos deverão permitir aos docentes desenvolver avaliações quantitativas e qualitativas, a fim de fornecer elementos tanto para aferir rendimento (avaliação somativa) quanto para descrever o desempenho, numa perspectiva formativa da avaliação. Aos docentes, as evidências oriundas dos instrumentos avaliativos deverão servir para reflexão das metodologias utilizadas bem como para encaminhamentos didático-pedagógicos que poderão melhorar a aprendizagem dos alunos. A seguir, os detalhes dos instrumentos avaliativos que deverão ser incorporados nos planos de ensino:

9.1 Avaliação formativa

Dar-se-á por meio de uma ficha de acompanhamento de habilidades e competências (FAHC), que será elaborada de forma conjunta entre os docentes do período letivo. Cada docente ficará responsável por um grupo de alunos, para que o feedback de desempenho possa ser dado antes da realização das avaliações somativas.

9.2 Avaliação somativa

Os docentes poderão elaborar instrumentos avaliativos, de acordo com as seguintes especificações:

- ✓ Provas escritas com perguntas fechadas e/ou abertas constituídas a partir de problemas ou de casos concretos;
- ✓ Trabalhos práticos, individuais e ou em grupos;
- ✓ Elaboração de textos argumentativos;

- ✓ Apresentação de resultados de pesquisa bibliográfica;
- ✓ Relatório de atividades;
- ✓ Relatório de visitas técnicas;

A aferição das avaliações somativas deverá obedecer a Nota Técnica Nº 01/2015 (ANEXO V).

10 PROGRAMAS DE ATENDIMENTO AO DISCENTE

10.1 Núcleo de Apoio Acadêmico e Pedagógico – NAAP

O NAAP do IESPES é um espaço de estudos, discussão, revisão e elaboração de materiais didático-pedagógicos e documentos oficiais, orientação discente e colaboração ao trabalho docente, assim como apoio aos processos acadêmicos, e é constituído por uma equipe de docentes indicados pela Mantenedora da IES. O NAAP também realiza atendimentos aos acadêmicos, no que tange à orientação para estudos e direcionamento quanto às possíveis dificuldades no percurso acadêmico, além de atender estudantes com deficiência, por meio de orientações e acompanhamento de cunho pedagógico. Para alunos com baixa visão, o IESPES dispõe de equipamento e ampliação de texto e, para os surdos, uma professora de Libras acompanha o andamento dos estudos desenvolvidos.

10.2 Clínica de Psicologia

Sob a orientação e supervisão do curso de Psicologia, o IESPES oferece aos alunos de todos os cursos serviços gratuitos de apoio psicológico, tendo como foco a prevenção e promoção da saúde, de forma a garantir o melhor estado mental possível (proporcionando acolhimento das condições emocionais e/ou mentais adequadas à realidade do discente), a fim de que os acadêmicos que estejam precisando de algum auxílio, neste sentido, que possam ser assistidos pela instituição, melhorando a qualidade de vida tanto acadêmica quanto na vida pessoal.

10.3 Bolsa de Iniciação Científica e Extensão

O IESPES oferece Bolsas como forma de estimular a participação dos estudantes nos projetos de pesquisa e extensão desenvolvidos pela Instituição. Anualmente, é publicado um

edital interno direcionado aos docentes para que submetam projetos de pesquisa e extensão a serem desenvolvidos no período letivo do ano seguinte. Após aprovação, os projetos são apresentados à comunidade discente para que os interessados participem de um processo seletivo, a fim de direcionar as bolsas de estudos integrais e parciais aos acadêmicos que atuarem nos projetos.

10.4 Bolsa Monitoria

O Programa de Monitoria do IESPES envolve docentes e discentes na condição de orientadores e monitores, respectivamente. O Programa é desenvolvido para despertar no segmento discente o interesse pela docência; promover a melhoria do ensino de graduação através da interação dos monitores com os segmentos docentes e discentes, auxiliando o professor em suas atividades acadêmicas vinculadas ao ensino e manter a organização dos laboratórios de ensino e demais espaços de aprendizagem. Anualmente, é publicado um edital para que os estudantes possam se candidatar, sendo que os aprovados recebem uma bolsa de estudos para o desenvolvimento das atividades. Além dos bolsistas, o programa possibilita a monitoria voluntária, destinada aos estudantes que ficam bem colocados no processo seletivo, conforme ANEXO VII.

10.5 Programa de Bolsas de Estudo Institucional

Com a finalidade de assegurar a permanência e o bom rendimento escolar de alunos com potencial, mas que apresentam dificuldades financeiras, é compromisso da Mantenedora conceder bolsas de estudo para estes alunos. O processo de bolsas atende a garantia do título de Filantropia junto ao CNAS. Neste contexto, 20% de sua receita bruta é transformado em projetos de responsabilidade social junto à comunidade.

Assim, deste montante, uma parte é transformada em bolsas de estudos integrais, enquanto que outra é utilizada para oferecer cursos de capacitação à comunidade em vulnerabilidade social e econômica, da área de atuação do IESPES ou na periferia da cidade. Além do Programa de Bolsa interno, o IESPES busca a captação de recursos junto às empresas, fundações e outras entidades, públicas e privadas, que possam beneficiar seus alunos, como o FIES, o programa Quero Bolsa e o programa Pra Valer.

O Programa de Bolsa Integral tem como critérios beneficiar os alunos que comprovam a impossibilidade de custear seus estudos, desde que, no momento da solicitação da bolsa,

atendam aos seguintes requisitos: a) frequência igual ou acima de 90%; b) bom desempenho acadêmico; e c) cumprimento das normas conforme Regimento do IESPES.

O aluno beneficiado é avaliado periodicamente pelo IESPES, de modo a verificar o atendimento aos requisitos exigidos para a concessão da bolsa. O não cumprimento de qualquer dos requisitos implica no cancelamento da bolsa concedida.

10.6 Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES)

Como uma das formas de contribuir com a manutenção de estudantes que precisam de financiamento para custear os estudos, o IESPES fez adesão ao FIES, sendo o percentual das mensalidades financiadas variável de acordo com a aprovação junto aos órgãos gerenciadores. O agente financeiro responsável é a Caixa Econômica Federal, que concede os financiamentos aos alunos matriculados nos cursos com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo MEC.

10.7 Diretório Central de Estudantes – DCE

O DCE é um órgão regido por Estatuto próprio, por ele elaborado e aprovado na forma da Lei. Compete DCE indicar o representante discente, com direito à voz e voto, nos órgãos colegiados, vedada a acumulação de cargos.

10.8 Programa de Nivelamento aos Ingressantes

O IESPES oferece um Programa de Nivelamento em Produção textual e Cálculos básicos, que ocorre no início de cada ano letivo. Os estudantes ingressantes são convidados a participar, tendo aulas uma vez por semana, com uma hora de duração, totalizando 20 horas. Os professores das duas áreas trabalham em dias alternados, o que possibilita ao acadêmico participar de ambas as áreas.

10.9 Programa de apoio ao estudante com deficiência

Em atendimento ao Decreto nº 5.296/2004, que dispõe sobre as condições de acesso para pessoas com deficiência, o programa visa oferecer acompanhamento didático-pedagógico para alunos surdos, com baixa visão ou outra deficiência, no que tange à infraestrutura predial,

presença de equipamentos para a ampliação das fontes para leituras, programas em Braille e atendimentos de orientação didático-pedagógica, conforme detalhado em resolução específica (ANEXO VIII).

10.10 Descontos em serviços de saúde

Acadêmicos do IESPES possuem descontos em serviços de clínica médica, odontológicos e exames laboratoriais, ofertados pela Mantenedora, Fundação Esperança.

10.11 Programa Institucional de Educação para Direitos Humanos

Em atendimento à Resolução CNE/CP nº 01/2012, o IESPES compreende que os temas relacionados aos Direitos Humanos devem perpassar pelos currículos dos cursos de graduação, bem como devem estar presentes em diversos eventos que promovam a discussão de maneira responsável, técnica e científica, inclusive com a realização de parcerias com entidades e instituições de natureza específica dos temas como valorização da diversidade, do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural, e ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial, ou ainda, outra temática emergente que esteja sendo evidenciada no contexto local, regional, nacional ou, até mesmo, mundial.

11 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

No âmbito do curso de Farmácia do IESPES, as políticas institucionais fundamentam-se na integração entre ensino, pesquisa e extensão, objetivando formação de qualidade acadêmica e profissional, e tem como princípios básicos:

- formação política, social e econômica de cidadãos capazes de interagir na sociedade, inserindo temáticas que transversalizam essa discussão ao longo dos componentes curriculares;
- valorização dos princípios éticos e morais, contribuindo para o bem estar da sociedade;
- flexibilização dos currículos, de forma a proporcionar ao aluno a maior medida possível de autonomia na sua formação acadêmica;
- atualização permanente do projeto pedagógico, levando-se em consideração as

Diretrizes Curriculares e as demandas sócio-econômico-culturais da região onde o IESPES está inserido;

- incentivo à produção técnico-científica e didática do corpo docente;
- qualificação permanente do corpo docente, em termos de titulação acadêmica e de competências didático-pedagógicas, por meio do programa de formação continuada organizado pelo núcleo acadêmico-pedagógico.

11.1 Políticas de ensino

A política de ensino tem como ponto de partida o conhecimento de seu aluno. Partindo do perfil do ingressante, desenvolve-se uma política de ensino que considera o aluno como centro de referência de todo o processo educativo.

O IESPES propõe uma visão de educação marcada pela responsabilidade social, na qual o educando compreende suas potencialidades, aprende a desenvolvê-las em articulação com os demais ramos científicos, visando à formação de um indivíduo consciente não só de si, mas do mundo em que vive, que lhe permita crescer e desenvolver-se profissionalmente, com competência e dinamismo para que tenha visão estratégica. Esta proposta se dá com a valorização de um currículo no qual são valorizados os conhecimentos teórico-práticos desenvolvidos com base em competências e habilidades relativas à área da Farmácia.

Para alcançar os objetivos, são adotados e disseminados princípios de aprendizagem que orientem a prática docente a partir de uma perspectiva que reconheça no aluno sua condição de jovem e adulto, que possui experiências, e que devem ser aproveitadas e elaboradas durante o processo de ensino-aprendizagem, com o uso permanente de tecnologias digitais de informação e comunicação, conforme descrito em item específico.

O IESPES acredita que as práticas pedagógicas devem privilegiar o ensino de competências e habilidades, mediadas pelos conteúdos curriculares, com forma e ritmos compatíveis à realidade socioeconômica e cultural do educando, respeitando as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Farmácia. A aquisição de conhecimento deve ser compreendida como decorrência das trocas que o ser humano estabelece nos processos que interage, incluindo as diversas vivências acadêmicas. A Instituição assume assim seu papel de mediador desse processo, e buscará articular tais trocas, pois reconhece ser o educando o agente principal de sua própria aprendizagem.

11.2 Políticas de pesquisa e extensão

Sobre a política de pesquisa e extensão, os docentes do curso poderão submeter projetos à mantenedora e captar recursos para o desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão que tenham a participação de estudantes do curso. Além do financiamento do projeto, os docentes também são remunerados para atuarem nos projetos aprovados. Ainda no âmbito extensionista, o atendimento à comunidade será aprimorado em ações que façam parte do Projeto Interdisciplinar, onde os alunos fazem visitas técnicas a bairros previamente determinados, estudam a realidade local e propõem ações extensionistas aos moradores em geral.

12 PROCESSOS DE GESTÃO DO CURSO

12.1 Dimensões da gestão

A gestão do curso de Farmácia do IESPES será exercida de forma compartilhada pelo coordenador de curso, Núcleo Docente Estruturante e Colegiado de Curso. O funcionamento do NDE e do Colegiado de curso estão regulamentados conforme ANEXOS IX e X. A partir das normas contidas no regimento institucional, a gestão do curso irá considerar as seguintes dimensões para as tomadas de decisão: a) políticas de ensino, pesquisa e extensão; b) comunicação interna e externa; c) infraestrutura do curso; d) planejamento e avaliação e; e) atendimento aos estudantes. Cada uma dessas dimensões são consideradas durante o processo de desenvolvimento do curso de Farmácia, com vistas a garantir o cumprimento do que está sendo estabelecido neste projeto pedagógico.

12.2 Indicadores para avaliação interna e externa

Os processos de avaliação interna e externa levarão em consideração os seguintes indicadores:

Indicadores internos de avaliação do curso

1. Índice de satisfação discente em relação ao corpo docente

a. Descrição: Avaliar a satisfação dos discentes quanto ao domínio de conteúdo, experiências profissionais prévias, domínio de sala de aula e relacionamento interpessoal com os docentes.

2. Índice de satisfação discente quanto aos conteúdos ministrados:

a. Descrição: Avaliar a satisfação discente quanto à aplicabilidade dos conteúdos

ministrados pelos docentes na prática profissional.

3. Índice de satisfação com atividades práticas:

a. Descrição: Avaliar a satisfação dos discentes quanto ao papel das atividades práticas na complementação dos conteúdos teóricos abordados em sala de aula.

4. Índice de evasão:

a. Descrição: Avaliar o número de discentes que se desligam do curso.

5. Dados advindos da Comissão Própria de Avaliação – CPA.

a. Descrição: Por meio do processo de Autoavaliação organizados pela CPA, a gestão do curso levará aos órgãos competentes para tomadas de decisão, e fará a devolutiva à comunidade acadêmica por meio de reuniões com representantes de turmas e/ou de forma individual com as turmas.

6. Dados advindos das avaliações externas

a. De acordo com os resultados de avaliações do INEP/MEC, a gestão irá implementar um plano de melhorias a partir das observações evidenciadas nos relatórios dos avaliadores, com o delineamento de planos de ação semestrais.

13 INFRAESTRUTURA FÍSICA E INSTALAÇÕES

O curso de Farmácia do IESPES conta com salas de aula amplas e climatizadas, que contêm smart TV, conexão Wi-Fi e mobiliário que permite diferentes formas de organização para um melhor aproveitamento didático-pedagógico.

13.1 Salas para docentes

A sala coletiva de professores possui mesa, cadeiras, sofás, armários para guarda de materiais, smart TV, computadores e rede wireless, que permitem de forma satisfatória a efetivação do trabalho docente, contemplando momentos de descanso. A sala reservada para os docentes em tempo integral possui sofás, mesas e cadeiras, que viabilizam ações acadêmicas, como planejamento didático-pedagógico, atende às necessidades institucionais, equipada com computadores, rede wireless, além de possuir armários para guarda de materiais de forma segura.

13.2 Acesso aos equipamentos de informática

Os alunos do curso de Farmácia do IESPES terão disponíveis os seguintes laboratórios para suas atividades didático-pedagógicas:

Laboratório 02 – Aula e pesquisa

Possui 24 máquinas para atividades acadêmicas, sala climatizada com mobiliário próprio, 36 assentos. Todos os PC's possuem os seguintes processadores: i3, Pentium Dual Core, Core duo e Celeron com 2.4 GHz a 3.0 GHz de capacidade de clock interno, HD com capacidade de 160 GB a 320 GB, memórias de 2GB e 4GB DDR3, com monitores de 17" e 18" LCDs. Sistema Operacional Microsoft Windows 7 Professional Service Pack 2, com os softwares de usuários instalados: Suíte de Aplicativos Microsoft Office 2010, software para leitura de arquivos em formato pdf, compactador e descompactador de arquivos, antivírus, software para limpeza e proteção do sistema (utilitários do próprio sistema operacional).

Laboratório 03 – Aula

Sala climatizada com mobiliário próprio, com 42 assentos e 15 computadores estilo desktop e 9 notebooks no total de 24 dispositivos para atividades acadêmicas. Todos os computadores desktops possuem processador com a versão core i3, HD com capacidade de 500 GB, memórias de 2 GB a 4 GB, com monitores de 17" CDs e tela de 14" No caso dos notebooks, os processadores todos são core i5, 1 TB de capacidade no HD e memórias de 4 GB. Sistema operacional Microsoft Windows 10 e Linux Mint com suíte de aplicativos Free para usuários, com os softwares instalados: Suíte de Aplicativos Microsoft Office 2010, software para leitura de arquivos em formato pdf, compactador e descompactador de arquivos, antivírus, software para limpeza e proteção do sistema. Também possui porta de correr com corrimão para prover acessibilidade.

Laboratório 04 – Aula

Sala climatizada com mobiliário próprio, com 24 assentos e 11 computadores estilo desktop e 9 notebooks no total de 24 dispositivos para atividades acadêmicas. Todos os computadores desktops possuem processador de core i3, 500 TB de capacidade no HD e memórias de 2 GB a 4 GB. No caso dos notebooks todos possuem core i5, 1 TB de capacidade no HD e memórias com 4 GB, monitores de 17", CDs e tela de 14. Sistema operacional Microsoft Windows 10, com os softwares instalados: Suíte de Aplicativos Microsoft Office 2010, software para leitura de arquivos em formato pdf, compactador e descompactador de arquivos, antivírus, software para limpeza e proteção do sistema.

13.3 Laboratórios de Ensino

Os espaços físicos de todos os laboratórios para a formação básica, específica ou de prática profissional e prestação de serviços são adequados para a implementação do projeto pedagógico do curso, no que diz respeito à dimensão para o número de usuários, à acústica, à iluminação, ventilação, mobiliário e limpeza.

Possuem equipamentos e materiais permanentes e de consumo em quantidade e condições de uso, adequados às exigências da formação para o primeiro ano do curso; e as políticas de atualização de equipamentos e materiais, a serem definidas e regulamentadas por dispositivos legais e institucionais, serão efetivamente implantadas desde o início das atividades do Curso.

As condições de conservação das instalações de todos os laboratórios são adequadas para a implementação da presente proposta, no que diz respeito às instalações hidráulicas, elétricas, eletrônicas e de telecomunicações.

Todos os laboratórios possuirão um armário com os equipamentos de proteção individual e coletiva (EPI e EPC), em quantidade e qualidade adequadas às atividades práticas realizadas, tais como óculos de segurança; toucas (caixas); luvas de procedimento; máscaras (com filtro de carvão ativado); máscaras para pó; avental de visitante; pro pés (caixas); e caixa de primeiros socorros. Possuirão também lava-olhos (nas bancadas dos laboratórios); chuveiro (em áreas de circulação dos laboratórios); ar condicionado; sistema de exaustão; e bancadas com sistemas de instalação elétrica; água e esgoto conforme normas de segurança.

No regulamento dos laboratórios estarão dispostas as normas básicas de segurança. A Instituição Mantenedora disponibilizará os equipamentos obrigatórios necessários à segurança dos corpos docente e discente, manual de biossegurança, extintores de incêndio, agentes de segurança. Entretanto, cada laboratório possuirá um regulamento específico. As normas se aplicarão a todas as pessoas alocadas no laboratório e também aquelas que não estejam ligadas ao mesmo, mas que tenham acesso ou permanência autorizada às suas dependências.

A Instituição valoriza o planejamento e controle das atividades de ensino previstas nos seus laboratórios de formação que devem prestar serviços adequados no que diz respeito ao planejamento, qualidade, quantidade e abrangência das áreas de formação ou de ensino atendidas.

Para o desenvolvimento de atividades práticas em seus laboratórios a instituição manterá relação aluno/orientador de forma que todos os alunos recebam orientação adequada. Os

protocolos dos experimentos a serem desenvolvidos possibilitarão aos técnicos o preparo das condições necessárias e aos alunos o entendimento para o adequado desenvolvimento das atividades. Em busca de uma organização e gestão com visão de futuro, a Instituição implementará o comitê de ética com práticas consolidadas e institucionalizadas, garantindo o seu excelente funcionamento. As normas e procedimentos do comitê de ética serão aprovadas pelo Conselho Superior.

13.3.1 Laboratório de Farmacologia e Toxicologia (Biotério).

Os procedimentos práticos realizados no Laboratório de Farmacologia envolvem testes experimentais com drogas utilizadas na terapêutica e estudadas durante as aulas teóricas. Durante as atividades são utilizadas cobaias (Ratos Linhagem Wister e Camundongos de Linhagem Swis) para avaliação da atividade farmacológica dos diversos medicamentos. Todos os testes são realizados baseados em procedimentos descritos na literatura e para o emprego destas técnicas os animais são anestesiados com éter etílico e/ou anestésicos gerais (tiopental) e submetidos a avaliação bioquímica (testes de glicemia, triglicérides, colesterol e enzimas hepáticas). Para realização destas determinações são utilizados materiais biológicos, coletados através de equipamentos perfuro cortantes como tesouras cirúrgicas, bisturis, pinças, além de seringas e agulhas.

13.3.2 Laboratório de Microbiologia e Imunologia

Nas aulas práticas será obrigatória a utilização de jaleco ou guarda-pó. A participação dos alunos nestas aulas visa a sedimentação dos conceitos teóricos e treinamento para realização de técnicas imunológicas.

Em todas as aulas práticas de imunologia, serão enfatizadas as normas de biossegurança para trabalho em laboratório.

As aulas práticas de imunologia serão realizadas sempre buscando a compreensão metodológica de cada prova, aliada a interpretação clínica. Cada teste imunológico é designado a um grupo de alunos que, orientados pelo professor, executarão o procedimento passo a passo, equipados com os EPI's apropriados, e no final discutirão o princípio imunológico do procedimento, qual sua relação com o estado clínico do paciente e conclusão com o laudo do exame.

O material biológico, para realização dos testes, será obtido de controles positivo e

controles negativos de cada exame imunológico (acompanha o kit). Procedimentos de coleta assistida pelo professor/orientador para obtenção de soro e/ou plasma para as provas imunológicas poderão ser realizada pelos próprios alunos, caso haja o consentimento dos mesmos.

As aulas serão sempre executadas pelos próprios alunos, os quais serão divididos em 4 grupos por laboratório. Os técnicos da Divisão de Imunologia cuidam da preparação do material utilizado em cada aula.

13.3.3 Laboratório de Anatomia

O Laboratório de Anatomia dispõe de peças anatômicas sintéticas, que correspondem aos sistemas estudados dentro do conteúdo pertinente à Anatomia Humana deste curso. As peças são estudadas em unidades correspondentes aos sistemas: ósseo, articular, muscular, nervoso, respiratório, digestivo, urinário, genital, cardiovascular, linfático e endócrino. Durante as práticas os alunos identificam os elementos anatômicos dos vários sistemas orgânicos, que permitirá a aplicação correta do desempenho das atividades profissionais em saúde, assim como conhecem a topografia geral de várias regiões do corpo humano; identificam os órgãos isoladamente e *in locu*; correlacionam as projeções dos órgãos na parede externa do organismo; empregam corretamente a nomenclatura anatômica. Todas as atividades são orientadas e supervisionadas por professores, bem como por um monitor de Anatomia.

13.3.4 Laboratório de Microscopia (Citologia)

Nas aulas práticas será obrigatória a utilização de jaleco ou guarda-pó. Em todas as aulas práticas de microbiologia e parasitologia, serão enfatizadas as normas de Biossegurança para Trabalho em Laboratório. A participação dos alunos nestas aulas visa à compreensão dos conceitos teóricos e treinamento para o melhor entendimento dos quadros clínicos relacionados à disciplina.

As aulas práticas de microbiologia e parasitologia serão realizadas sempre buscando a compreensão metodológica de cada prova, aliada a interpretação clínica. Cada roteiro prático é designado a um grupo de alunos que, orientados pelo professor, executarão o procedimento passo a passo, equipados com os EPI's apropriados, realizarão as colorações apropriadas, quando necessário, analisarão ao microscópio e no final discutirão o roteiro do procedimento, e sua relação com o estado clínico do paciente.

O material biológico, para realização dos testes de microbiologia, será obtido de amostras comprovadamente positivo para determinada bactéria, cedidas pela instituição em parceria com o professor. As amostras para parasitologia serão obtidas dos próprios alunos caso haja o consentimento dos mesmos ou cedidas pelo professor.

O preparo dos meios de cultura e o semeio de material biológico serão realizadas seguindo todas as normas de biossegurança.

As aulas serão sempre executadas pelos próprios alunos, os quais serão divididos em grupos por bancada. Os monitores cuidam da preparação do material utilizado em cada aula.

13.3.5 Laboratório de Química e Bioquímica.

Durante as aulas, serão utilizadas amostras biológicas (soro e/ou plasma) e reagentes laboratoriais (kits enzimático-colorimétricos) para a realização de reações bioquímicas e posteriores análise e discussão dos resultados obtidos. Espera-se que os discentes desenvolvam habilidades que contemplem não somente um correto manuseio dos aparelhos laboratoriais e noções sobre boas práticas de laboratório, mas também um conhecimento que possibilite correlacionar os ensinamentos sobre a bioquímica com a história clínica do ser humano.

As práticas desenvolvidas no Laboratório de Química são baseadas em propostas extraídas de literaturas, visando sempre à melhoria da aprendizagem teórica através da experimentação. Durante a execução dos experimentos são utilizadas reagentes químico e vidrarias necessárias, alunos e o professor sempre utilizam equipamentos de proteção individual.

13.3.6 Laboratórios de Habilidades

O curso de Farmácia do IESPES apresenta como estrutura para o seu funcionamento 6 laboratórios de habilidades:

a) LabIESPES

Vinculado aos componentes curriculares Imunohematologia e Hemoterapia, Hematologia Clínica, Líquidos Corporais, Imunologia Clínica, Introdução às práticas laboratoriais, Métodos de Análise em Laboratórios em Análises Clínicas, Parasitologia, Bioquímica Clínica, Controle de Qualidade em Análises Clínicas, possibilita desenvolver habilidades para o domínio de execução e interpretação dos principais exames laboratoriais,

além disso, este laboratório possibilita ao aluno desenvolver habilidades de atenção à saúde comunitária, integrando a IES à comunidade.

b) Laboratório de Avaliação para Desenvolvimento de Habilidades

Possibilitar estabelecer simulação para diferentes cenários da prática farmacêutica, onde é possível desenvolver e avaliar algumas habilidades inerentes à prática profissional.

Os laboratórios que o curso utiliza funcionam também como um lugar de experiências, pesquisas, trabalhos e projetos, destinados à comunidade acadêmica do Curso de Farmácia.

A manutenção dos equipamentos é realizada periodicamente por uma empresa especializada da capital do Estado, e os insumos são fornecidos mensalmente atendendo ao pedido periódico da coordenação do curso e também são distribuídos de acordo com os pedidos antecipados dos professores. Os espaços são amplos e contam com quadro branco, microscópios, cadeiras, bancadas, permitindo não só atividades práticas, mas encontros teóricos e discussão de problemas.

Os acadêmicos podem vivenciar teoria e prática por meio da construção do conhecimento e da aprendizagem de forma integrada, corroborando com o que propõe a matriz curricular do curso. Os laboratórios fortalecem a missão e a visão institucional mediante o compromisso social e o comprometimento com a formação humanística, crítica e reflexiva, priorizando a justiça e o acesso à formação e atuação profissional.

Assim, a proposta dos Laboratórios perpassa pela formação continuada dos acadêmicos do curso de Farmácia, pelo comprometimento com a construção e reconstrução dos processos de formação profissional e pela responsabilidade em fazer da atuação profissional propriedade de todos, por meio do qual, os sujeitos envolvidos se tornam cidadãos atuantes e transformadores na sociedade em que vivem.

14 BIBLIOTECAS

O acervo bibliográfico para o curso de Farmácia do IESPES é composto por livros físicos e virtuais, que atendem os componentes curriculares pertencentes à matriz do curso.

15 BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

BORDENAVE, J. D.; PEREIRA, A. M. **Estratégias de ensino-aprendizagem**. 4.ed.

Petrópolis: Rio de Janeiro: Vozes, 1982.

BRASIL. **Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, 9.394/96. In: Congresso Nacional. Publicada no Diário Oficial da União, 20 de Dezembro de 1996. Brasília, 1996.

BRASIL. **Lei de Estágio**. 11.788. In: Congresso Nacional. Publicada no Diário Oficial da União, 25 de Setembro de 2008. Brasília, 2008.

CONFFALONIERI, U.E. **Saúde na Amazônia**: um modelo conceitual para a análise de paisagens e doenças. *Estudos Avançados*, 19 (53): 221-236.

COSTA, M.P.; ALMEIDA, M. O. D. B.; FREITAS, T.S. **Ensino, pesquisa e extensão**: compromisso social das Universidades. Disponível em: http://download.docslide.com.br/uploads/check_up03/232015/55710c96d8b42a605f8b536a.pdf. Acesso em: 28/04/2015.

CYRINO, E. G.; TORALLES-PEREIRA, M. L. Trabalhando com estratégias de ensino aprendido por descoberta na área da saúde: a problematização e a aprendizagem baseada em problemas. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 3, p. 780-788, mai.-jun., 2004.

DEMO, P. **Metodologia da Investigação em Educação**. Editora IBPEX, Curitiba, 2003.

GARCIA, A.V.; ARGENTA, C.E.; SANCHEZ, K.R.; SÃO THIAGO, M.L. O grupo de trabalho de humanização e a humanização da assistência hospitalar: percepção de usuários, profissionais e gestores. **Rev.Saúde Coletiva**, vol 20. No. 3, Rio de Janeiro, 2010.

GOMES, R.; FRANCISCO, A. M.; TONHOM, S. F. R.; COSTA, M. C. G.; HAMAMOTO, C. G.; PINHEIRO, O. L.; MOREIRA, H. M.; HAFNER, M. L. M. B. Medical training grounded in problem-based learning: a qualitative evaluation. *Interface – Comunic.*, **Saúde e Educação**, Botucatu, v. 13, n. 28, p. 71-83, jan./mar. 2009.

HOFFMANN, Jussara M. L. Avaliar para promover: as setas do caminho. 3. ed. Porto Alegre: Editora Mediação, 2002, pg. 86. docente. In: MASETTO, MT. (org.) **Docência na Universidade**. Campinas: Papirus, 10.ed., p.9-26, 2009.

MITRE, S. M.; SIQUEIRA-BATISTA, R.; GIRARDI-DE-MENDONÇA; J. M.; MORAIS-PINTO, N. M.; MEIRELLES, C. A. B.; PINTO-PORTO, C.; MOREIRA, T.; HOFFMANN, L. M. A. Metodologias ativas de ensino-aprendizagem na formação profissional em saúde: debates atuais. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 13, suplemento 2, p. 2133-2144, 2008.

PEREIRA, A. L. de F. As tendências pedagógicas e a prática educativa nas ciências da saúde. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 19, n.5, set./out. 2003.

PERRENOUD, P. **Dez novas competências para ensinar**. Trad. Patrícia Chitoni Ramos. Porto Alegre: Artes Médicas Sul. 2000.

SILVA, A. P. Contribuições para alfabetizadores de jovens e adultos em uma perspectiva transformadora. **Rev. Uberlândia**, Ed. Popular, n. 5, p. 27-33, jan.dez. 2006.

TAVARES, L. R. C.; COSTA, J. L. R.; OISHI, J.; DRIUSSO, P. **Distribuição territorial**

de fisioterapeutas no Brasil: análise do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde CNES/2010. Ver. ConScientiae Saúde, 2016. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=92946649007> ISSN 1677-1028

ANEXOS – REGULAMENTOS

ANEXO I – ATIVIDADES COMPLEMENTARES

REGULAMENTO

Art. 1º As atividades complementares constituem atividades extracurriculares dos Cursos e compreendem uma carga horária específica de acordo com cada matriz curricular, aprovada pelos colegiados de curso.

Art. 2º Os alunos podem realizar atividades complementares desde o 1º período de cada curso. Parágrafo único. As atividades complementares não devem, preferencialmente, ser realizadas no último período, que deve ser dedicado ao trabalho de conclusão de curso.

Art. 3º As atividades complementares estão reunidas em três grupos, com objetivos específicos: I – Grupo I: o aluno adquire conhecimentos extracurriculares;

I – Grupo II: o aluno participa ativamente, na qualidade de auxiliar, monitor ou estagiário, de atividades de pesquisa e ensino;

II – Grupo III: o aluno produz e/ou apresenta trabalhos acadêmicos próprios;

§1º. As atividades do Grupo I compreendem:

I – disciplinas eletivas cursadas em outros cursos da Instituição e não computados como disciplinas optativas;

II – congressos e seminários assistidos e comprovados com certificação e/ou declaração; III – cursos de extensão realizados;

§2º. As atividades do Grupo II compreendem:

I – exercício de monitoria;

II – participação em pesquisas institucionais;

III – participação em programas de assistência não computados na carga horária do Estágio Curricular Supervisionado;

IV – realização de estágios não computados na carga horária relativa ao Estágio Curricular Supervisionado;

V – participação em representações teatrais de peças que abordem temas do curso.

§3º. As atividades do Grupo III compreendem:

- I – artigos relacionados ao curso específico publicados em revistas acadêmicas indexadas ou como capítulos de livros;
- II – apresentação em eventos científicos de trabalhos relacionados ao curso;
- III – participação em concursos de trabalhos acadêmicos sobre temas da área de cada curso, orientados por professores do curso.

Art. 4º O aluno pode escolher quaisquer atividades complementares dentre as listadas no artigo anterior, de acordo com distribuição de carga horária definida pelos colegiados de curso.

Parágrafo único. As disciplinas eletivas fora do curso podem ser escolhidas livremente pelo aluno, observados os pré-requisitos e outras limitações estabelecidas pelo IESPES.

Art. 5º O aproveitamento da carga horária seguirá os seguintes critérios:

- a) Cada 18 (dezoito) horas assistidas em quaisquer atividades do Grupo I equivalem a 1 (um) crédito.
- b) Cada atividade do Grupo II, realizada durante 1 (um) semestre letivo, equivale a 4 (quatro) créditos.
- c) Cada atividade do Grupo III equivale a 5 (cinco) créditos.

Art. 6º. Ficam estabelecidas as seguintes exigências para o aproveitamento das atividades complementares:

ATIVIDADES	REQUISITOS
Disciplinas integralizadas em outros cursos da Instituição e não computados como disciplinas optativas	Aprovação na disciplina.
Participação em Congressos e seminários (acima de 12 horas)	Certificado de participação
Cursos de extensão realizado	Certificado de participação
Exercício de monitoria	Declaração do coordenador de curso
Participação em programas de assistência não computados na carga horária do Estágio curricular supervisionado	Atestado de participação no programa

Realização de estágios não computados na carga horária relativa ao Estágio Curricular Supervisionado	Atestado de realização do estágio
Participações em representações teatrais de peças que abordem temas do curso	Declaração de participação
Artigos relacionados ao curso específico publicados em revistas acadêmicas indexadas ou como capítulo de livro	Artigo/capítulo de livro publicado
Apresentação em eventos científicos de trabalhos relacionados ao curso	Certificado de participação
Participação em concursos de trabalhos acadêmicos sobre temas da área de cada curso orientados por professores do curso	Certificado de participação

Art. 7º Os casos omissos e as interpretações deste regulamento devem ser resolvidos pelo Núcleo Docente Estruturante do curso de Farmácia do IESPES.

Art. 8º Este regulamento entra em vigor na data de sua aprovação pelo Conselho Acadêmico do IESPES.

ANEXO II – ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

REGULAMENTO

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O presente Regulamento tem por finalidade normatizar o Estágio Curricular Supervisionado dos cursos de graduação do IESPES, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais de cada curso, instituídas pela Resolução CNE/CES Nº. 03, de 19/02/2002, e com a Lei do Estágio de Estudantes Nº. 11.788, de 25/9/2008.

Parágrafo único: O estágio, de que trata o caput deste artigo, é de caráter obrigatório.

Art. 2º O estágio é desenvolvido tendo como referência as ementas contidas no respectivo plano de ensino, visando conferir as seguintes competências e habilidades:

- I - aplicar os conhecimentos apreendidos na formação acadêmica;
- II - aprender as competências próprias da atividade profissional;

Art. 3º O estágio tem como finalidades principais:

- I – Aprendizado de competências próprias da atividade profissional; II – Contextualização curricular; e
- III – Desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.

CAPÍTULO II DA CARACTERIZAÇÃO, OBJETIVOS E SUPERVISÃO

Art. 4º O estágio constitui-se em atividade curricular de ordem prática que permite aprofundar as relações do processo de formação acadêmica e profissional.

Art. 5º O estágio tem como requisitos:

- I - Matrícula e frequência regular do estudante;
- II - Celebração de termo de compromisso entre estudante, parte concedente do estágio e o IESPES;

III - Compatibilidade entre atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no termo de compromisso;

IV - Acompanhamento efetivo pelo professor orientador do IESPES e por supervisor da parte concedente, comprovado por vistos nos relatórios e por menção de aprovação final.

V- Celebração do Termo de Compromisso com o educando (representante/assistente legal) e parte concedente, indicando condições de adequação do estágio à proposta pedagógica do curso, à etapa e modalidade da formação escolar do estudante e ao horário e calendário escolar;

VI - Elaboração de normas complementares e instrumentos de avaliação dos estágios de seus estudantes.

Art. 6º O Estágio Curricular Supervisionado tem os seguintes objetivos:

I – instrumentalizar o estagiário para a inserção no mercado de trabalho;

II - propiciar vivências na aquisição de competências necessárias ao exercício profissional;

III - proporcionar experiências voltadas a área de formação específica articuladas a um perfil de sólida formação técnica e humana

Art. 7º O número de alunos por docente supervisor estará vinculado à disponibilidade dos campos de estágio e o quantitativo conforme descrito nos projetos pedagógicos de cada curso, respeitando as especificidades.

Art. 8º Deverá haver a participação dos docentes de cada curso no planejamento, no desenvolvimento, na supervisão e na avaliação das atividades do estudante durante o período do estágio.

Art. 9º As instituições que disponibilizam campos de Estágio devem manifestar seu interesse no desenvolvimento das atividades, na supervisão e avaliação do discente.

CAPÍTULO III

DOS PRINCÍPIOS NORTEADORES DO ESTÁGIO

Art. 10 O Estágio Curricular Supervisionado terá como referência os seguintes princípios:

I – criar a vinculação entre a educação, o trabalho e as práticas sociais;

II- incentivar o desenvolvimento de projetos de ensino, pesquisa e/ou extensão, visando ao aprofundamento da qualificação técnico-científica e ético-política do aluno, o desenvolvimento da profissão e divulgação dos conhecimentos produzidos;

III - desenvolver postura crítica e reflexiva e espírito científico;

IV - promover respeito aos valores ético-legais da profissão e ao ser humano;

V – valorizar o exercício da cidadania;

VI - estimular à participação e o envolvimento do discente:

- a) na construção do conhecimento e no aperfeiçoamento dos Planos de Disciplinas;
- b) do Projeto Pedagógico do Curso;
- c) na análise da problemática vivenciada e na intervenção na prática profissional e

nas instituições-campo de Estágio, como elementos desencadeadores de processos de mudança e de melhoria.

VII - estabelecer compromisso com a apreensão da realidade, diagnóstico, priorização das necessidades da clientela e das instituições concedentes, planejamento, execução, avaliação e aperfeiçoamento das atividades, e, também, com a gerência dos serviços de saúde e com o processo de formação dos trabalhadores;

VIII - promover a valorização dos princípios de universalidade, equanimidade, hierarquização, integralidade e resolutividade das ações de saúde em todos os níveis de assistência.

CAPÍTULO IV

DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO E METODOLOGIA

Art. 11 O Estágio Curricular Supervisionado deve propiciar os conteúdos programáticos previstos para essa atividade acadêmica no Projeto Pedagógico do Curso.

Art. 12 Do cronograma constarão todas as atividades desenvolvidas para alcance do perfil e dos objetivos propostos, bem como as relacionadas à elaboração do relatório final e à sua divulgação.

Art. 13 O relatório deverá conter:

- I – introdução;
- II – desenvolvimento;

- III – metodologia (contemplar o caminho percorrido para a resolução das dificuldades apontadas no diagnóstico);
- IV – resultados obtidos e sua aplicabilidade na prática, relevância para a clientela, família e equipe de trabalho da Instituição envolvida;
- V – utilização das normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

CAPÍTULO V

DAS COMPETÊNCIAS

Art. 14 Os cursos poderão ter uma coordenação de estágio escolhida dentre os professores da instituição.

Parágrafo único. O coordenador de estágio será eleito entre os docentes de cada curso, tendo sua indicação legitimada pelo NDE e pela coordenação do curso.

Art. 15 Compete ao Coordenador de Estágio:

- I – coordenar a elaboração da proposta de Regulamento de estágios do curso, submetendo-o à apreciação do colegiado de curso;
- II - coordenar o planejamento, execução e avaliação das atividades de cada curso, de conformidade com os planos de ensino e planos de acompanhamento das supervisões;
- III - contatar, selecionar e cadastrar as instituições potencialmente concedentes de estágio;
- IV - encaminhar para assinatura, os termos de convênio ou acordo de cooperação com instituições que se habilitam como campo de estágio, bem como o termo de compromisso individual do aluno com o campo de estágio;
- V - manter cadastro de alunos e das organizações concedentes de estágio e do desenvolvimento do estágio;
- VI - favorecer, mediante orientação à articulação ensino, pesquisa e extensão, numa perspectiva interdisciplinar do estágio curricular supervisionado;
- VII - zelar pelo cumprimento da legislação aplicável aos estágios;
- VIII - garantir um processo de avaliação continuada da atividade de estágio, envolvendo alunos, professores supervisores, profissionais da área e representantes dos campos de estágio;
- IX – apresentar ao colegiado de curso, anualmente, relatório sobre as atividades desenvolvidas;

X – encaminhar, e manter atualizado junto à secretaria, relação de alunos estagiários com os respectivos campos de estágio;

XI – encaminhar à secretaria os planos de acompanhamento de estágio;

XII – assinar termo de compromisso para realização dos estágios;

XIII – coordenar a discussão com os professores supervisores do estágio para esclarecimento das dúvidas, reflexões sobre as finalidades, objetivos, atividades, metodologia, processo de avaliação e de supervisão;

XIV - discutir com os professores supervisores o planejamento das ações e a sistematização da assistência que serão desenvolvidos pelos estagiários para que mantenham as especificidades caracterizadas neste regulamento;

XV - promover reuniões periódicas, com todos os estagiários, supervisores locais e professores supervisores, no IESPES ou nas instituições-campo de estágio, com a finalidade de relatarem experiências, viabilizando troca de informações e análise das situações vivenciadas;

XVI - encaminhar os resultados das avaliações e discussões à coordenação do curso de graduação;

XVII - zelar para que sejam propiciadas condições que viabilizem o alcance das finalidades do Estágio Curricular Supervisionado;

XVIII - manter reuniões periódicas com os professores supervisores para discussão da problemática vivenciada durante o Estágio Curricular Supervisionado;

XIX - discutir com os professores supervisores os critérios para avaliação do Estágio Curricular Supervisionado;

XX - acompanhar o desenvolvimento dos estágios, propiciando o alcance dos objetivos planejados;

XXI - fixar datas para entrega dos relatórios finais;

XXII - desenvolver outras atividades correlatas, nos termos preconizados pela política de estágios vigentes no IESPES;

XXIII - elaborar o cronograma anual/semestral do Estágio Curricular Supervisionado;

XXIV – manter cadastro dos campos para Estágio Curricular Supervisionado.

Art. 16 A supervisão de estágio deve ser entendida como assessoria, orientação, apoio, acompanhamento e avaliação dada ao aluno no decorrer de suas atividades, sob a responsabilidade dos docentes do curso de graduação.

§ 1º: A supervisão de estágio é realizada com base em um programa de atividades e em um plano de acompanhamento de estágio, elaborados pelo docente supervisor para cada

acadêmico sob sua orientação.

§ 2º: O docente supervisor deverá apresentar ao coordenador de estágio, o plano de acompanhamento de estágio até 15 (quinze) do início das atividades em campo.

Art. 17 A supervisão de estágio será exercida por docentes do IESPES.

Art. 18 A supervisão de estágio é considerada atividade de ensino-aprendizagem.

Art. 19 A supervisão consiste no acompanhamento e orientação do planejamento por meio de visitas sistemáticas ao campo de estágio para verificação do desenvolvimento das atividades e do andamento do campo de estágio, complementando-as com entrevistas e reuniões com os estagiários e supervisor técnico responsável pelo estágio.

Art. 20 Para cada plano de atividade de estágio, existe um plano de acompanhamento, a ser aprovado pelo coordenador de estágio para ser anexado ao plano de ensino.

Parágrafo único: Quando as atividades do estágio são definidas pelo docente para um grupo de alunos, o plano de acompanhamento de estágio será um só, tendo anexo à relação dos estagiários e explicitando o cronograma do desenvolvimento das atividades.

Art. 21. Ao docente supervisor compete:

- I – sensibilizar o estagiário quanto à importância do Estágio Curricular Supervisionado;
- II – orientar o discente quanto às características, objetivos, conteúdo programático, metodologia e critérios de avaliação do Estágio Curricular Supervisionado;
- III – promover reunião preparatória na instituição-campo de estágio para discutir o processo de operacionalização, considerando objetivos, cronograma, metodologia e outros elementos pertinentes;
- IV – estimular a participação dos profissionais dos serviços que acompanham os estagiários em todas as atividades, objetivos e processos desenvolvidos durante o estágio;
- V – manter contatos periódicos com os profissionais do campo de estágio, para otimizar sua participação e contribuição, bem como conhecer suas expectativas e sua percepção sobre o processo vivenciado;

VI – viabilizar estratégias para apresentação dos discentes às instituições-campo de estágio, aos profissionais que os acompanharão, aos demais recursos humanos, favorecendo o reconhecimento da estrutura física e material existente;

VII – subsidiar os estagiários com discussões a respeito do referencial teórico necessário para o desenvolvimento de ações durante o Estágio Curricular Supervisionado;

VIII – orientar durante o desenvolvimento dos estágios, esclarecendo dúvidas, auxiliando nas dificuldades, propondo estratégias para superação das limitações, supervisionando e avaliando o processo e os resultados, bem como, discutir prazos e atividades a serem realizadas para o alcance dos objetivos do estágio;

IX - encaminhar ao coordenador de estágio o plano de acompanhamento de estágio para aprovação do colegiado de curso;

X - manter-se em contato com demais docentes supervisores para troca de experiências e tomada de decisões coletivas, participando das reuniões agendadas para tal finalidade;

XI - documentar as avaliações para melhoria do plano de ensino do estágio curricular e encaminhá-las ao coordenador do estágio;

XII - orientar a elaboração e aprovar o programa de atividade de estágio apresentado pelo aluno, encaminhando cópia ao coordenador de estágio;

XIII - avaliar o relatório final do Estágio Curricular Supervisionado;

XIV - receber e analisar os relatórios e outros documentos dos estagiários conforme solicita este regulamento e apresentar ao coordenador de estágio o relatório final;

XV - cumprir com o plano de acompanhamento de estágio;

XVI - emitir parecer por escrito, após avaliação dos relatórios, com justificativa da nota atribuída;

XVII - cumprir e fazer cumprir a legislação, normas e convênios ou acordos de cooperação referentes ao estágio;

XVIII - responsabilizar-se, juntamente com o estagiário pela entrega de todos os documentos exigidos por este regulamento.

Art. 22 Ao estagiário compete:

I – realizar as atividades propostas para alcance dos objetivos do Estágio Curricular Supervisionado;

II - conhecer e compreender o contexto em que será realizado o Estágio Curricular Supervisionado, identificando e analisando os fatores determinantes das práticas observadas;

III – cumprir com as atividades e prazos previstos no cronograma, avaliando cada momento;

IV – desenvolver consciência crítica na análise situacional e contextual;

V - cumprir com os compromissos assumidos com os colegas, docentes e clientela;

VI - apresentar o relatório do Estágio Curricular Supervisionado desenvolvido ao docente- supervisor e para o profissional do serviço;

VII - ter frequência de acordo com o Regimento do IESPES.

Art. 23 Ao docente do campo de Estágio compete:

I – sensibilizar a equipe de trabalho da Unidade quanto à importância do Estágio Curricular Supervisionado;

II – participar da reunião preparatória na unidade-campo de estágio, para discutir o estágio, seus objetivos, cronograma, metodologia e o processo de operacionalização do mesmo;

III – apresentar os estagiários ao pessoal do campo, favorecendo o conhecimento dos recursos físicos, materiais, equipamentos, entre outros, e a identificação da problemática vivenciada;

IV – participar das discussões a respeito do referencial teórico necessário para o desenvolvimento das ações durante o Estágio Curricular Supervisionado;

V – orientar os estagiários durante o desenvolvimento das ações analisando os fatores determinantes da prática vivenciada e as possibilidades de intervenção;

VI – acompanhar e avaliar o processo e os resultados alcançados pelos estagiários;

VII - – manter contato contínuo com os docentes-supervisores para percepção e diálogo sobre as expectativas e dificuldades associadas ao processo vivenciado;

VIII - – contribuir para a tomada de decisões coletivas, participando das reuniões agendadas para tal finalidade;

IX – documentar a frequência e as avaliações feitas e encaminhá-las aos docentes supervisores;

X – auxiliar na avaliação do Estágio Curricular Supervisionado, encaminhando críticas e recomendações.

CAPÍTULO VI

DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Art. 24 O Estágio Curricular Supervisionado observa os seguintes critérios de

avaliação:

I – avaliação do Estágio deverá ser realizada sistemática e continuamente, pelo docente supervisor responsável pela supervisão técnica e pelo aluno;

II – avaliação final constará da autoavaliação e da avaliação do professor de estágio, documentada em instrumento próprio.

Parágrafo único. Para que a avaliação se efetive, o docente supervisor, os profissionais dos campos de estágio e os discentes devem nortear-se pelo instrumento de avaliação constante no plano de ensino.

Art. 25 A avaliação do relatório final será realizada, considerando-se o Art. 13 deste Regulamento.

Art. 26 A nota final do estágio será a média aritmética da nota do relatório final de estágio e da avaliação final do desenvolvimento do estágio.

§ 1º O discente que obtiver, no mínimo, numa escala de zero a dez, grau numérico igual ou superior a seis de média, é considerando aprovado.

§ 2º A reprovação por insuficiência de nota ou frequência implica na repetição integral do estágio, mediante nova matrícula.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 27 O estágio obrigatório, atendidos todos os requisitos legais, não gera vínculo empregatício entre estagiário e parte concedente.

Parágrafo único: o descumprimento dos requisitos ou de obrigação contida no termo de compromisso caracteriza vínculo de emprego do educando com a parte.

Art. 28 Os casos não contemplados neste Regulamento são resolvidos pelos núcleos docentes estruturantes dos cursos, com base nas normas e regulamentos internos do IESPES e, em grau de recurso, pela direção do IESPES.

ANEXO III – TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

REGULAMENTO

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Este regulamento tem por finalidade normatizar as atividades do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC do IESPES.

Art. 2º O TCC consiste no desenvolvimento de um trabalho acadêmico, sob a forma de pesquisa bibliográfica e/ou de campo, obrigatório ou não para a conclusão dos cursos de graduação, norma definida nos projetos pedagógicos dos cursos, com base nas respectivas diretrizes curriculares nacionais.

Art. 3º Os objetivos do TCC são os de propiciar aos acadêmicos a oportunidade de compreender e apreender os elementos envolvidos no processo de pesquisa, estimulando a produção de conhecimento na área de saber.

CAPÍTULO II

DO COORDENADOR DO TCC

Art. 4º O coordenador de TCC será o professor responsável pela disciplina de TCC.

Art. 5º Ao coordenador do TCC compete:

- I – elaborar calendário das atividades relativas ao TCC, em especial o cronograma de apresentação destas;
- II – atender os orientadores no que se refere às atividades relacionadas ao TCC;
- III – elaborar e encaminhar aos professores orientadores formulário para registro de presença e das atividades de acompanhamento dos orientandos;
- IV – convocar, sempre que necessário, reunião com professores orientadores e/ou com os acadêmicos;
- V – realizar anualmente consulta aos professores sobre disponibilidade para orientação e temáticas que se propõem a orientar;
- VI – encaminhar os acadêmicos aos respectivos orientadores de acordo com as temáticas dos alunos e campo de atuação dos docentes;

- VII – manter arquivo atualizado com os projetos do TCC em andamento e os concluídos;
- VIII – providenciar o encaminhamento de cópias dos TCCs aprovados aos repositórios institucionais;
- IX – tomar as medidas necessárias para o cumprimento deste regulamento.

CAPÍTULO III

DOS PROFESSORES ORIENTADORES

Art. 6º O TCC é desenvolvido sob orientação de um professor do curso.

Art. 7º Os docentes do curso deverão manifestar ao coordenador do TCC, no final do ano letivo, que antecede ao da orientação, sua disponibilidade quanto ao número de alunos que poderá orientar e temáticas de sua área de atuação e/ou de seu interesse para orientação.

Parágrafo único. Cada orientador terá, no máximo, 04 (quatro) orientandos de TCC, por semestre.

Art. 8º A substituição do orientador, durante o processo de elaboração do TCC, só será permitida quando outro docente assumir sua orientação, mediante aprovação do professor de TCC e da coordenação de curso.

Art. 9º Em casos que envolverem problema de qualquer natureza entre acadêmico e orientador, caberá ao coordenador do TCC a solução, podendo, se entender necessário, submeter o caso à coordenação de curso.

Art. 10 O professor orientador tem, sem exclusão de outros inerentes à sua atividade, os seguintes deveres específicos:

- I – frequentar as reuniões convocadas pelo coordenador do TCC;
- II – destinar a cada orientando horário semanal, com cronograma previamente estabelecido para o total do período, sem prejuízo das aulas normais do curso;
- III – entregar ao final da orientação e sempre que solicitado à coordenação do TCC, relatório da orientação dos acadêmicos, conforme formulário próprio;
- IV – participar dos seminários de apresentação dos TCCs dos alunos que orientou;
- V - cumprir e fazer cumprir este regulamento.

Art. 11 A responsabilidade pela elaboração do TCC é integralmente do acadêmico, o

que não exime o professor orientador de desempenhar adequadamente, dentro das normas deste regulamento, as atribuições decorrentes de sua atividade de orientador.

CAPÍTULO IV DOS ACADÊMICOS EM FASE DE REALIZAÇÃO DO TCC

Art. 12 Considerar-se-á acadêmico em fase de realização do TCC aquele que estiver regularmente matriculado na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso dos cursos do IESPES.

Art. 13 O acadêmico em fase de realização do TCC tem, entre outros, os seguintes deveres:

- I – participar das reuniões convocadas pelo coordenador do TCC e pelo seu orientador;
- II – cumprir o cronograma pré-estabelecido com o seu professor orientador;
- III - elaborar a versão final de seu TCC, de acordo com Regulamento, bem como segundo as instruções de seu orientador;
- IV – cumprir o calendário divulgado pela coordenação do TCC para entrega de projetos, versão final do TCC e apresentação do mesmo;
- V – encaminhar, ao orientador, periodicamente, as versões parciais do TCC;
- VI – após avaliação e sugestões da banca, encaminhar a versão final por e-mail ao coordenador de curso;
- VII – comparecer no dia e hora determinados pelo coordenador do TCC para apresentar seu trabalho em seminário da disciplina;
- VIII – cumprir e fazer cumprir este regulamento.

Parágrafo único. A entrega da versão final do TCC é requisito para a colação de grau.

CAPÍTULO V DO PROJETO DO TCC

Art. 14 Antes de iniciar o TCC, o acadêmico deverá eleger a área/tema sobre a qual versará o trabalho que pretende desenvolver dentro da linha de pesquisa do orientador.

Parágrafo único. Cabe ao professor orientador aprovar, rejeitar ou determinar alterações no projeto do TCC, para adequá-lo ao requisito do art.15 deste regulamento.

Art. 15 A estrutura do projeto de TCC compõe-se no mínimo de:

I – Introdução (assunto, tema, problema);

II – Objetivos;

III – Justificativa;

IV – Revisão bibliográfica;

V – Metodologia;

VI – Referências Bibliográficas;

VII – Cronograma.

Parágrafo único: O TCC poderá ser realizado em formato de monografia, artigo científico, desenvolvimento de tecnologia, plano de ação, desenvolvimento de software, a ser definido pelos respectivos cursos de graduação.

Art. 16 Uma vez aprovado o projeto de TCC, a mudança do tema só será permitida com a elaboração de um novo projeto, mediante o preenchimento dos seguintes requisitos:

I – aprovação expressa do professor orientador;

II – concordância expressa de outro professor em realizar a orientação, caso a mudança não seja aceita pelo orientador do primeiro tema;

III – aprovação do coordenador do TCC.

Parágrafo único. Mudanças de menor relevância, que não comprometem as linhas básicas do projeto, são permitidas a qualquer tempo, sob a responsabilidade do professor orientador.

Art. 17 A estrutura curricular dos cursos dispõe de horas para elaboração de um TCC, dividido em duas partes, a saber:

a) Parte I – Elaboração de Projetos – TCC, no penúltimo semestre (em geral, mas fica a critério de cada curso): Construção do conhecimento. Fases de projetos. Características e tipos de projetos. Elementos constitutivos de um projeto.

b) Parte II – Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, no último semestre: Síntese da produção acadêmica fundamentada em critérios científicos, resultante de pesquisa, extensão ou do Estágio Supervisionado, realizada sob a orientação de um professor.

Art. 18 Se o projeto de TCC se propõe a uma pesquisa envolvendo seres humanos, o mesmo deverá ser encaminhado ao Comitê de Ética em Pesquisa – CEP para apreciação; ou, no caso de envolver animais, deverá passar por uma Comissão de Ética no uso de animais –

CEUA.

CAPÍTULO VI

DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC

Art. 19 O TCC deve ser elaborado considerando-se:

- I – na sua estrutura formal, as técnicas estabelecidas pelo Manual de TCC, no que forem aplicáveis;
- II – no seu conteúdo, as finalidades estabelecidas no Art. 3º deste Regulamento e a vinculação direta do tema com um dos ramos do conhecimento do respectivo curso de graduação do IESPES.

Art. 20 A estrutura do TCC, no caso de monografia, deve conter no mínimo:

I Elementos Pré-Textuais:

- a) Capa
- b) Folha de rosto
- c) Sumário
- d) Resumo

II - Elementos Textuais:

- a) Introdução
- b) Desenvolvimento
- c) Conclusão

III - Elementos Pós Textuais:

IV - Referências bibliográficas

V- Anexos quando existirem

Parágrafo único: no caso do TCC ser apresentado em formato de artigo científico, o acadêmico deverá seguir as normas do Manual de Artigo científico Institucional, ou de acordo com o que for determinado pelos colegiados de curso.

Art. 21 O TCC deverá ser entregue, via e-mail, ao coordenador de TCC.

Art. 22 A versão do TCC entregue deverá estar em conformidade com os incisos V e VI, no Art. 12 deste Regulamento.

CAPÍTULO VII

DA APRESENTAÇÃO DO TCC

Art. 23 O seminário de apresentação do TCC será organizado pelo coordenador do TCC.

Art. 24 Na apresentação oral, o(s) acadêmico(s) terá(ão) de 15 a 20 (vinte) minutos para fazer sua exposição.

Art. 25 O TCC será avaliado por uma banca, composta pelo orientador do trabalho e por mais um ou dois docentes do curso, que avaliarão tanto o texto escrito como a apresentação do trabalho.

Parágrafo único. Os itens de avaliação são definidos pelo *staff* institucional, e estão descritos em fichas avaliativas próprias.

Art. 26 Os TCC's deverão ser entregues com as modificações propostas até um mês após a defesa.

Art. 27 O acadêmico que não entregar o TCC ou não comparecer para a sua apresentação sem justificativa na forma da legislação vigente será considerado reprovado.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 28 Os casos não contemplados neste Regulamento são resolvidos pelo NDE do Curso, pelo NAAP, pelas normas e regulamentos internos da Instituição e, em grau de recurso, pela direção do IESPES.

ANEXO IV – SISTEMA QUANTITATIVO DE AVALIAÇÃO

NOTA TÉCNICA Nº01 /2015 /IESPES

Regulamenta o Sistema Quantitativo de Avaliação da Aprendizagem dos cursos de graduação do Instituto Esperança de Ensino Superior – IESPES, em conformidade com a LDB 9.394/96 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional e o Decreto-Lei Nº 1.044/69, que dispõe sobre o tratamento excepcional para os “estudantes de qualquer nível de ensino, portadores de afecções congênitas ou adquiridas, infecções, traumatismo ou outras condições mórbidas, determinando distúrbios agudos ou agudizados (...)”.

INTRODUÇÃO

A presente Nota Técnica regulamenta o Sistema Quantitativo de Avaliação da Aprendizagem dos cursos de graduação do Instituto Esperança de Ensino Superior – IESPES, com vigência a partir do ano de 2015.

SEÇÃO I DO RENDIMENTO ACADÊMICO

Art. 1º A verificação do rendimento acadêmico se fará ao longo do semestre letivo, em cada componente curricular, compreendendo:

- I. frequência às atividades acadêmicas.
- II. atividades avaliativas de cada componente curricular

§ 1º o rendimento acadêmico será aferido com base no cômputo da frequência e dos resultados do aproveitamento nas atividades didático-pedagógicas previstas na programação do componente curricular, sob orientação acadêmica.

§ 2º As atividades avaliativas de que trata o inciso II devem ser entendidas como instrumentos de acompanhamento contínuo e de caráter construtivo, visando a melhoria da qualidade da aprendizagem através de um processo formativo, permanente e de progressão continuada.

§ 3º Os estudantes que apresentarem altas habilidades, comprovadas por meio de provas

e outros instrumentos de avaliação específicos, aplicados e avaliados por banca examinadora *ad hoc*, poderão ter abreviada a duração de seus cursos, de acordo com as normas do IESPES.

Art. 2º Será considerado aprovado no componente curricular o estudante que obtiver:

I. frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) às atividades didático-pedagógicas programadas em cada componente curricular;

II. média aritmética das notas obtidas nos dois bimestres acadêmicos, relativos a cada componente curricular, igual ou superior a 6 (seis), considerando-se até uma casa decimal.

III. A escala de aferição do rendimento acadêmico será expressa por notas de 0,0 (zero) a 10,0 (dez), com apenas uma casa decimal.

Parágrafo único: o rendimento acadêmico dos estudantes matriculados nos componentes curriculares enquadrados no regime de aprovação baseado em suficiência obedecerá a critérios específicos, designados nos artigos a seguir.

SEÇÃO II

DO REGIME DE APROVAÇÃO BASEADO EM SUFICIÊNCIA

Art. 3º O componente curricular, prioritariamente pertencente aos cursos da área da saúde, que apresenta atividades de cunho prático como critério parcial de avaliação do rendimento acadêmico, dará a possibilidade ao docente de incluir o referido componente, no regime de aprovação baseado em suficiência.

Art. 4º O regime de aprovação baseado em suficiência terá como base dois critérios: o primeiro, comum a todo e qualquer componente curricular, será o rendimento do estudante através dos diversos instrumentos avaliativos teóricos aplicados pelo docente durante o semestre; o segundo, relativo às atividades de cunho prático, será baseado nas competências mínimas necessárias à execução dos procedimentos práticos que o estudante deve desenvolver. Para tais procedimentos, serão atribuídos os conceitos suficiente ou insuficiente, não cabendo aferição quantitativa. Os critérios para que o estudante atinja o grau de suficiência ou insuficiência e deverão estar presentes no plano de ensino do componente curricular.

Art. 5º Para obter a aprovação no componente curricular que estiver inserido no regime de aprovação baseado em suficiência, o estudante deverá:

I. satisfazer o critério estabelecido pelo inciso I do Art. 1º; e

II. obter o conceito suficiente nas atividades de cunho prático.

Art. 6º O estudante que não atingir as competências mínimas estabelecidas pelo componente curricular receberá conceito insuficiente.

Art. 7º O estudante que atingir o conceito insuficiente e satisfizer o critério estabelecido pelo inciso I do Art. 1º terá sua pontuação final reduzida a 50% do valor alcançado nas atividades avaliativas teóricas, sendo considerado reprovado no referido componente curricular.

SEÇÃO III DA PROVA SUBSTITUTIVA

Art. 8º O estudante que não atingir os critérios de aprovação definidos no Art. 1º terá direito à realização de uma Prova Substitutiva se todas as seguintes condições forem atendidas:

I – frequência mínima estabelecida por lei vigente (75%); e

II – O estudante deverá ter média parcial igual ou superior a 3,0 (três), ou seja, a somatória da primeira com a segunda nota nos dois bimestres letivos deve ser igual ou superior a 6, não tendo zerado nenhum dos dois bimestres letivos, exceto nos casos em que o zero adquirido pelo estudante em um dos bimestres seja resultante do rendimento acadêmico, tendo o mesmo realizado pelo menos um dos instrumentos avaliativos do Componente Curricular. O zero adquirido (ou ausência de nota) em um dos bimestres resultante da falta às avaliações sem direito a prova de segunda chamada implicará na reprovação automática do acadêmico no referido Componente Curricular.

Parágrafo único: o estudante que não realizar algum instrumento avaliativo poderá requerer a avaliação de segunda chamada junto à Central de Atendimento da instituição, dentro do prazo máximo de 48 horas (considerando dias úteis), a contar da data final de afastamento especificada em laudo médico (ou declaração, em caso de afastamento por atividades laborais), documento este que deverá ser anexado ao requerimento. O requerimento que não atender as especificidades deste parágrafo único será indeferido pela instituição.

Art. 9º Para o estudante que realiza Prova Substitutiva, o rendimento acadêmico obtido na mesma substitui o menor rendimento acadêmico obtido nos bimestres letivos, sendo calculado o rendimento acadêmico final pela média aritmética dos rendimentos acadêmicos obtidos na prova substitutiva e no bimestre cujo rendimento não foi substituído.

Parágrafo único: Os casos omissos na presente nota técnica serão resolvidos pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) do respectivo curso de graduação do IESPES.

ANEXO V – BOLSAS DE PESQUISA E EXTENSÃO

REGULAMENTO

Art. 1º. As bolsas de pesquisa e extensão estão abertas para todos os alunos do IESPES que participem das atividades de pesquisa e extensão oferecidas pela Instituição e que atendam aos seguintes requisitos:

- I – já ter cursado o 1º período;
- II – ter média acima de 6,0 (sete);
- III – não exercer nenhuma atividade remunerada.

§1º. Os candidatos deverão participar de processo seletivo que consta de apresentação de currículo e de plano de trabalho sobre as atividades a serem desenvolvidas, bem como serem aprovados em entrevista a ser realizada com o professor coordenador do projeto.

§2º. A seleção dos bolsistas será realizada anualmente, observando-se o número de bolsas disponíveis, que deverão ser repartidas entre todos os cursos, de acordo com o número e a natureza das atividades de pesquisa e/ou extensão desenvolvidas.

Art. 2º. Os alunos com bolsa de pesquisa e/ou extensão deverão dedicar-se 10 (quatro) horas semanais às atividades propostas no projeto.

Art. 3º. Os alunos com bolsa de pesquisa e/ou extensão serão avaliados bimestralmente pelo professor coordenador e pela Coordenação de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão, que encaminhará um relatório à direção da Instituição recomendando ou não a continuação da bolsa.

Art. 4º. O aluno perderá, a qualquer momento, a bolsa de extensão nos seguintes casos:

- I- caso sua participação nas atividades seja manifestamente insuficiente;
- II- caso sofra alguma penalidade disciplinar;
- III- caso venha a exercer alguma atividade remunerada, que deverá ser imediatamente comunicada ao responsável pelas atividades de pesquisa e/ou extensão;

IV- caso solicite desligamento das atividades de pesquisa e/ou extensão.

Art. 5º. O aluno deverá apresentar nos meses de maio, julho, outubro e dezembro ao responsável pelas atividades de pesquisa e/ou extensão um relatório das atividades realizadas nos meses anteriores.

Art. 6º. Os projetos de pesquisa e/ou extensão não são interrompidos necessariamente durante o período de férias.

Art. 7º. Os projetos de pesquisa e/ou extensão compreendem atividades desenvolvidas dentro ou fora do IESPES, com atendimento à comunidade local.

Parágrafo único. Os alunos não poderão ser aproveitados pela Instituição para o desenvolvimento de qualquer atividade administrativa ou docente do IESPES.

Art. 8º. A bolsa de pesquisa e/ou extensão pode variar entre um desconto de 25 e 100% nas mensalidades do período correspondente à realização do projeto, a depender do número de acadêmicos aprovados por edital.

Art. 9º. Qualquer caso não contemplado neste regulamento será resolvido pelo Diretor, ouvidos a Coordenação de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão, o Núcleo Acadêmico-Pedagógico e o professor responsável pelo desenvolvimento do projeto em questão.

ANEXO VI – PROGRAMA DE MONITORIA**REGULAMENTO****CAPÍTULO I****DOS OBJETIVOS**

Art. 1º São objetivos da Monitoria:

I- oportunizar ao aluno o desenvolvimento de habilidades para a carreira docente, nas funções de ensino, pesquisa e extensão;

II- assegurar cooperação didática ao corpo docente e discente nas funções universitárias.

Art. 2º Cabe ao Monitor auxiliar o corpo docente nas seguintes atividades:

I- tarefas didático-científicas, inclusive na preparação de aulas, trabalhos didáticos e atendimento a alunos;

II- atividades de pesquisa e extensão;

III- atividades práticas.

Parágrafo único. Incumbe, ainda, ao Monitor, auxiliar o corpo discente, sob a supervisão docente, na orientação em atividades de biblioteca, de campo e outros compatíveis com seu grau de conhecimento e experiência.

Art. 3º É vedado ao Monitor ministrar aulas no lugar do professor da disciplina.

CAPÍTULO II**DO PROCESSO SELETIVO**

Art. 4º O processo de seleção aos candidatos às vagas de Monitoria tem como base os seguintes critérios:

I- terão oportunidade de inscrever-se, no exame de seleção, o aluno com aprovação na disciplina ou atividade em que pretenda atuar, com nota igual ou superior a 6 (seis);

II- a inscrição dar-se-á através das orientações publicadas em edital próprio, onde será fixado o número de vagas;

III- o processo de seleção será organizado e aplicado por uma comissão composta de, no mínimo, três professores, designada pela Direção.

IV- o processo seletivo análise documental, entrevista e prova escrita sobre o conteúdo

a ser desenvolvido no componente curricular para o qual a vaga de monitoria está sendo disponibilizada.

Parágrafo único. Cabe à comissão homologar a classificação indicada pela comissão.

CAPÍTULO III DO REGIME DE TRABALHO

Art. 5º O Monitor exerce suas atividades sem qualquer vínculo empregatício, cabendo à Mantenedora aplicar, ao exercício da Monitoria, os mesmos critérios adotados para os estagiários.

§1º. O Monitor exercerá suas atividades sob orientação de professor responsável pelo componente curricular ou atividade.

§2º. O horário das atividades do Monitor não pode, em hipótese alguma, prejudicar as atividades discentes.

§3º. As atividades de Monitoria obedecerão, em cada semestre, ao plano estabelecido pelo professor, aprovado pela Coordenação do curso.

CAPÍTULO IV DA BOLSA DE MONITORIA

Art. 6º Para o exercício de suas funções, ao Monitor será concedida uma bolsa, em forma de desconto na mensalidade, cujo valor é fixado pela mantenedora, obedecido o orçamento anual.

Parágrafo único. A renovação da bolsa de Monitoria depende do desempenho do Monitor, conforme avaliação do professor da disciplina e do Coordenador de curso.

CAPÍTULO V DA COMPETÊNCIA DAS COORDENAÇÕES

Art. 7º Compete à Coordenação de curso:

I- aprovar os planos de trabalho dos monitores, elaborado pelos professores orientadores;

II- supervisionar o desempenho dos monitores e promover sua avaliação, ao final de cada semestre letivo;

III- acompanhar e encaminhar a frequência dos monitores ao setor competente;

IV- promover a substituição dos monitores que deixarem o programa; e

V- expedir e registrar o Certificado de Monitoria aos que integralizarem, no mínimo, um semestre de efetiva Monitoria.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 8º A bolsa de monitoria tem a duração de um semestre letivo, podendo ser renovada.

Art. 9º A Instituição adotará as providências necessárias para assegurar aos monitores seguro contra acidentes pessoais.

Art. 10 Casos omissos serão resolvidos pela Direção do Iespes em parceria com a coordenação de curso.

ANEXO VII – PROG. DE APOIO AO ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIA**RESOLUÇÃO Nº 10, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2015**

Dispõe sobre o Programa de apoio ao estudante com deficiência.

O Conselho Acadêmico do Instituto Esperança de Ensino Superior, no uso de suas atribuições regimentais, aprova a presente Resolução.

**CAPÍTULO I
DO PROGRAMA**

Art. 1º O Programa de apoio ao estudante com deficiência é de responsabilidade do Núcleo de Apoio Acadêmico e Pedagógico em parceria com os docentes e as coordenações dos cursos de Graduação do IESPES.

Art. 2º O programa tem como finalidades:

- I- Garantir aos estudantes dos cursos de graduação e dos programas de pós-graduação, regularmente matriculados no IESPES e que possuam alguma deficiência, as condições adequadas para desenvolvimento de suas atividades acadêmicas.
- II- Propor ações e recursos que garantam o processo de inclusão dos discentes com deficiência.
- III- Acompanhar o desempenho acadêmico dos discentes e encaminhá-los aos recursos disponíveis na rede pública, sempre que necessário.
- IV-

**CAPÍTULO II
DO ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIA**

Art. 3º Os estudantes contemplados por este programa serão aqueles que possuem alguma deficiência.

Art. 4º Para efeito deste programa, estudante com deficiência é o que possui:

- I- deficiência visual, auditiva, física, intelectual ou múltipla;
- II- transtorno do Espectro Autista;

- II- altas habilidades e/ou superdotação;
- III- transtornos específicos;
- IV- dificuldades educacionais decorrentes de enfermidades temporárias.

Art. 5º A decisão para o estudante fazer parte do programa é de responsabilidade da Comissão Multidisciplinar do IESPES.

CAPÍTULO III DA COMISSÃO

Art. 6º O programa será executado por uma comissão multidisciplinar composta por:

- I- Representante do Núcleo de Apoio Acadêmico e Pedagógico,
- II- Um psicólogo,
- III- Um assistente social,
- IV- Um pedagogo.

Parágrafo único. A comissão será nomeada por meio de portaria da Direção e será coordenada pelo Núcleo de Apoio Acadêmico e Pedagógico.

Art. 7º A comissão se reunirá periodicamente para avaliar os pedidos, homologar as solicitações, propor ações e emitir pareceres necessários, e, no final de cada semestre, se reunirá para reavaliar os casos que foram atendidos.

Art. 8º Os profissionais da comissão ficarão responsáveis por assessorar o NAAP na execução das ações que garantam as condições para atendimento dos estudantes. Entende-se por ações:

- I- Adaptação de recursos instrucionais, material pedagógico e equipamentos;
- II- Adaptação de recursos físicos: eliminação de barreiras arquitetônicas e adequação de ambiente de comunicação;
- III- Apoio especializado necessário, intérprete de língua de sinais e leitor/transcritor, conforme deficiência apresentada;
- IV- Proposta de adaptações para as atividades avaliativas;
- V- Orientação aos coordenadores de curso e docentes.

CAPÍTULO IV DO INGRESSO DO ESTUDANTE NO PROGRAMA

Art. 9º Para ingressar no programa, o estudante poderá:

I- No ato de sua matrícula, mediante requerimento, fazer a solicitação, anexando ou não documentos comprobatórios, que atestem sua deficiência para serem encaminhados à coordenação de curso;

II- Dirigir-se ao professor e este o encaminhará para a coordenação de curso, a fim de que possa ser preenchido um formulário com a solicitação dos serviços oferecidos pelo programa;

III- Ser convidado a participar, mediante encaminhamento do professor à coordenação de curso, que o encaminhará ao NAAP;

Parágrafo único. Os documentos encaminhados serão analisados e homologados pela comissão responsável.

Art. 10 A inscrição no programa de estudantes dos cursos de graduação e pós-graduação será feita na secretaria das coordenações de curso.

Art. 11 O estudante que não tenha a deficiência previamente diagnosticada por profissional habilitado poderá requerer participação no programa, mediante avaliação da comissão responsável.

§ 1º Para os casos em que os profissionais da própria comissão possam realizar o diagnóstico de necessidades educacionais específicas, deverá ser exarado parecer pela mesma para que o estudante seja aceito no programa.

§ 2º Para os casos em que a comissão entenda que não tem profissional habilitado para realizar o diagnóstico o estudante poderá ser encaminhado para a rede pública de saúde ou ainda, para a Clínica Médica da Fundação Esperança, para diagnóstico por profissionais habilitados, com vistas a complementar as ações de apoio a serem desenvolvidas com o estudante.

Art. 12 O estudante poderá solicitar a qualquer momento, desde que regularmente matriculado, sua inclusão no programa, bem como sua saída.

CAPÍTULO V

DA METODOLOGIA DE ATENDIMENTO

Art. 13 O estudante poderá ter excepcionalidade no cumprimento de prazos específicos dos registros acadêmicos no que tange à frequência e rendimento acadêmico, dentro do prazo máximo de um semestre letivo.

Art. 14 Os professores dos componentes curriculares que possuem estudantes com deficiência serão notificados, por meio do coordenador do curso de graduação ou do programa de pós-graduação no qual o estudante está matriculado, da presença deste estudante.

Art. 15 A comissão desenvolverá um Plano Individual de Desenvolvimento Acadêmico (PID) para os estudantes, e este ficará arquivado no NAAP.

Art. 16 Os professores dos componentes curriculares deverão contribuir para a atualização do PID do discente com os resultados obtidos nas estratégias adotadas. Caso estes professores desenvolvam outras estratégias que auxiliem no melhor desempenho dos estudantes, o PID deverá ser atualizado.

Parágrafo único. Ao final do período letivo, o coordenador do curso de graduação e ou do programa de pós-graduação deve solicitar estas informações aos professores e encaminhar ao NAAP.

Art. 17 O estudante poderá contribuir para a atualização de seu PID com suas impressões sobre as ações e estratégias desenvolvidas, encaminhando-as ao NAAP.

Art. 18 Os coordenadores dos cursos de graduação e ou dos programas de pós-graduação, bem como a comissão acompanharão o desenvolvimento dos estudantes cadastrados no Programa, por meio do PID.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 19 O presente regulamento está aprovado pelo Conselho Acadêmico do IESPES.

Art. 20 O presente Regulamento somente poderá ser modificado por proposta do Núcleo de Apoio Acadêmico e Pedagógico, das coordenações de curso ou por determinação de órgãos

superiores.

Art. 21 Os benefícios oferecidos por este programa são pessoais e intransferíveis.

Art. 22 Os casos omissos serão resolvidos pela Direção do IESPES

ANEXO VIII – NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE – NDE

REGULAMENTO

CAPÍTULO I

DAS CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O presente Regulamento disciplina as atribuições e o funcionamento do Núcleo Docente Estruturante – NDE – dos cursos de graduação do Instituto Esperança de Ensino Superior - IESPES.

Art. 2º O Núcleo Docente Estruturante – NDE – é o órgão consultivo responsável pela formulação, implementação e desenvolvimento do Projeto Pedagógico do respectivo curso.

CAPÍTULO II

DAS ATRIBUIÇÕES DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Art. 3º São atribuições do Núcleo Docente Estruturante:

- I - Reelaborar o projeto pedagógico do curso definindo sua concepção e fundamentos;
- II - Atualizar, periodicamente, o projeto pedagógico do curso;
- III - conduzir os trabalhos de reestruturação curricular, para aprovação no Colegiado do Curso, sempre que necessário;
- IV - Fixar as diretrizes gerais dos planos de ensino das disciplinas do Curso e suas respectivas ementas, recomendando ao Coordenador do Curso, modificações dos planos de ensino para fins de compatibilização;
- V - Analisar e avaliar os planos de ensino dos componentes curriculares;
- VI - Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes do currículo;
- VII - contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;

VIII - acompanhar as atividades do corpo docente;

IX – Promover e incentivar o desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;

X - Coordenar a elaboração e recomendar a aquisição de lista de títulos bibliográficos e outros materiais necessários ao Curso;

XI - supervisionar as formas de avaliação e acompanhamento do curso definidos pelo IESPES;

XII - sugerir providências de ordem didática, científica e administrativa que se entendam necessárias ao desenvolvimento das atividades do Curso;

XIII - zelar pela regularidade e qualidade do ensino ministrado pelo Curso;

XIV - promover o pleno desenvolvimento da estrutura curricular do curso; e

XV – avaliar os casos omissos e sugerir ao Coordenador do curso parecer consultivo.

CAPÍTULO III

DA CONSTITUIÇÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Art. 4º O Núcleo Docente Estruturante será constituído por cinco professores do curso.

Parágrafo Único - O coordenador do curso atuará no NDE como seu presidente.

Art. 5º A indicação dos representantes do NDE será feita pelo Coordenador do curso, com aprovação do Colegiado do curso.

CAPÍTULO IV

DA TITULAÇÃO E FORMAÇÃO ACADÊMICA DOS DOCENTES DO NDE

Art. 6º Pelo menos 60% (sessenta por cento) dos docentes componentes do NDE devem possuir titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu*.

CAPÍTULO V

DO REGIME DE TRABALHO DOS DOCENTES DO NÚCLEO

Art. 7º O mandato dos membros do NDE será de 2 (dois) anos, permitidas reconduções de acordo com a necessidade do curso.

§ 1º - O prazo do mandato poderá ser abreviado a qualquer tempo, desde que o(s) membro(s) manifeste(m) desejo de interrupção, por decisão pessoal ou desligamento do IESPES.

§ 2º - O coordenador do curso poderá pedir o desligamento de membro do NDE, a qualquer tempo, levando em consideração a atuação do docente. O desligamento de membro do NDE deve ser aprovado pelo Colegiado do curso.

§ 3º - O Colegiado do Curso deverá assegurar a estratégia de renovação parcial dos membros do NDE, de modo a garantir a continuidade no processo de acompanhamento do curso.

CAPÍTULO VI

DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Art. 8º Compete ao Presidente do NDE:

- I - Convocar e presidir as reuniões, com direito a voto, inclusive voto de qualidade;
- II - Representar o NDE junto aos órgãos da instituição;
- III - Encaminhar as deliberações do NDE aos órgãos competentes;
- IV - Designar relator ou comissão para estudo de matéria a ser decidida pelo NDE;
- V - Coordenar a integração do NDE com os demais órgãos Colegiados e setores da instituição;
- VI - indicar coordenadores para as atribuições de NDE.

CAPÍTULO VII

DAS REUNIÕES

Art. 9. O NDE reunir-se-á na sala do NDE, ordinariamente, por convocação de iniciativa do seu Presidente, 1 (uma) vez por bimestre e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente ou pela maioria de seus membros.

§ 1º - A convocação dos seus membros é com antecedência de pelo menos 48 (quarenta e oito) horas antes da hora marcada para o início da sessão e, sempre que possível, com a pauta da reunião.

§ 2º - Somente em casos de extrema urgência poderá ser reduzido o prazo de que trata o caput deste artigo, desde que todos os membros do NDE do Curso tenham conhecimento da convocação e ciência das causas determinantes de urgência dos assuntos a serem tratados.

§ 3º - O Núcleo Docente Estruturante - NDE poderá requisitar junto à Coordenação, o

pessoal técnico necessário para auxiliar nas suas atividades.

Art. 11. As decisões do NDE serão tomadas por maioria simples de votos, com base no número de presentes.

Art. 12 - Observar-se-ão nas votações os seguintes procedimentos:

- a) Em todos os casos a votação é em aberto;
- b) Qualquer membro do Núcleo Docente Estruturante pode fazer constar em ata expressamente o seu voto;
- c) Nenhum membro do Núcleo Docente Estruturante deve votar ou deliberar em assuntos que lhe interessem pessoalmente; e
- d) Não são admitidos votos por procuração.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 13. Os casos omissos serão resolvidos pelo NDE ou por órgão superior, de acordo com a competência dos mesmos.

Art. 14. O presente Regulamento entra em vigor na data de sua aprovação.

ANEXO IX – COLEGIADO DE CURSO

REGULAMENTO

CAPÍTULO I DA NATUREZA E COMPOSIÇÃO

Art. 1º. O Colegiado de Curso é o órgão que tem por finalidade acompanhar a implementação do projeto pedagógico, propor alterações dos currículos plenos, discutir temas ligados ao curso, planejar e avaliar as atividades acadêmicas do curso, sendo composto:

I. pelo (a) Coordenador (a) do Curso;

II. por todos os docentes do Curso;

§ 1º O mandato tem prazo indeterminado, ao menos que o docente solicite desligamento da IES.

§ 2º No caso de vacância de algum dos cargos do Colegiado de Curso, este será preenchido nos termos do Regimento do IESPES em vigor à época da vacância.

§ 3º O Diretor e representantes do Núcleo de Apoio Acadêmico e Pedagógico (NAAP) do IESPES podem participar das reuniões quando acharem conveniente, e sempre que participarem das mesmas terão os mesmos direitos dos demais membros do Colegiado.

Parágrafo único: Cabe ao coordenador do curso reunir ordinariamente com os representantes de turma no mínimo 1 (uma) vez ao semestre, ou conforme a necessidade, afim de ouvir as demandas e necessidades das turmas e repassar ao Colegiado.

CAPÍTULO II DAS COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

DAS COMPETÊNCIAS DO COLEGIADO DE CURSO

Art. 2º. Compete ao Colegiado de Curso:

I. propor sugestões de atualizações no Projeto Pedagógico de Curso;

II. analisar e integrar as ementas e planos de ensino das disciplinas, compatibilizando-os ao Projeto Pedagógico;

III. dimensionar as ações pedagógicas à luz da avaliação institucional;

IV. apresentar e analisar proposta para aquisição de material bibliográfico e de apoio didático-pedagógico;

- V. propor medidas para o aperfeiçoamento das atividades do curso;
- VI. exercer as demais atribuições que lhe forem previstas no Regimento Geral do IESPES, ou que, por sua natureza, lhe sejam conferidas;
- VII. promover a identificação e sintonia com os demais cursos da Instituição.

DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE

Art. 3º. A presidência do Colegiado de Curso é exercida pelo (a) Coordenador (a) do Curso.

§ 1º Na ausência ou impedimento do (a) Coordenador (a) de Curso, respeitado o previsto no §1º deste artigo, a presidência das reuniões é exercida pelo docente mais antigo na Instituição ou, ocorrendo empate, pelo de maior idade.

Art. 4º. São atribuições do (a) Presidente, além de outras expressas neste Regulamento, ou que decorram da natureza de suas funções:

- I. quanto às sessões do Colegiado de Curso:
 - a) convocar e presidir as sessões;
 - b) cumprir e fazer cumprir este Regulamento;
 - c) submeter à apreciação e à aprovação do Colegiado a ata da sessão anterior;
 - d) anunciar a pauta e o número de membros presentes;
 - e) conceder a palavra aos membros do Colegiado e delimitar o tempo de seu uso;
 - f) decidir as questões de ordem;
 - g) submeter à discussão e, definidos os critérios, à votação a matéria em pauta e anunciar o resultado da votação;
 - h) elaborar e organizar, sob a sua responsabilidade e direção, a pauta da sessão seguinte, anunciá-la se for o caso, ao término dos trabalhos;
 - i) convocar sessões extraordinárias e solenes;
 - j) dar posse aos membros do Colegiado;
 - k) julgar os motivos apresentados pelos membros do Colegiado para justificar sua ausência às sessões.
- II. quanto às publicações:
 - a) baixar comunicados e editais;
 - b) ordenar a matéria a ser divulgada.

CAPÍTULO III

DO FUNCIONAMENTO DO COLEGIADO DE CURSO

Art. 5º. O Colegiado de Curso funciona em sessão plenária, com a maioria absoluta de seus membros, reunindo-se ordinariamente 02 (duas) vez por semestre e, extraordinariamente, a qualquer tempo, quando convocado pelo (a) seu (ua) Presidente, por sua própria iniciativa ou a requerimento de, no mínimo 1/3 (um terço) de seus membros.

§ 1º A convocação é feita mediante a divulgação do calendário semestral de reuniões.

§ 2º A ausência de representantes de determinada categoria ou classe não impede o funcionamento do Colegiado, nem invalida as decisões.

Art. 6º. É obrigatória, prevalecendo a qualquer outra atividade acadêmica, o comparecimento dos membros às reuniões do Colegiado de Curso, vedada qualquer forma de representação.

§ 1º A cessação do vínculo empregatício, bem como afastamentos das atividades docentes e, ou técnico-administrativas, independentemente do motivo, também acarretam a perda do mandato no respectivo Colegiado.

Art. 7º. O Colegiado de Curso funciona, para deliberar, com maioria absoluta de seus membros, e as decisões são tomadas por maioria relativa dos votos.

Parágrafo Único – O (A) Presidente, além do seu voto, tem, também, direito ao voto de qualidade, em caso de empate, independentemente do previsto no parágrafo anterior.

Art. 8º. Verificado o *quorum* mínimo exigido, instala-se a reunião e os trabalhos seguem a ordem abaixo elencada:

- a) expediente da Presidência;
- b) apreciação e votação da ata da reunião anterior;
- c) apresentação da pauta;
- d) leitura, discussão e votação dos pareceres relativos aos requerimentos incluídos na pauta;
- e) encerramento, com eventual designação da pauta da reunião seguinte.

Parágrafo único. Mediante aprovação do Plenário, por iniciativa própria ou a requerimento de qualquer membro, pode o (a) Presidente inverter a ordem dos trabalhos, ou atribuir urgência a determinados assuntos dentre os constantes da pauta.

Art. 9º. De cada sessão do Colegiado de Curso lavra-se a ata, que, depois de votada e aprovada, é assinada pelo(a) Presidente, pelo(a) Secretário e pelos(as) presentes.

§ 1º As reuniões do Colegiado de Curso são secretariadas por um de seus membros, designado pelo (a) Presidente.

§ 2º As atas do Colegiado, após sua aprovação são arquivadas na Coordenação de cada curso, com livre acesso aos membros do Colegiado.

Art. 10. Das decisões do Colegiado de Curso cabe recurso ao Núcleo de Apoio Acadêmico e Pedagógico.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 11. Este Regulamento pode ser modificado pelo Núcleo de Apoio Acadêmico e Pedagógico, por maioria absoluta dos membros, por iniciativa do Presidente, ou mediante proposta fundamentada de, no mínimo, 1/3 (um terço) dos seus membros.

REGIMENTO DO COORDENADOR

COMPETE AO COORDENADOR DE CURSO

- I. convocar e presidir as reuniões do Colegiado de Curso;
- II. convocar e presidir as reuniões do Núcleo Docente Estruturante do Curso (NDE)
- II. cumprir e fazer cumprir as decisões do Colegiado e do NDE;
- III. coordenar a elaboração, acompanhamento e revisão do Projeto Pedagógico do Curso, para cada ano letivo;
- IV. promover e supervisionar as atividades didático-pedagógicas do curso, inclusive no que concerne ao currículo;
- V. acompanhar o cumprimento da carga horária semestral dos docentes referente a cada componente curricular;
- VI. monitorar a apuração da frequência, da assiduidade de docentes e discentes;
- VII. acompanhar, no âmbito do curso, a observância do regime disciplinar, representando, quando necessário.
- VIII. Elaborar relatório semestral de acordo com o modelo padrão disponibilizado, a ser

encaminhado ao Diretor do IESPES.

IX. Sugerir ao diretor do IESPES, docentes para exercer atividades no curso;

A partir deste documento, o coordenador participa de todas as discussões com vistas à melhoria do curso, reunindo com o Colegiado, com o NDE, com o staff da Instituição, além de fazer visitas periódicas às salas de aula e realização de reuniões periódicas abertas com a representação estudantil para esclarecimentos acerca do andamento do PPC, com atendimento também no gabinete da coordenação do curso.